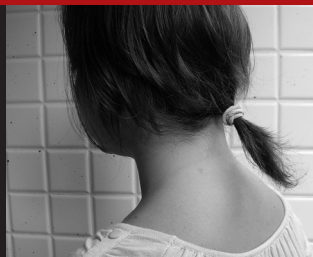


ROSTOS INVISÍVEIS
DA VIOLÊNCIA ARMADA



UM ESTUDO DE CASO SOBRE O RIO DE JANEIRO

TATIANA MOURA



ROSTOS INVISÍVEIS DA VIOLÊNCIA ARMADA

TATIANA MOURA

ROSTOS INVISÍVEIS DA VIOLÊNCIA ARMADA

Um estudo de caso sobre o Rio de Janeiro

2007 © Tatiana Moura

Coordenação geral da pesquisa

Tatiana Moura
Jessica Galeria

Equipe de pesquisa

Carla Afonso
José Manuel Pureza
Marco Aurélio Martins

Capa

Cláudia Duarte

Fotografias

Raquel Dias

Produção editorial

Debora Fleck
Isadora Travassos
Jorge Viveiros de Castro
Marília Garcia
Valeska de Aguirre

Projeto gráfico e diagramação

Victoria Rabello

Revisão

Sandra Pássaro

Instituições

Núcleo de Estudos para a Paz/
Centro de Estudos Sociais
(Universidade de Coimbra)
Viva Rio



Apoio

Fundação Ford



Ford Foundation

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

M889r

Moura, Tatiana
Rostos invisíveis da violência armada : um estudo de caso sobre o
Rio de Janeiro / Tatiana Moura. – Rio de Janeiro : 7Letras, 2007.

Anexo
Inclui bibliografia
ISBN 978-85-7577-352-9

1. Violência – Rio de Janeiro (RJ). 2. Mulheres e violência – Rio de
Janeiro (RJ). 3. Crime e criminosos – Rio de Janeiro (RJ). 5. Criminosas –
Rio de Janeiro (RJ). I. Título.

07-0212.

CDD 362.880981531
CDU 343.97(815.31)

2007

Viveiros de Castro Editora Ltda.
R. Jardim Botânico 600 sl. 307
Rio de Janeiro RJ CEP 22461-000

(21) 2540-0076
editora@7letras.com.br
www.7letras.com.br

SUMÁRIO

Agradecimentos	7
Prefácio	9
“Mulheres e violência armada no Rio de Janeiro?!?”	13
O projeto e os desafios	17
O sexo das violências: da casa ao mundo	26
Olhar os silêncios	
Violência armada: as <i>outras</i> faces	39
Um olhar sobre os números	
Para além da bala: os diferentes impactos das armas de fogo em mulheres e meninas	69
Olhos nos olhos	
Sobreviventes da violência armada	93
Histórias da sobrevivência	97
Um fim que é um começo	146
Anexo A	
Questionário	153
Referências bibliográficas	155

AGRADECIMENTOS

Dizia um amigo que a maioria das pessoas consegue tirar uma fotografia. Mas para aquele evento específico, que estava a organizar, queria convidar um fotógrafo profissional. Argumentava que apesar de todos(as) conseguirmos fotografar, o olhar era diferente. Que para ele importava registrar as imagens, mas através do olhar de alguém com capacidade para enxergar o que está para além dessas imagens.

Olhar, ver e enxergar têm diferentes significados. Esta pesquisa resulta da interseção dos três verbos: olhar, com uma visão crítica, tentando enxergar o que está para além do obvio, do visível, usando outras lentes e outros filtros. E resulta da partilha de olhares, de formas de ver e de enxergar a realidade.

Foram várias as pessoas e instituições que influenciaram, de forma decisiva, este percurso, que nos acompanharam desde o início, ou que se foram juntando ao longo do caminho. Agradecemos o apoio e a confiança, com a certeza de que estamos apenas dando os primeiros passos de uma longa caminhada.

À Fundação Ford, em particular a Denise Dora, que acreditou e tornou possível a realização deste projeto.

Ao Carlos Martín Beristain, uma vez mais, pela confiança, pela partilha de palavras e de silêncios, por estar conosco, neste caminho de ida e volta.

A Bárbara Soares, inicialmente consultora do projeto, atualmente uma presença indissociável deste caminho que passamos a fazer em conjunto, pela inspiração e pelo apoio incondicional.

À equipe do CESeC, pelo acolhimento e pela amizade.

Ao Gary Barker e a equipe do Instituto Promundo, pelos ensinamentos, incentivo e disponibilidade.

A Sílvia Roque, pela interseção de olhares e de partilhas, pela amizade e momentos de catarse.

Ao Júnior Perim, Luiz Penca, Adolfo Oliveira, Luís Carlos Nascimento, Mércia Britto, Vinicius Daumas e Ricardo Schneider, que incondicionalmente nos emprest(ar)am o olhar e nos ajud(ar)am a ver de forma mais nítida, pela amizade e pela inspiração. Às equipes do Programa Social Crescer e Viver e da Escola de Educação Audiovisual Nós do Cinema, pela partilha de experiências.

A Bárbara Ranito, Grazielle Costa, Kátia Cardoso, Marisa Matias, Mónica Nascimento e Silva, Mónica Rafael, Paula Duarte Lopes, Rute Caldeira, Sara Araújo, Sílvia Ferreira, Susana Baptista e Vanessa Felipe pelas sugestões de conteúdo, metodológicas, pela disponibilidade e pela amizade.

A Raquel Dias e Beto Pêgo, fotógrafos, que captaram em algumas imagens muito do que tentamos dizer com tantas palavras.

A Ilona Szabó, Haydée Caruso, Florência Beltran, Pedro Strozemberg, Luke Dowdney e Luciana Phebo, pelo incentivo, comentários e sugestões.

A Anna Flora Werneck e Marcelo de Souza Nascimento, pelo apoio técnico, paciência e disponibilidade.

A Marcos Pinheiro, diretor da Penitenciária Tavalera Bruce, a Carmelita Leal Ballado, a equipe do CRIAM Ricardo de Albuquerque e do Educandário Santos Dumont pela disponibilidade e apoio na realização de entrevistas.

A(o)s participantes das duas reuniões do projeto, em Coimbra (reunião de peritos) e no Rio de Janeiro (seminário final), pelo incentivo, comentários e sugestões.

A todas as instituições que nos abriram as portas e nos ajudaram neste percurso, possibilitando a realização de entrevistas, a coleta de dados e a troca de experiências.

A Rebecca Peters, Cate Buchanan e equipe da IANSA, em especial a IANSA Women's Network, pelos esforços de visibilização do tema, pelo incentivo e pelo apoio ao longo do processo da ONU sobre armas ligeiras.

A todas as mulheres e jovens entrevistadas, as principais responsáveis pela conjugação dos três verbos, a quem dedicamos este livro.

PREFÁCIO

*Bárbara Musumeci Soares**

Rostos Invisíveis da Violência Armada é um texto incomum, que trata, com grande delicadeza e sensibilidade, de uma temática áspera e dolorosa, conseguindo, ao mesmo tempo, agregar novas dimensões ao conhecimento acumulado sobre a violência armada e introduzir, ainda assim, uma dimensão de otimismo em um cenário desolador.

O texto e o processo de pesquisa que lhe deu origem formam um todo indissociável: pesquisar, ouvir, deixar falar, registrar, revelar, documentar, analisar, escrever e intervir se conjugaram de tal forma, neste trabalho, que terminaram por colocar em xeque as separações e fronteiras tradicionais entre sujeito e objeto. Dessa forma, o estudo sobre os papéis femininos nos cenários de violência se desdobrou, de maneira quase natural, em vínculos afetivos entre pesquisadoras e entrevistadas e no compromisso de tornar conseqüente o levantamento das informações reveladas.

Além desse tipo de procedimento estar em sintonia com as normas éticas para pesquisas com seres humanos, os laços afetivos que floresceram ao longo da pesquisa deram origem a uma nova agenda de trabalho, voltada para os impactos indiretos da violência e suas expressões no universo familiar. Pode-se dizer que a forma de trabalhar que resultou neste livro é quase uma metáfora de um de seus alicerces teóricos que consiste, como se verá, na ênfase dada à dimensão das continuidades. Continuidades entre situações de guerra e contextos de paz, entre as diversas violências nas quais se envolvem homens e mulheres e entre as práticas violentas e seus impactos.

* Antropóloga, pesquisadora do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC) da Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro.

Certamente, o olhar que foi capaz de captar a complexidade das articulações entre os muitos fenômenos observados permitiu também dissolver barreiras e escapar das visões dicotômicas, tão freqüentes quando se trata de analisar a violência. Seja no que tange à relação entre teoria e ação prática, ou entre a observação e os fatos observados, seja no que se refere à imagem dos grupos estudados e suas experiências violentas. Nesse sentido, tornou-se quase uma necessidade intervir na própria configuração dos fenômenos, como resultado de uma certa qualidade de relação estabelecida com as pessoas pesquisadas. Não por acaso, como desdobramento desta pesquisa sobre mulheres e meninas em contextos armados, formulou-se um novo projeto, voltado para familiares de vítimas de chacinas, no qual se atribui papel primordial ao protagonismo de seu público-alvo, e a desconstrução de identidades vitimizadas.

Os(as) leitores(as) encontrarão, portanto, no texto que se segue, uma oportunidade para repensar algumas noções que vêm sendo reproduzidas acriticamente sobre violência e segurança, e, dessa forma, acrescentar novos elementos à reflexão. Uma dessas noções é a idéia de que a criminalidade violenta diz respeito somente ao universo masculino e de que as taxas de homicídio expressam, de maneira suficiente, a centralidade da participação dos homens – predominantemente jovens e não-brancos, como apontam as estatísticas – na configuração dos cenários da violência urbana.

Ao relativizar essas noções, com base na combinação de um rico material de campo e de fontes secundárias, a pesquisa traz à luz alguns aspectos cruciais para uma compreensão mais sensível e mais abrangente do fenômeno da violência.

Em primeiro lugar, revela lacunas e ajuda a estabelecer uma ponte entre campos de pesquisa voltados para a violência e segurança pública que, inexplicavelmente, ainda permanecem dissociados e incomunicáveis: até hoje, perfilam-se, de um lado, os trabalhos de inspiração feminista, sobre a violência que atinge as mulheres no espaço privado e, de outro, os estudos sobre a criminalidade violenta, focados no mundo público e na atuação masculina. Tudo se passa como se, entre esses fenômenos, não houvesse

qualquer conexão significativa e fosse natural, portanto, desconsiderar *a priori* as possibilidades que fogem a tal esquema dualista. Assim, e na medida em que as poucas pesquisas existentes não permitem testar suas próprias premissas, a tendência é que determinadas noções se reproduzam indefinidamente: os levantamentos que contemplam a violência interpessoal abrangem somente o universo feminino e determinadas formas de vitimização, como as agressões domésticas e os crimes sexuais. Desse modo, reforçam a idéia de que apenas as mulheres são vitimadas no espaço privado e de que a violência das ruas em nada lhes diz respeito. Por sua vez, as pesquisas de vitimização minimizam as agressões interpessoais, quando as abordam indistintamente e sem as técnicas apropriadas, em meio a roubos, furtos e extorsões, como se se tratasse de fenômenos da mesma natureza. Com isso, impedem sua expressão e desconsideram todas as nuances das agressões interpessoais, como se elas não representassem elementos essenciais para o conhecimento sobre contextos violentos.

Não surpreende, portanto, o fato dessas abordagens revelarem resultados incongruentes, reforçando, desse modo, a impressão de que é viável compreender a violência – ou as violências – repartindo-as em dois pólos distintos e isolados: um feminino e outro masculino.

A ponte que este trabalho se propõe a erguer, de forma pioneira, permite vislumbrar um novo horizonte de conhecimentos sobre a violência, cuja riqueza dependerá, como sugere a autora, da interseção de olhares que raramente convergem. Nesse rumo, o texto a seguir deixa sua marca e sua contribuição, ao desafiar esquemas e redistribuir as peças no tabuleiro, analisando os impactos diretos e indiretos da violência armada na vida das mulheres, focalizando as diversas formas de contribuição feminina na conformação de comportamentos violentos e valorizando o potencial das mulheres como formuladoras nos processos de paz.

“MULHERES E VIOLÊNCIA ARMADA NO RIO DE JANEIRO?!?”

Introdução ou por que fizemos este estudo

Quando, inicialmente, apresentávamos e falávamos do projecto “Mulheres e meninas em contextos de violência armada: um estudo de caso sobre o Rio de Janeiro”, as reações eram variadas. Expressões de surpresa, um sorriso, perplexidade e, menos frequentemente do que gostaríamos, curiosidade e interesse genuínos. Violência armada no Rio de Janeiro sim, mas *mulheres* e violência armada no Rio de Janeiro? Mulheres não têm muito a ver com violência armada. Por que querem fazer isto?

Em poucas palavras, porque nos importamos com questões de segurança e redução da(s) violência(s). E porque acreditamos que o conhecimento e a compreensão sobre os papéis de meninas e mulheres em contextos de violência armada, sobre os impactos diferenciados que esta(s) violência(s) pode(m) ter nas suas vidas e as formas como se organizam para a(s) prevenir, constituem um aspecto relevante, senão crucial, desses esforços de promoção de modelos e práticas de segurança e de prevenção da(s) violência(s) inclusivos e mais eficazes.

E porque nos importamos com o Rio de Janeiro, cidade dividida pelas suas desigualdades socioeconômicas, mas com práticas de violência(s) que são transversais e que envolvem e afetam de forma específica e complexa os vários segmentos da sua população. Porque nos envolvemos e fomos envolvidos pelas suas histórias, silêncios, vidas e experiências.

As páginas que se seguem constituem uma longa resposta a essas perguntas. Mas, antes, achamos pertinente explorar, de forma resumida, algumas das questões que (ainda) persistem e provocam reações como as que referimos antes.

Mulheres e meninas. As probabilidades de homens, e especialmente jovens do sexo masculino, matarem e morrerem com armas de fogo no Rio de Janeiro, como em qualquer parte do mundo, são muito maiores do que para mulheres. Este argumento tem sido usado, nacional e internacionalmente, para explicar (para legitimar, justificar e perpetuar) a ausência de mulheres e meninas nas pesquisas e ações sobre (e de) resposta à violência armada. De um modo geral, as referências sobre meninas ou mulheres são feitas na condição de vítima ou grupo vulnerável, na maioria dos casos ao lado de crianças e idosos, como aconteceu no Programa de Ação das Nações Unidas sobre Armas Ligeiras de 2001.

O olhar formatado e estereotipado com que muitas vezes vemos e interpretamos a realidade tem conseqüências negativas e concretas. Tendemos a ver apenas o que já é visível e, mais ainda, tendemos a definir, por vezes arrogantemente, o que merece ser visível e visibilizado. O que é menos visível ou não corresponde ou legitima as (nossas) construções preconcebidas sobre a realidade é excluído, marginalizado e condenado à invisibilidade. Na opinião de Barbara DuBois¹, a mulher (o sexo feminino) tem sido definida não em termos do que é, mas sim do que não é. Ora, isto é particularmente verdade, na nossa opinião, em contextos afetados pela violência armada. Mulheres e meninas não são quem mais mata com armas de fogo. Correto. Mulheres e meninas não são quem mais morre com armas de fogo. Certo. Então, mulheres e meninas não têm nada a ver com esta questão. Errado. Mulheres, homens, jovens do sexo feminino e masculino participam dessa(s) violência(s), sofrem os seus impactos específicos e respondem a esse(s) tipo(s) de violência(s). Mas a participação, impactos e respostas de meninas e mulheres fogem, muitas vezes, ao que canônica ou tradicionalmente foi estabelecido. E por isso ficam fora do alcance de olhares menos atentos ou menos interessados.

Reconhecer que mulheres e meninas têm a ver com violência armada pressupõe olhar para além de fórmulas estabelecidas (cria-

¹ DuBois, Barbara (1983). "Passionate scholarship: notes on values, knowing and method in feminist social sciences", in Gloria Bowles e Renate Duelli Klein (orgs.), *Theories of women's studies*. Londres: Routledge and Kegan Paul, pp.105-117.

das precisamente para categorizar ou dar nome ao que é mais visível, e nada mais além disso), bem como tentar entender as características e dinâmicas dessas “outras” formas de participação, vitimização e respostas. Para isso é necessário colocar outras questões, que levem a determinadas respostas. Se não as colocarmos, nunca saberemos as respostas. Foi este o princípio (teórico e prático) que orientou o nosso estudo, e que explicamos, mais detalhadamente, no capítulo sobre o *sexo das violências*.

Exemplos internacionais mostram que a inclusão das questões, necessidades, vulnerabilidades, vivências e formas de resistência das mulheres tem sido crucial para o sucesso de políticas, projetos e programas de prevenção de mortes e ferimentos com armas de fogo. É essencial entendermos por quê.

Foi precisamente isso que tentamos fazer, ao longo deste projeto: fazer outras perguntas e contribuir para o preenchimento de ausências. Ausências existentes nas pesquisas, e, conseqüentemente, nas políticas e programas de segurança no Rio de Janeiro, no Brasil e internacionalmente. E fizemo-lo ouvindo e tentando dar visibilidade (e sonoridade) às vozes e perspectivas de meninas e mulheres que, de formas diferenciadas, se envolvem e/ou sofrem os impactos da violência armada no Rio.

Violência(s) armada(s). Provocar a morte ou ferimentos de outros/as em larga escala (com instrumentos extremamente eficazes, amplamente aceitos e mesmo admirados ou glamourizados, simples de usar, transportar e esconder) não é um problema teórico. O problema da violência armada tem implicações reais para centenas de milhões de pessoas, em vários contextos: em situações de guerra e paz formal, e em todos os outros contextos de indefinição que se situam entre um pólo e outro. Este problema, complexo, e que assume hoje em dia proporções trágicas (anualmente, no mundo, as armas de fogo provocam cerca de meio milhão de vítimas fatais²), não pode ser tratado através de análises ou iniciativas abs-

² Small Arms Survey Yearbook (2001). *Profiling the Problem*. Oxford: Oxford University Press.

tratas centradas em armas de fogo, ignorando e silenciando o lado humano da questão, ou os homens, mulheres, meninas e meninos que vêem as suas vidas afetadas pela violência armada.

Foi essa nossa preocupação com as questões humanas da violência armada e, portanto, da segurança, que nos fez problematizar o uso da expressão “violência armada”, no singular. A multiplicidade de formas como a população se envolve e se relaciona com armas de fogo, bem como a diversidade dos impactos resultantes deste envolvimento, não cabem facilmente numa só categoria, ou mesmo em várias, como veremos mais à frente. Assim, porque os usos de armas de fogo, as suas vítimas e as escalas em que se manifestam são variados, optamos por falar em “contextos de violência armada” ou “violências armadas”, sublinhando as articulações ou *continuuns* entre estas violências, a multidimensionalidade deste fenômeno e a especificidade dos contextos e das pessoas envolvidas.

O PROJETO E OS DESAFIOS

Em 2003, quando decidimos unir esforços para desenhar a proposta para realizar o estudo que agora apresentamos, sabíamos que a tarefa não ia ser fácil. Em primeiro lugar, a decisão de centrarmos a nossa análise em mulheres e meninas. Foi uma decisão consciente. Há que se produzir conhecimento para, posteriormente, se poderem desenvolver análises, propostas e políticas de gênero.

Em segundo lugar, porque estávamos conscientes da difícil tarefa de levar a cabo um estudo participativo, comprometido com a mudança e com as(os) participantes da pesquisa, de criar laços e mantê-los, agir para a mudança, e tentar contribuir para o desenho de resposta às necessidades identificadas.

Tendo consciência de tudo isto, a idéia foi ganhando forma e, acima de tudo, foi conquistando a atenção de pessoas e instituições que possibilitaram a sua concretização. Assim, em fevereiro de 2005, iniciamos o projeto “Mulheres e meninas em contextos de violência armada: Um estudo de caso sobre o Rio de Janeiro”, uma parceria de pesquisa-ação entre a ONG brasileira Viva Rio e o Núcleo de Estudos para a Paz do Centro de Estudos Sociais/Universidade de Coimbra (Portugal), financiado pela Fundação Ford.

Os resultados apresentados neste livro são fruto do envolvimento e empenho de uma equipe que, de um lado e do outro do Oceano Atlântico, se foi consolidando e tornando possível esta pesquisa: José Manuel Pureza (Núcleo de Estudos para a Paz/CES, Universidade de Coimbra), Carla Afonso (Núcleo de Estudos para a Paz/CES, Universidade de Coimbra), Marco Aurélio Martins (Viva Rio, Rio de Janeiro), Jessica Galeria (Viva Rio, Rio de Janeiro) e Tatiana Moura (Núcleo de Estudos para a Paz/CES, Universidade de Coimbra).

Foram dois os objetivos gerais deste projecto. Em primeiro lugar, contribuir para a *produção de conhecimento sobre os papéis específicos e complexos* desempenhados por mulheres e meninas em contextos de violência armada no Rio de Janeiro: sobre o seu envolvimento

na violência armada, sobre a diversidade e especificidade dos impactos deste(s) tipo(s) de violência(s) nas suas vidas, e sobre as suas respostas formais e informais a este problema. Em segundo lugar, contribuir para o desenho e implementação de *estratégias de redução de violência(s) armada(s) mais eficazes e inclusivas*.

Especificamente, pretendemos

- Identificar e analisar as *tipologias e as motivações do envolvimento de mulheres e meninas na violência armada* (como agentes diretos, com participação ativa, ou indiretos, através de papéis de apoio como o transporte de armas de fogo, drogas ou informação) e identificar a *simbologia* por elas atribuída a *armas de fogo*.
- Identificar e analisar os *impactos directos* (mortes e lesões) e alguns dos *impactos indirectos da violência armada na vida de mulheres* (a arma como fator de ameaça e de insegurança em situações de violência doméstica e como instrumento determinante para a condição de sobrevivente ou familiar de vítima fatal da violência armada).
- Identificar e visibilizar intervenções ou *reações formais e informais* protagonizadas por mulheres perante este contexto (a partir de grupos da sociedade civil, associações de vítimas, manifestações contra a violência armada e mobilizações por mudanças de políticas públicas).
- Estimular a reflexão e promover o *debate sobre abordagens de gênero* ao problema da violência armada dentro de comunidades de baixa renda, grupos da sociedade civil (em particular grupos com atuação sobre direitos das mulheres e violência contra mulheres) e ao nível governamental.

Este relatório corresponde a um primeiro esforço de identificação e caracterização de *algumas* das formas como mulheres e meninas se envolvem e/ou podem sofrer os impactos da(s) violência(s) armada(s) no Rio de Janeiro. Esperamos que seja apenas um começo e que, perante a constatação de práticas e inseguranças plurais, possa contribuir para o desenho de respostas, também elas, plurais e inclusivas.

Metodologia

Em termos metodológicos, a nossa preocupação central foi a de desafiar categorias preconcebidas e colocar questões que normalmente não são colocadas. Deste modo, e adotando uma abordagem feminista, a questão do método a ser usado tornou-se, para nós, uma questão sobre a forma como esse método podia contribuir para a mudança.

As teorias feministas desafiaram fronteiras disciplinares tradicionais e permitiram revelar práticas, estruturas e aspectos culturais que se articulam (e se manifestam) em *continuum*, contribuindo para a legitimação e perpetuação da marginalização e silenciamento de experiências de vários setores da sociedade, em particular das mulheres. A visibilização desses *continuums* exige, no entanto, que se combinem várias metodologias.

Começamos por fazer o levantamento e análise prévios de literatura sobre: a) abordagens feministas das Relações Internacionais, em especial no que toca a relação entre mulheres e segurança; b) experiências de mulheres e meninas em contextos de conflitos armados e respostas levadas a cabo nestes contextos; c) tipologias de conflitos violentos e em particular de violência urbana; d) processos de desarmamento; e) abordagens metodológicas de coleta e análise de dados quantitativos e qualitativos.

Em segundo lugar, procedemos ao levantamento e análise de estatísticas e pesquisas sobre o caso do Brasil, e em especial do Rio de Janeiro – sobre violência contra mulheres, papéis de mulheres na polícia e experiências de vida como prisioneiras, sobre a situação de jovens e adolescentes, sobre armas de fogo no Brasil – e recolhemos dados do Ministério da Saúde sobre impactos da violência armada, estatísticas criminais da Polícia.

Com base nestes materiais, teóricos e empíricos, definimos três categorias ou temas amplos a serem analisados: 1) envolvimento ou participação de meninas e mulheres na(s) violência(s) armada(s); 2) os impactos destas violências nas vidas de mulheres e 3) as estratégias, formais e informais, que empregam, nestes contextos, para fazer frente a estas violências.

Como referimos anteriormente, esta tarefa de categorização ou de conceitualização de vivências e experiências invisíveis não foi simples. Em primeiro lugar, porque os *continuums* de violências armadas, que se manifestam em espiral, vividos (e por vezes também levados a cabo) por mulheres e meninas tornam difícil a própria tarefa de categorizar e definir grupos e temas (microexperiências, microcontextos) da pesquisa. No entanto, esta tarefa se tornou necessária para sistematizar e analisar todos os dados (quantitativos e qualitativos) recolhidos ao longo do projeto.

Depois porque, para compreendermos *onde estão* as meninas e mulheres em cenários complexos de violência armada, tivemos que ampliar o nosso olhar, para ver mais além. Para tal, falamos em *envolvimentos na violência armada* e não em envolvimento, no singular, de modo a incluir, nesta categoria, formas de participação (subcategorias) que vão além das normalmente protagonizadas por homens e jovens do sexo masculino (consideradas mais diretas, ativas e, logo, mais visíveis); falamos em *impactos diferenciados* da violência armada, incluindo, para além de mortes e lesões por armas de fogo, outras consequências negativas da presença e utilização de armas de fogo (em concreto incluímos, nesta categoria, o papel da arma de fogo como instrumento de ameaça e intimidação em microcontextos de violência, contra meninas e mulheres, e as experiências de sobreviventes de violência armada, ou seja, de familiares de vítimas fatais das armas de fogo); finalmente, falamos de *respostas* que têm emergido neste contexto de violência armada, formais e informais.

Os dados estatísticos existentes, especialmente os dados gerenciados pelo DATASUS/Ministério da Saúde, encontram-se disponíveis, estão desagregados por sexo, têm abrangência nacional e as informações são detalhadas a nível estadual e municipal. Estes dados são amplamente utilizados em pesquisas, atualmente, para medir os impactos da violência armada urbana no Brasil. Os dados criminais disponíveis são menos transparentes, difíceis de aceder e nem sempre desagregados por sexo. Contudo, estes dois tipos de dados têm sido utilizados para mostrar que mulheres e meninas são pou-

co afetadas pela violência armada no Brasil: os homens representam 91% das mortes por armas de fogo e 90% das hospitalizações resultantes de ferimentos com estas mesmas armas. Por medirem os impactos diretos e visíveis da violência armada, estes dados ofuscam outros impactos que afetam de forma específica mulheres e meninas, como veremos ao longo deste livro. Para identificarmos alguns deles desenvolvemos outras formas de obter informação, especialmente informação qualitativa, que nos permitiram constatar muito do que falta e/ou tem sido excluído das fontes oficiais.

Acima de tudo procuramos escutar e conhecer as histórias de violências e respostas a estas violências protagonizadas, especialmente, por meninas e mulheres. Foram desenvolvidos roteiros de entrevistas semi-estruturadas e aplicados em entrevistas individuais e coletivas, ao longo dos oito meses de pesquisa de campo, aos seguintes grupos³:

- Detentas e funcionários/as da Penitenciária Talavera Bruce
- Jovens do sexo feminino a cumprir medida sócio-educativa de internação e de semiliberdade, no Educandário Santos Dumont e Centro de Recursos Integrados de Atendimento ao Menor (CRIAM) Ricardo de Albuquerque, respectivamente, e funcionárias de ambas as instituições
- Líderes comunitárias de Cantagalo e Jardim Batan (Realengo)
- Participantes e representantes de grupos da sociedade civil (ONG): Advocaci, Cemina, Cepia, Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC), Central Única das Favelas (CUFA), Escola de Educação Audiovisual Nós do Cinema, Instituto Promundo, Programa Social Crescer e Viver e Viva Rio (equipe do Programa de Ações em Segurança Pública – PROASP e Projeto Luta pela Paz)
- Mulheres do movimento *hip hop* do Rio de Janeiro
- Especialistas do setor de segurança pública: juízes, policiais civis (delegadas), policiais militares (oficiais), pesquisadoras

³ A escolha dos grupos e indivíduos entrevistados resultou de contatos prévios, da criação de redes e de sugestões dadas pelas próprias participantes na pesquisa.

- Familiares de vítimas da violência armada (na maioria mães de vítimas).

Para além das entrevistas foram realizados grupos focais com detentas em Talavera Bruce e grupos mistos de jovens moradores de comunidades de baixa renda, com o objetivo de, através dessa interação coletiva e do debate natural que se gera entre os/as participantes, obter informações complementares às entrevistas individuais.

No total, foram entrevistadas 149 pessoas. Após a transcrição das entrevistas e da sua leitura, e através de procedimento manual, sistematizamos a informação, identificando padrões nas respostas e criamos subcategorias para cada um dos grandes temas definidos *a priori*.

Foram desenvolvidos e distribuídos/aplicados questionários aos seguintes grupos:

- Mulheres denunciantes que se dirigiram ao balcão de atendimento de oito das nove Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher do Município do Rio de Janeiro, entre setembro e outubro de 2005 (questionário desenvolvido em conjunto com o CESeC, a ser preenchido anônima e voluntariamente)
- Detentas do Talavera Bruce

Em novembro de 2005 foi realizado, em Coimbra, um encontro internacional de especialistas sobre o tema da pesquisa, onde foram debatidos os objetivos e metodologias a serem utilizadas. Em junho de 2006 apresentamos, num seminário organizado no Rio de Janeiro, os principais resultados da pesquisa. Neste seminário elaboraram-se, em conjunto com representantes de vários setores, as recomendações que apresentamos neste estudo.

Foi levada a cabo uma análise sobre representações e linguagem na imprensa escrita, centrada na temática abordada pela pesquisa⁴. O interesse em desenvolver esta análise em torno da temá-

⁴ A seleção, coleta e análise dos artigos de imprensa escrita centrados na temática do projeto foram levadas a cabo por Mónica Rafael, Sílvia Roque e Carla

tica deste projeto de pesquisa se justifica pelo papel decisivo que os meios de comunicação social assumem, hoje em dia, na identificação, na abordagem, na interpretação e no debate de temas centrais das nossas sociedades e na inserção destes na agenda pública. De fato, os meios de comunicação têm freqüentemente o poder de decidir quais os temas prioritários do momento e influenciar a opinião pública, bem como a capacidade de mobilizar e determinar novos pontos nas agendas políticas⁵.

Para selecionar as notícias a serem objeto de análise, não optamos por técnicas de amostra científicas, mas antes procuramos ter acesso ao maior número possível de artigos, fazendo a sua seleção com base na temática abordada pelas notícias, neste caso, todas as notícias estão relacionadas com duas temáticas: mulheres e violência. Dentro desta temática, selecionamos, para a análise qualitativa, notícias em que é apresentada uma das seguintes perspectivas: as mulheres vítimas de violência e as mulheres que são agressoras ou estão envolvidas em práticas criminosas que nem sempre incluem a agressão direta. No primeiro grupo incluem-se mulheres envolvidas diretamente em atos violentos (assalto, homicídio ou ferimento) ou em atos relacionados com o tráfico de drogas, o que as leva a serem caracterizadas como “bandidas”. No segundo grupo incluem-se mulheres que são vítimas diretas de atos violentos (homicídio, assalto, ferimento, ameaça) ou familiares de vítimas.

No total, procedeu-se à análise de discurso de 75 textos jornalísticos veiculados pelos jornais *O Globo*, *Jornal do Brasil* e *O Dia*⁶ ao

Afonso (Núcleo de Estudos para a Paz/CES, Universidade de Coimbra), que contaram com o apoio inestimável da equipe do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC), em especial de Bárbara Soares, Sílvia Ramos, Angélica Silva, Greice Conceição e Gabriel Fonseca da Silva, e com a colaboração de Susana Baptista e Pedro Abreu, do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

⁵ Mais informações sobre representações mediáticas da violência em Ramos, Sílvia e Paiva, Anabela (orgs.) (2005), “Mídia e Violência – Como os Jornais retratam a Violência e a Segurança Pública no Brasil”, Relatório preliminar de Pesquisa, CESEC, Maio, disponível em http://www.ucamcesec.com.br/at_proj_conc_texto.php?cod_proj=215

⁶ O jornal *O Globo* constitui um dos principais veículos de formação de opinião em nível nacional e o jornal *O Dia* destaca-se pelo seu caráter marcadamente

longo dos meses de maio de 2004⁷, janeiro de 2006 e fevereiro de 2006⁸. Dos 75 artigos selecionados, 52 são reportagens (nas quais se incluem as notas), 19 são notícias de um caderno especial sobre mulheres envolvidas no crime e quatro são artigos de opinião.

As análises dos artigos de imprensa escrita encontram-se nos capítulos sobre as outras faces da violência armada e sobre os diferentes impactos das armas de fogo em mulheres e meninas, respectivamente.

Paralelamente à pesquisa envolvemo-nos em processos para a redução da violência armada no Rio de Janeiro. No Brasil, com o Referendo Nacional sobre a proibição da venda de armas de fogo e munições e em mobilizações e encontros no âmbito da nova Lei de Violência Doméstica brasileira (atual Lei Maria da Penha, agosto 2006⁹) e em encontros de profissionais do setor de saúde com o objetivo de promover uma coleta eficaz de dados sobre violência doméstica. Internacionalmente, participamos do processo da ONU sobre armas ligeiras e ações da Rede Internacional de Controle de Armas Ligeiras (IANSA)¹⁰ e em sessões da Audiência Pública pro-

popular. Ambos têm tiragem nacional, mas operam especificamente no Rio de Janeiro através de uma ampla seção local. Para além disso, são considerados os jornais onde se publica a maior quantidade de notícias sobre o Rio de Janeiro, nomeadamente no que diz respeito à cobertura sobre violência, criminalidade e segurança.

⁷ A escolha do mês de maio de 2004 decorreu da existência de um especial/caderno sobre mulheres criminosas rico para análise de conteúdo.

⁸ Os meses de janeiro e fevereiro de 2006 foram selecionados porque decorria o projeto de pesquisa, no Rio de Janeiro.

⁹ A Lei 11.340, sancionada em 7 de agosto de 2006, recebeu o nome de Maria da Penha Maia, em homenagem à biofarmacêutica que lutou durante 20 anos para ver o seu agressor condenado e virou símbolo contra a violência doméstica. Em 1983, foi agredida com um tiro nas costas pelo marido, Marco Antonio Herredia, e ficou paraplégica. Em 2001, após 18 anos, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos responsabilizou o Brasil por negligência e omissão em relação à violência doméstica. Somente em 2003, o ex-marido de Penha foi preso.

¹⁰ Em junho de 2005 e em junho de 2006, na Conferência Bial de Estados e na Conferência de Revisão da ONU sobre Armas Ligeiras apresentamos, em Nova York, os resultados preliminares e finais do projeto "Mulheres e meninas em contextos de violência armada: um estudo de caso sobre o Rio de Janeiro", em reuniões da Rede de Mulheres da IANSA.

movida pela Comissão Nacional Justiça e Paz, intitulada “Por uma sociedade segura e livre de armas”, em Portugal¹¹.

Na opinião de Maria Mies¹², a validade de uma teoria ou pesquisa não depende da aplicação de determinadas metodologias ou regras, mas sim do seu potencial em criar e/ou orientar práticas que conduzam a uma maior consciência crítica. Se assim for, a validade das nossas opções metodológicas será algo que só confirmaremos no futuro.

¹¹ Esta Audiência Pública ocorreu entre novembro de 2005 e maio de 2006.

¹² Mies, Maria (1983). “Towards a methodology for feminist research”, in Gloria Bowles e Renate Duelli Klein (orgs.). *Theories of women's studies*. Londres: Routledge and Kegan Paul, pp.117-140.

O SEXO DAS VIOLÊNCIAS: DA CASA AO MUNDO

Os conceitos e práticas de guerra (e de paz) podem mudar e adaptar-se a novas realidades. Mudam os cenários de guerra, mudam os seus atores, mudam os meios utilizados para alcançar objetivos. Nos anos 90, um conjunto amplo de autores analisou as chamadas *novas guerras*¹³, distintas das guerras tradicionais pelos seus atores, objetivos e estratégias utilizadas.

Mudam os conceitos e as práticas, mas o caráter *sexuado* das guerras parece ser uma permanência: todas as guerras ou conflitos armados assentam sobre a construção de identidades e sobre estruturas e mecanismos de poder e dominação que constituem o núcleo de um sistema patriarcal, a que algumas feministas chamam *sistema de guerra*. Este sistema requer, para se perpetuar, a construção de um determinado tipo de masculinidade (hegemônica, dominante, violenta). Por sua vez, esta masculinidade necessita sempre de masculinidade(s) e feminilidade(s) silenciadas, invisibilizadas e, portanto, marginalizadas, que lhe sirvam de antítese, negação e contraponto. Neste sentido, podemos afirmar que as manifestações deste sistema não são exclusivas de contextos que vivem um conflito armado declarado ou reconhecido como tal, e que podem ser encontradas em contextos de indefinição, que vivem uma aparente situação de paz formal.

Esta abordagem sublinha a necessidade de constatar e analisarmos a existência de *continuums* de violências (armadas, domésticas, sexuais, sociais, econômicas...) como expressão de uma realidade em que a guerra não é um fato social isolado, mas antes algo que impregna, como realidade cultural, o nosso quotidiano, fazendo com que para muitos e muitas a guerra se confunda com a paz.

¹³ Kaldor, Mary (1999). *New and Old Wars: Organised Violence in a Global Era*. Polity Press/Stanford University Press.

Perante a constatação da existência destes contextos e da sua análise, pretendemos revelar o quão redutoras e excludentes são as atuais (e herméticas) categorizações ou definições de *guerra* e de *paz*, analisando para tal a transversalidade da existência, disseminação e uso de armas de fogo em vários contextos (em particular num contexto específico de paz formal) e da construção de um *sistema de guerra* que perpetua a exclusão e marginalização das mulheres (e de outros grupos marginalizados).

Em segundo lugar, pretendemos lançar o desafio de pensar e encontrar novos mecanismos que respondam às inseguranças provocadas por estas novíssimas guerras, analisando formas alternativas e não violentas de prevenção e de transformação destes conflitos – *novíssimas pazes*.

A nova geografia da(s) guerra(s)

Sabemos que nem todas as formas de violência são sinónimo de guerra. Sabemos, no entanto, que a violência e a guerra têm em comum o fato de serem construções sociais e não determinismos biológicos. Ou seja, a guerra e qualquer forma de violência organizada são fenômenos culturais, que se aprendem e desaprendem. Como refere Jan Jindy Pettman¹⁴,

A guerra corresponde a um conjunto de práticas sociais, é uma forma de política que pressupõe a capacidade organizada de utilização da violência de ampla escala e a predisposição para recorrer à violência para resolver conflitos.

A guerra é, então, um conceito dinâmico, complexo e pode ter várias interpretações. Uma análise da evolução e da conceitualização da conflitualidade internacional permite-nos, por um lado, constatar a tendência de aproximação entre as chamadas zonas de guer-

¹⁴ Pettman, Jan Jindy (1996). *Worlding Women: A Feminist International Politics*. Londres: Routledge, p. 88.

ra e zonas de paz, a geração de espaços de indefinição, e, por outro, identificar *continuum(s)* de violência(s), da escala global à local.

Por contraposição ao imaginário das “velhas guerras” (interestatais), nas novas guerras visibilizadas com o final da Guerra Fria (intra-estatais ou civis) a violência deixou de ser vista como uma exceção – um momento de intensa irracionalidade, mas com um começo e um fim claros – para passar a ser uma expressão “instalada” de uma cultura de violência, com uma intensidade e uma radicalidade inconstantes. Essa persistência tornou-se, no entanto, um elemento crucial de sobrevivência política e econômica em muitas regiões do mundo, satisfazendo as novas economias políticas de guerra, que dependem deste *continuum* de violências.

Muitas guerras dos anos 90 surgiram como uma amplificação das contradições e relações internas que moldaram a negociação formal da paz em momentos anteriores – que correspondia, afinal, a uma paz violenta ou a uma zona de indefinição¹⁵. Por outro lado, estas novas guerras inscrevem-se num *continuum* de violências que atravessa fronteiras, em que a emergência de aglomerados de economias de guerra e a interdependência entre zonas de paz e zonas de guerra são traços definidores essenciais. O mesmo autor, Mark Duffield, argumenta que a diferença fundamental entre as “velhas” e as “novas” guerras não está tanto na questão do grande número de mortes civis (já que mecanismos de mortes civis massificadas existem desde, pelo menos, a Segunda Guerra Mundial) ou no fato de se revelarem internamente aos Estados (uma vez que existiam já guerras internas embora camufladas) mas sim na questão da (i)legitimidade reconhecida aos líderes e as motivações destas “novas” guerras. Com o desaparecimento da legitimidade dada pela confrontação entre os blocos, bem como pelas ideologias nacionalistas, os líderes e as suas motivações passaram, com o final da Guerra Fria, a ser vistos como ilegítimos, selvagens, incompreensíveis no novo quadro das relações internacionais, marcadas por uma cres-

¹⁵ Duffield, Mark (2001). *Global Governance and the New Wars*. Londres: Zed Books, pp. 188-189.

cente importância e visibilidade das questões humanitárias e de segurança humana.

Atualmente estamos perante a disseminação, ao nível global, de outro tipo de conflitualidade violenta, que tem emergido nas entrelinhas de outros tipos de guerra, a que arriscamos chamar micro ou *novíssimas guerras*. Com o aumento de visibilidade e impacto destas “novíssimas” guerras, altera-se também profundamente a forma de olhar os fenómenos da guerra e da violência armada nas Relações Internacionais, focando a interligação entre mecanismos e expressões simultaneamente localizados e globalizados. Trata-se da disseminação da violência armada a uma escala cada vez mais micro, que tem como cenários privilegiados as periferias de grandes centros urbanos situados em países em paz formal, e que tem como atores (quer vítimas diretas quer agentes da violência) jovens do sexo masculino, a maioria pertencente a classes sociais marginalizadas. Apesar da sua manifestação a uma escala micro ou local, estas *guerras* são um fenómeno mundial, tanto pela sua disseminação global como pela sua dependência e articulação com contextos considerados de guerra e de pós-guerra.

As novíssimas guerras distinguem-se da simples criminalidade interna de larga escala. A fronteira cada vez menos nítida entre a esfera interna e internacional nestes cenários faz com que a definição ou caracterização desta nova conflitualidade dependa das “lentes” ou dos filtros com que analisamos estes contextos. Se nos centrarmos única e exclusivamente na dimensão interna, pouco mais veremos do que um cenário de criminalidade hiperconcentrada, sem objetivos políticos. Mas se compreendermos as articulações entre estes fenómenos locais e o contexto internacional, veremos que estamos perante a emergência de conflitos de tipo novo, disseminados à escala global. Ao chamarmos “novíssimas guerras” a este tipo de conflito violento, pretendemos realçar esta diferença importante.

A América Latina constitui um dos exemplos mais expressivos destes fenómenos, onde a paz formal e institucional não significou uma diminuição da violência, mas, antes, uma “democratização

da violência”¹⁶. Esta violência, que emergiu nos anos 80 e 90, resulta da combinação de vários fatores¹⁷ e tem rostos paradoxais. Veja-se, por exemplo, o caso de El Salvador, que entre 1990 e 1995, após a assinatura dos acordos de paz, testemunhou um aumento da taxa de homicídios de 79 para 139 homicídios cada 100 mil habitantes¹⁸. Como defende Briceño-León, começaram a registrar-se mais mortes na calma da paz que nas tormentas da guerra.

A escala destas manifestações de violência é diferente das novas guerras. Trata-se de concentrações de grande intensidade de violência em territórios muito limitados, ou microterritórios (bairros, comunidades urbanas, zonas suburbanas), dentro de um contexto nacional de paz aparente, institucionalizada e formal.

De fato, nesta reconfiguração das manifestações e tipologias da violência, os *espacios urbanos e as suas periferias* são os territórios eleitos das novíssimas guerras. Como afirma Eduardo Galeano, relativamente à Nicarágua, o mais espantoso é a comparação entre o passado e o presente. Se a paz reinava nas ruas das cidades do país durante os anos da guerra, desde que a paz foi declarada as ruas se tornaram cenários de guerra, campos de batalha¹⁹. No entanto, esta

¹⁶ Rodgers, D. (2003). “Youth gangs in Colombia and Nicaragua: new forms of violence, new theoretical directions?”; in A. Rudqvist (org.), *Breeding Inequality – Reaping Violence, Exploring Linkages and Causality in Colombia and Beyond*, Outlook on Development Series, Collegium for Development Studies, Uppsala, 111–141, disponível em <http://www.kus.uu.se/poverty&violence/PovertyViolence.pdf>

¹⁷ Alguns autores apontam, entre outros, a persistência de elevados níveis de desigualdade social, as taxas baixas ou negativas de crescimento econômico, o elevado índice de desemprego e de emprego precário, o rápido crescimento das grandes cidades e das áreas metropolitanas, a homogeneização e inflação das expectativas dos jovens que nascem nas comunidades mais pobres, a ausência ou fragilidade de infra-estruturas urbanas básicas, de serviços sociais básicos e de organizações da sociedade civil em bairros mais pobres, a disponibilidade crescente de armas ligeiras e drogas, a presença crescente e cada vez mais forte do crime organizado, a cultura da violência mantida e perpetuada pelo crime organizado e pelos meios de comunicação e, finalmente, o baixo nível de eficácia da polícia e de outras instituições do sistema de justiça criminal.

¹⁸ Briceño-León, Roberto (2002). “La nueva violencia urbana de America Latina”, in Tavares dos Santos, José e Maíra Baumgarten (eds.) (2002): *Sociologias: Violências, América Latina* (8), julho/dezembro. Porto Alegre: UFRGS, p. 13.

¹⁹ Galeano, Eduardo, (1998). *Patatas Arriba: La Escuela del Mundo al Revés*. Madrid: Siglo Veintiuno, pp. 314-316.

democratização e urbanização da violência são imperfeitas, e alguns setores e espaços da sociedade e da cidade são mais vulneráveis à violência do que outros.

De fato, são freqüentemente os mais jovens dos jovens que correm mais riscos, como se comprova pelos dois estudos de Luke Dowdney²⁰ sobre crianças do tráfico, que estabelecem um paralelo entre jovens envolvidos no comércio de drogas (no Rio de Janeiro e em outros nove centros urbanos do mundo) e crianças soldado. Mas dada a alegada despolitização destas novíssimas guerras, os primeiros são menos visíveis e dificilmente categorizáveis, apesar de enfrentarem taxas de mortalidade muitas vezes superiores a situações de conflito armado declarado.

O principal desafio da análise da evolução e (re)conceitualização das guerras é precisamente o questionamento da separação entre guerra e “formas menores” de violência, mostrando precisamente a importância da noção de *continuums* de violências como expressão de uma realidade em que a guerra não é um fato social isolado, mas, antes, algo que impregna, como sistema cultural, o nosso cotidiano.

Rostos (in)visíveis

Os olhares estereotipados sobre as realidades têm sempre resultados perversos. O fato de serem homens – e no caso de violência armada urbana, jovens do sexo masculino – os que mais matam e morrem tem levado a que se fechem os olhos e se negligenciem outros atores envolvidos nesta violência.

Por outro lado, as tentativas de entendimento e de resposta imediata ao número de mortos e feridos nestes contextos de novíssimas guerras têm secundarizado outras formas (não menos importantes) de violência armada e os seus impactos na vida de diversos

²⁰ Dowdney, Luke (2003). *Crianças do tráfico: Um estudo de caso de crianças em violência armada organizada no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 7Letras e Dowdney, Luke (2005). *Neither War nor Peace: International comparisons of children and youth in organised armed violence*. Rio de Janeiro: 7Letras.

setores da sociedade, nomeadamente de mulheres e de meninas. Estes impactos, muitas vezes silenciados, são comuns a vários contextos locais, tornando-se, assim, globais.

As manifestações dos vários tipos de violências, que constituem fontes de insegurança, apresentam-se em várias escalas, desde a intersubjetiva (interpessoal) à internacional. Devemos, portanto, questionar *quem* ou *o que* tem sido considerado como o objeto/sujeito de segurança, que níveis de análise se favorecem e *quem* ou *o que* constitui uma *ameaça* à segurança, nas teorias e políticas públicas de segurança. É precisamente este um dos principais objetivos deste estudo: visibilizar estes “novos” riscos e as suas diferentes escalas.

Finalmente, acreditamos que, apesar de importante, a atenção concedida às práticas e aos atores (e vítimas) mais visíveis da violência tem contribuído para a invisibilização das respostas e reações a estas violências, ou das muitas histórias de sucesso neste campo. Ao defendermos que as novíssimas guerras são fenômenos locais que se disseminam à escala global, apresentando cenários específicos tanto de guerra como de paz, defendemos também que as propostas de prevenção, redução e transformação da violência concebidas e levadas a cabo a uma microescala, poderão representar propostas de paz macro ou globais, ou seja, são exemplos de *novíssimas pazes*. Afinal, como nos lembra Italo Calvino²¹, no meio do inferno em que vivemos todos os dias, existem duas maneiras de não sofrer. A primeira é aceitar o inferno e fazer parte dele ao ponto de já não o vermos. Nós optamos por uma segunda: *tentar reconhecer quem, no meio do inferno, não é inferno, e preservá-lo, fazê-lo viver e dar-lhe lugar*.

Continuuns, espirais e identidades

As análises feministas das relações internacionais têm denunciado o lugar central ocupado pela construção social de um *sistema de*

²¹ Calvino, Italo (1999). *As cidades invisíveis*. Lisboa: Teorema.

*guerra*²² que tem na sua base conceitos e práticas excludentes. Este sistema de guerra está presente em todas as esferas da sociedade, e não se manifesta apenas em tempo de conflitos armados ou de guerra reconhecida como tal. A violência intrafamiliar e a violência sexual, que tem como um dos instrumentos de ameaça a arma de fogo, e que ocorre na chamada esfera privada, em tempo de guerra e em tempo de “paz”, fazem parte de uma cultura que normaliza, naturaliza e privatiza a violência contra as mulheres. Correspondem a violências sexualizadas que, apesar de terem expressão micro, são globais. Ou seja, são também reflexo de tentativas de construção de um determinado tipo de masculinidade dominante, a mesma que subjaz ao sistema de guerra, a mesma que tem moldado e resultado da reconfiguração da conflitualidade local-internacional.

Através desta análise, que privilegia a análise dos *continuums* de violência(s) para além de cenários considerados como guerra oficial, pretendemos demonstrar a proximidade entre zonas de guerra e zonas de paz, em particular através da análise da exclusão e subalternização das mulheres, fenômeno que consideramos transversal aos vários contextos.

Acreditamos que a emergência de novos e novíssimos tipos de guerra é possível porque o sistema que lhe está subjacente (e a versão de masculinidade que lhe está associada) tem uma enorme capacidade de transformação e adaptação às tendências emergentes no panorama internacional. Para o olhar de alguns, as novas e novíssimas guerras são conflitos de baixa intensidade, sem objetivos políticos, *desmasculinizadas*²³ e, portanto, despolitizadas. De fato, o poder de apelidar um determinado conflito de guerra pertence apenas aos grupos dominantes. No entanto, há mais de uma década que temos assistido à transformação da tipologia das guerras. E com

²² Reardon, Betty (1985). *Sexism and the War System*. Nova Iorque: Teachers College Press.

²³ Van Creveld, Martin (2000). “The Great Illusion: Women in the Military”. *Millennium: Journal of International Studies*, 29 (2), 429-442.

ela, assistimos à (re)construção de identidades que as legitimam e perpetuam.

Na base, o eixo comum que subjaz às várias guerras prende-se com a construção e promoção de um tipo de masculinidade, considerada dominante, que é heterossexual, homófoba, misógina, que considera o desempenho profissional (os rendimentos resultantes desta profissão) e a capacidade de aquisição de bens materiais a base do respeito e do *status* social. Este tipo de masculinidade, para ser dominante, procura manter relações de poder hierárquicas, subalternizando mulheres (a feminilidade) e alguns homens.

No entanto, e nas palavras de Michael Kimmel²⁴, mais do que uma expressão do poder, a violência perpetrada em nome desta masculinidade não é tanto resultado de uma identidade, mas sim de uma tentativa de restabelecer o poder e, portanto, pertencer a um “grupo” (valorizado, respeitado, que detém o poder).

A violência (armada) converte-se frequentemente num meio alternativo de afirmação. As crescentes fragmentações e polarização sociais são compensadas, em alguns casos, com o desenvolvimento de formas de identidade social alternativas e a busca de poder económico e simbólico²⁵.

As análises de Gary Barker²⁶ sobre os motivos que levam jovens, em vários centros urbanos do mundo, a ingressar em gangues ou grupos armados, a “matar e a morrer para alcançar uma versão socialmente legítima de masculinidade” revelam-nos precisamente isso. Barker defende que os requisitos das versões dominantes da masculinidade em contextos pobres (de desigualdade) em todo o mundo se relacionam com a obtenção de bens, dinheiro, respeito e

²⁴ Comunicação na reunião de peritos do projeto “Mulheres e Meninas em Contextos de Violência Armada: um Estudo de Caso sobre o Rio de Janeiro”, realizada na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, nos dias 4 e 5 de novembro de 2005.

²⁵ Winton, Ailsa (2004). “Urban violence: a guide to the literature”. *Environment & Urbanization*, 16 (2), outubro, 165-185.

²⁶ Barker, Gary (2005). *Dying to be Men. Youth, masculinity and social exclusion*. Londres/Nova York: Routledge.

mulheres. No entanto, os meios que os seus protagonistas estão dispostos a usar (e os que estão disponíveis) marcam a fronteira entre a adoção de uma masculinidade violenta e outros tipos de masculinidades. Perante uma associação entre masculinidade dominante e posse e uso de armas de fogo, alguns jovens, na tentativa de ocupar um lugar em sociedades fortemente hierarquizadas, recorrem à violência armada como forma de obter *status social*, poder e demonstrar a sua hegemonia.

Ou seja, a democratização e a inflação de expectativas dos jovens dos grandes centros urbanos correspondem precisamente à tentativa de construção e promoção de um modelo de masculinidade, dominante. Em contextos de novíssimas guerras, em que as situações de múltipla exclusão social e econômica são exacerbadas, as escolhas disponíveis para jovens de espaços urbanos são limitadas. Neste sentido, as falhas nas instituições sociais tradicionais em todos os níveis contribuem amplamente para que alguns jovens optem por ingressar em gangues. Ao nível macro, o Estado deixa de conseguir atribuir significado à cidadania, especialmente para os mais marginalizados²⁷. A crescente fragmentação social e polarização resultantes são compensadas em alguns casos com o desenvolvimento de formas de identidade social alternativa, e a violência pode tornar-se um recurso através do qual se obtém uma identidade reconhecida²⁸. Em síntese, apesar de não constituírem a maioria, muitos jovens “matam e morrem para alcançar uma versão socialmente legítima de masculinidade”²⁹.

No entanto, pouco se tem debatido sobre a construção de feminilidade(s), em contextos de violência armada. Por um lado, sabemos que determinadas versões da masculinidade (dominante) dependem da construção da sua negação ou oposição – feminilida-

²⁷ Winton, Ailsa (2004). “Urban violence: a guide to the literature”. *Environment & Urbanization*, 16 (2), outubro, 165-185.

²⁸ Briceno-León, R. e Zubillaga, V. (2002). “Violence and globalization in Latin America”. *Current Sociology* 50 (1), 19–37.

²⁹ Barker, Gary (2005). *Dying to be Men. Youth, masculinity and social exclusion*. Londres/Nova York: Routledge, p. 83.

des vulneráveis e passivas. Mas, por outro, assistimos também a uma inflação ou padronização das expectativas de meninas e mulheres, bem como as suas frustrações, nestes contextos. Neste sentido, torna-se urgente considerar e analisar novíssimas identidades ou feminilidades emergentes, e entender de que forma e através de que práticas se constroem. Ou seja, complexificar a análise simplista que a uma masculinidade dominante contrapõe uma feminilidade vulnerável, e entender de que tipo de relações resultam estas construções identitárias: se por oposição, imitação, rejeição, admiração, dependência, autonomia, subsidiariedade... São justamente estas relações e as articulações entre elas que ocuparão as páginas deste livro.

Olhar os silêncios

VIOLÊNCIA ARMADA: AS OUTRAS FACES

*I am tired of being the blood, the earth and the scream. I address the storyteller and those who have passed the tale down, written it down, recited and believed it. Is that all? I ask the storyteller. Where am I then? Do I have to be Abel if I don't want to be Cain? Is there no other way?*³⁰

DOROTHEE SÖLLE, 1982³¹

Algumas autoras³² defendem que as propostas de análise da participação das mulheres nas guerras, ao longo dos séculos, e dos impactos destas guerras nas suas vidas equivalem a *espaços sem história*, caracterizados pela ausência de (algumas) experiências de atores silenciados. Esta história se torna, portanto, uma história incompleta e parcial.

A visibilidade trazida pela denúncia de estratégias e práticas de guerra que utilizam os corpos de meninas e mulheres como campos de batalha – como foi o caso da violência sexual e homicídio em larga escala de meninas e mulheres tutsi em Ruanda, em 1994, ou dos estupros em massa perpetrados contra meninas e mulheres na Bósnia, no conflito de 1992 – fez com que passasse a ser impossível considerar as guerras como um terreno exclusivamente masculino. As mulheres passavam a fazer parte da história, da história desses conflitos. No entanto, e uma vez mais, muitas histórias passavam, para os olhares do mundo, de forma parcial e incompleta.

³⁰ Tradução: *Estou cansada de ser o sangue, a terra e o grito. Pergunto ao contador de histórias e aqueles que as transmitiram, que as escreveram, que as recitaram e que nelas acreditaram. É só isso? Pergunto. Onde estou eu, então? Terei que ser Abel se não quiser ser Caim? Não há outro modo?*

³¹ Sölle, Dorothee (1982). "Peace Needs Women", in Reardon, Betty (1985), *Sexism and the War System*. Nova Iorque: Teachers College Press.

³² Nash, Mary e Tavera, Susanna (2003) (orgs.). *Las mujeres y las guerras: el papel de las mujeres en las guerras de la Edad Antigua a la Contemporánea*. Barcelona: Icaria editorial.

Os porquês destas violências não foram explorados, os seus impactos de médio e longo prazo tornaram-se muito menos visíveis e marginalizaram-se outras experiências.

Muitos dos olhares formatados que recaem sobre esses e outros conflitos têm tendido, precisamente, a ser moldados e a reproduzir estereótipos, apresentando e considerando mulheres e meninas apenas como vítimas e, para além disso, como vítimas passivas, sem capacidade de reação e resposta. E este tipo de construção está na base e legitima um outro estereótipo, não menos enraizado, o da associação inata entre masculinidade e violência. Os estereótipos ou mitos essenciais para a manutenção de um sistema de guerra – o qual permite, normaliza e chega a banalizar a violência (em tempo de guerra ou em tempo de paz) – impregnam-se de forma sutil na sociedade, nas nossas vidas e nas nossas casas. Assim, questionar ou desafiar aquilo que foi construído para não ser questionado, denunciar as incoerências e dar visibilidade a outros rostos desse sistema torna-se uma tarefa difícil.

Em contextos onde a prática da(s) violência(s), em particular da(s) violência(s) armada(s), se tornou diária, manifestando-se desde a esfera micro, mais privada, à esfera macro, mais visível, há que se questionar os comos e os porquês dessas violências. Há que se denunciar os mitos ou os pressupostos em que assentam, que as tornam (quase) legítimas e socialmente aceitas.

A construção da feminilidade como inerentemente pacífica (e passiva) tem servido como contraponto e legitimação da construção de uma masculinidade violenta, que recorre a armas (de fogo) como tentativa de alcançar e/ou manter o seu poder. Todos(as) os(as) que contrariem esta associação já naturalizada causam estranheza, desconforto e repúdio. São alvo de olhares e atenção mediáticos, momentâneos e passageiros, que não perdem muito tempo em tentar entender o que está subjacente à estranheza, ou quais as características e padrões dessa *exceção à norma*.

Foram precisamente algumas dessas características e padrões que tentamos identificar ao longo desta pesquisa. Tentamos ver, nas entrelinhas da hipervisibilização dos agentes da(s) violência(s) armada(s) no Rio de Janeiro – jovens do sexo masculino, pobres,

marginalizados, moradores de comunidades de baixa renda, que são os que mais matam e mais morrem –, que histórias estão sendo silenciadas ou olhadas com estranheza.

Falamos de meninas e mulheres³³ que participam da violência, e em particular de violência(s) armada(s), das especificidades da sua participação e dos motivos que subjazem aos seus atos. Sabemos que a violência armada tem vários rostos, se manifesta através de práticas diferenciadas (umas mais visíveis do que outras) e que os seus agentes/atores são múltiplos. O fato de, no Rio de Janeiro (e no mundo inteiro), a porcentagem de infratores ser muito superior à de infratoras não deve servir como argumento para que se fechem os olhos e se marginalizem outras especificidades da criminalidade violenta (e armada). Olhar para o envolvimento de meninas e mulheres em práticas violentas contribui, de forma decisiva, para uma melhor e mais complexa compreensão da realidade e para o desenho de políticas e programas de prevenção e de resposta à violência armada eficazes.

Para o fazermos partimos do levantamento e análise de estudos realizados sobre o tema (em particular o estudo realizado por Soares e Ilgenfritz, de 2002, sobre mulheres prisioneiras) e de dados estatísticos existentes sobre criminalidade feminina no município do Rio de Janeiro (Vara da Infância e da Juventude do Município do Rio de Janeiro³⁴ – VIJ, do Departamento Geral de Ações Sócio-Educativas³⁵

³³ Nos termos do art. 2 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), considera-se criança, para efeitos desta lei, a pessoa até 12 anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre 12 e 18 anos de idade. Assim, neste estudo, quando mencionamos meninas e jovens do sexo feminino, adotamos a distinção formal do ECA, ou seja, com idades compreendidas entre os 12 e os 18 anos.

³⁴ A Vara da Infância e da Juventude, com competência territorial para a comarca da Capital do Rio de Janeiro, é o juízo competente para julgar adolescentes que praticam condutas delituosas. http://www.tj.rj.gov.br/infan_ju/2vara/competencia.htm

³⁵ No Estado do Rio de Janeiro, a execução das medidas sócio-educativas, de liberdade assistida, semiliberdade e internação, está sob a alçada do Departamento Geral de Ações Sócio-Educativas – DEGASE, vinculado à Secretaria de Direitos Humanos. Este departamento foi criado pelo Decreto nº 1843 de 26/1/1993, com competência para prover, controlar e coordenar as ações associadas à execução de Medidas Sócio-Educativas referentes ao universo total do Estado do Rio de Janeiro.

– DEGASE – e dados da Penitenciária Talavera Bruce). No entanto, estes dados, para além de escassos, dão-nos apenas uma visão parcial da realidade e estão longe de nos revelarem a complexidade do envolvimento de meninas e mulheres na violência armada.

Neste contexto, tentamos ouvir e entender subjetividades e singularidades desse envolvimento, através de entrevistas semi-estruturadas, realizadas individual e coletivamente, grupos focais e, acima de tudo, observação participante realizada ao longo dos oito meses do trabalho de campo da pesquisa. Os resultados da análise qualitativa que apresentamos neste capítulo traduzem experiências de vida, opiniões e formas de olhar dos seguintes grupos de participantes³⁶: 32 detentas da Penitenciária Talavera Bruce; dez adolescentes do sexo feminino que cumpriam medida sócio-educativa de internação ou semiliberdade; dez jovens (sexo feminino e masculino) participantes de projetos sociais; profissionais que trabalham com adolescentes infratores e especialistas da área de segurança pública.

Pretendemos, através desta análise, entender as especificidades da participação ou envolvimento de meninas e mulheres na violência armada, lançando pistas para aprofundar a compreensão da complexidade deste fenômeno social. Somente através deste (re)conhecimento se poderão desenhar medidas preventivas e de resposta adequadas à(s) realidade(s) feminina(s).

Olhar de perto...

Foram precisamente os olhares moldados e habituados às práticas e rostos masculinos que levaram a que, quando inicialmente falávamos sobre a nossa pesquisa, nos encarassem com estranheza e afirmassem que mulheres e meninas não tinham nada a ver com

³⁶ Estes são os grupos diretamente identificáveis. Além destes, há que contar as inúmeras contribuições individuais dadas por pessoas direta ou indiretamente envolvidas com violência.

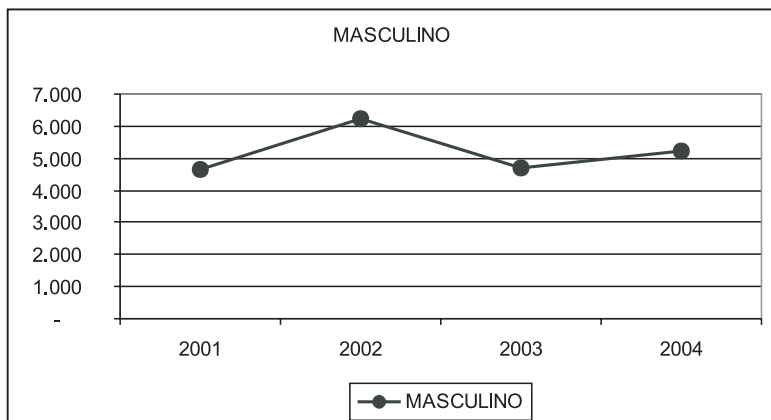
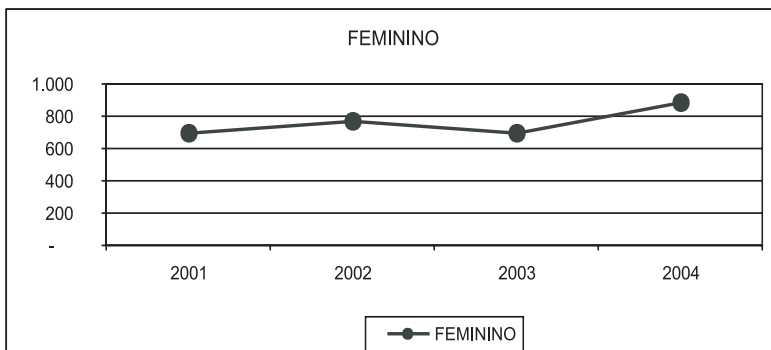
violência armada. Realmente, se estabelecermos comparações entre o número de jovens do sexo masculino/homens detidos ou presos por envolvimento na criminalidade e o número de jovens do sexo feminino/mulheres envolvidas, verificamos que os números absolutos da participação feminina são muitíssimo inferiores aos primeiros:

- Em dezembro de 2005, a população carcerária masculina no Estado do Rio de Janeiro (em regime semi-aberto e fechado) era de 15.063 homens, e a feminina 787 mulheres (DEPEN³⁷); desses, 12.536 homens e 779 mulheres encontravam-se em regime fechado.
- O número de adolescentes do sexo masculino em conflito com a lei que passaram pela Vara da Infância e da Juventude do Rio de Janeiro foi de 4.661, em 2001; 6.232, em 2002; 4.700, em 2003; e 5.214, em 2004. Relativamente ao sexo feminino: 691, em 2001; 770, em 2002; 692, em 2003; e 889, em 2004. Segundo estes dados, o número de passagens de adolescentes do sexo feminino pela VIJ aumentou, entre 2001 e 2004, 28%, tendo a passagem de adolescentes do sexo masculino aumentado 11% (tabelas 1 e 2).
- Em 2005, o quantitativo médio anual de adolescentes (do sexo masculino e feminino) em conflito com a lei, atendidos pelo DEGASE, no Rio de Janeiro, foi de 2.300 jovens. Deste total, 600 encontravam-se cumprindo medida sócio-educativa de internação, e 339 em semiliberdade. No caso de jovens do sexo feminino, verificamos que, deste total, 47 adolescentes (sexo feminino) se encontravam cumprindo medida sócio-educativa de internação (Educandário Santos Dumont) e 20 cumpriam medida sócio-educativa de semiliberdade (CRIAM Ricardo de Albuquerque).

³⁷ Departamento Penitenciário Nacional, Sistema Penitenciário no Brasil, Dados Consolidados, Ministério da Justiça 2006, <http://www.mj.gov.br/depem/sistema/CONSOLIDADO%202006.pdf>

Tabelas 1 e 2

Número de passagens de adolescentes pela VIJ³⁸



Fonte: Relatório Estatística da Vara da Infância e da Juventude/Capital
Período de 1/1/2001 a 31/12/2004.

³⁸ Apesar da Vara da Infância e da Juventude dispor de dados estatísticos referentes aos infratores, aos atos infracionais praticados e às decisões promulgadas, poucos são os que são desagregados por sexo. As tabelas 1 e 2 constituem os únicos dados disponíveis em que é possível sabermos os sexos dos adolescentes.

Se optarmos por aproximar o olhar, e nos centrarmos no grupo que compõe a minoria – meninas e mulheres –, conseguimos perceber algumas particularidades. Um estudo pioneiro levado a cabo por Barbara Soares e Iara Ilgenfritz³⁹ sobre a situação de mulheres presas no Estado do Rio de Janeiro – a sua caracterização e históricos de violências vividas ao longo da vida – revela-nos que, entre 1988 e 1999/2000, a população carcerária feminina cresceu, no Estado do Rio, 132% em números absolutos, 36% a mais do que a masculina. Este acréscimo deveu-se, em grande medida, ao aumento do número de mulheres condenadas por posse, uso e tráfico de drogas (que passou de 36%, em 1988, para 56% em 2000). De 524 entrevistadas dessa pesquisa, 294 mulheres encontravam-se presas por delitos associados as drogas (uso, tráfico, formação de quadrilha) e 163 (31%) respondiam por crimes violentos (homicídio, infanticídio, lesão corporal, roubo, latrocínio, seqüestro, extorsão, atentado violento ao pudor). Não obstante, o total da população carcerária feminina (633 mulheres) correspondia, em 2000, a apenas 3,7% do total da população carcerária fluminense.

Em 2004, e segundo dados do DEPEN, esta percentagem alcançava os 5,8% (correspondendo a 1.102 mulheres no sistema penitenciário do Rio de Janeiro, em regime fechado, semi-aberto e provisório). Em 2005, e relativamente ao número de mulheres que cumpriam penas de prisão em regime fechado, verificamos que este número aumentou de 678 (em 2004) para 779 (em 2005).

Perante a escassez de dados sobre a tipologia de crimes praticados pela população carcerária feminina do Rio de Janeiro, centramos num universo mais reduzido, sobre o qual incidiu parte da nossa pesquisa. Assim, constatamos que, em 2005, e segundo dados facultados pela Penitenciária Talavera Bruce⁴⁰, das 310 mulheres⁴¹

³⁹ Soares, Barbara e Ilgenfritz, Iara (2002). *Prisioneiras: vida e violência atrás das grades*. Rio de Janeiro: Ed. Garamond/CESec.

⁴⁰ Dados sobre a população carcerária da Penitenciária Talavera Bruce à data de 2 de setembro de 2005.

⁴¹ Quanto ao perfil das mulheres presas, pudemos verificar que 75% das detidas eram não-brancas, 70% tinham entre 18 e 39 anos de idade, e 67% tinham até o ensino fundamental.

que cumpriam pena nessa unidade, 55% haviam sido condenadas por delitos associados a drogas, 15% por roubo e furto, 11% por homicídio, 8% por seqüestro e 11% por outros crimes. Dados de 2006 da mesma Penitenciária mostram-nos que o número de mulheres presas passou de 310 para 340, apesar de este aumento se dever, em grande parte, ao encerramento e conseqüente transferência de reclusas de outra unidade para Talavera Bruce. Das 340 mulheres⁴² que cumprem pena em Talavera Bruce⁴³, 56% encontram-se condenadas por crimes associados ao tráfico (artigos 12, 14 e 16 da Lei nº 6.368, de 21 de outubro de 1976), 25,6% por roubo, 6,9% por seqüestro, 4,4% por homicídio, 3,5% por furto e a mesma percentagem por outros crimes.

Para efeitos da nossa pesquisa, solicitamos dados sobre o porte e/ou contato com armas de fogo das mulheres presas na Penitenciária Talavera Bruce: das 340 detentas desta Penitenciária, 55% nunca haviam tido contato com arma de fogo, 17% já tinham portado arma, e 28% tinham tido algum tipo de contato (como agressora e/ou vítima) com arma. Ou seja, 45% das mulheres presas em Talavera Bruce tinham tido algum tipo de contato com arma, ao longo da vida.

Relativamente ao envolvimento de adolescentes do sexo feminino na criminalidade, no Rio de Janeiro, constatamos que os dados quantitativos existentes pouco nos ajudam a perceber a tipologia dos crimes cometidos por jovens mulheres, uma vez que, tanto os dados da VIJ como do DEGASE não estão desagregados por sexo. Sabemos que no ano de 2005 o tráfico de drogas foi responsável pela passagem de 35% dos adolescentes (sexo masculino e feminino) pelo DEGASE, seguido de crimes contra o patrimônio – roubo e furto, com 29% e 17%, respetivamente – e 2% por porte de arma de fogo e homicídio⁴⁴.

⁴²A maioria (66%) tem idades compreendidas entre os 18 e os 35 anos, 67% fez o ensino fundamental e 75% é não-branca.

⁴³ Dados sobre a população carcerária da Penitenciária Talavera Bruce em 8 de novembro de 2006.

⁴⁴ DEGASE, Assessoria técnica/Setor de Estatística.

As entrevistas realizadas no âmbito desta pesquisa revelam-nos que, apesar de invisibilizadas pelas estatísticas, mulheres e jovens do sexo feminino também se envolvem na criminalidade armada. Nas palavras de várias(os) entrevistadas(os), envolvem-se cada vez mais e, tendencialmente, cada vez mais cedo (aos 12 ou 13 anos). No entanto, as suas formas de envolvimento, por não caberem em categorias inventadas e estabelecidas para o sexo masculino, são minimizadas ou passam despercebidas perante os olhares distraídos de quem só vê o lado visível deste cenário. De fato, e nas palavras de Soares e Ilgenfritz⁴⁵, perante este quadro de esquecimento da questão de gênero,

(...) não surpreende o fato das mulheres só serem lembradas quando participam de um crime de grande repercussão, que chega às manchetes de jornal. Nesses momentos, produz-se uma atmosfera sensacionalista em relação a uma suposta escalada da participação das mulheres no crime, até que a violência praticada por homens retorne à cena e elas voltem a ser novamente esquecidas.

Da análise sobre representações e linguagem na imprensa escrita concluímos que o destaque dado a mulheres agressoras é grande (do total das 75 notícias analisadas, sobre mulheres e violências, as mulheres são identificadas como agressoras em 76,6% dos casos) e isso se nota sobretudo naquelas notícias em que, existindo múltiplos agressores, entre os quais uma mulher, o destaque é dado a esta. Vejam-se títulos como *Mulher com fuzil mata dois*⁴⁶ ou *Uma doméstica a serviço do crime*⁴⁷. Veja-se igualmente o lugar que esse tratamento singularizador da mulher como autora da violência ocupa no corpo central da notícia, como no caso de *Na intranquilidade do lar*⁴⁸, na qual estão presentes dez agressores, dos quais apenas

⁴⁵ Soares, Barbara e Ilgenfritz, Iara (2002). *Prisioneiras – vida e violência atrás das grades*. Rio de Janeiro: Ed. Garamond/CESeC, p. 127.

⁴⁶ *O Dia*, 3 de fevereiro de 2006.

⁴⁷ *O Dia*, 1 de fevereiro de 2006.

⁴⁸ *O Dia*, 8 de fevereiro de 2006.

um é mulher. As referências à mulher, nesta última notícia, são três, incluindo a sua descrição física detalhada. Em todas estas notícias, as referências aos elementos do sexo masculino são mínimas.

O tipo de linguagem utilizado em relação às mulheres agressoras varia consoante o tipo de notícia e o tipo de jornal, mais ou menos sensacionalista. No entanto, achamos que é importante, ainda que uma boa parte desta análise se refira a várias notícias de um Caderno Especial⁴⁹ sobre mulheres criminosas, prestar atenção à forma como são representadas as mulheres que fogem do padrão de feminilidade, pelo menos em alguns sentidos. Elas são caracterizadas, várias vezes, do ponto de vista psicológico, como “frias”, “ousadas”, “vaidosas”, “espertas”, ou, do ponto de vista físico pormenorizadamente, altura, cor do cabelo, constituição física (“jovem”, “branca”, “magra”, “cabelos encaracolados”). Além disso, a referência ao fato de serem “bonitas” é também comum. Existem, pelos menos, dois “tipos” de mulher agressora hipersexualizadas que fazem notícia: as primeiras pela aparência física e cuidados aparentemente muito femininos, incluindo as “namoradas de bandido”, e as segundas as agressoras masculinizadas. Além disso, as suas preferências e estilo de vida são também aparentemente objeto de notícia, como é o caso das referências ao gosto pela vida noturna ou pelos objetos de luxo.

Por vezes, existe uma comparação entre os atos praticados por mulheres e aqueles que são normalmente caracterizados como masculinos: “Elas são como homens: carregam fuzis, usam capuzes e até matam”⁵⁰. A expressão “até matam” revela um misto de estranheza e admiração, em face das mulheres que saem do padrão pacífico. A utilização de armas e a capacidade de tirar vidas são elementos que desconstroem as imagens tradicionais da mulher que são, muitas vezes, compensados com a afirmação das suas características, ainda assim, tidas como específicas. Ou seja, existe uma preocupação em mostrar que o seu papel advém especificamente do fato de serem mulheres, sendo as funções mais citadas, as de

⁴⁹ *O Dia*, edições de 23 a 26 de maio de 2004.

⁵⁰ *O Dia*, 25 de maio de 2004.

“enganar”, “distrair” e “seduzir” as vítimas, sendo de realçar também uma associação da participação feminina ao aumento da periculosidade, uma vez que vem confundir os dados da construção social da imagem do “bandido” e introduzir um elemento de ilusão, de falsidade, conotado com o feminino.

Outras imagens, além das fotos, são, por vezes, usadas. É o caso do Caderno Especial sobre mulheres criminosas⁵¹, onde em grande destaque, ocupado todo o lado esquerdo da página, existe uma imagem de Lara Croft, a aventureira de jogos e filmes, passando implicitamente a mensagem de que as mulheres no crime são “belas, perigosas e armadas”, valorizando a questão da imagem e desvalorizando a questão do crime.

Quando a abordagem, dependendo do jornal e do tipo de artigo, tende para o sensacionalismo, o resultado é, a nosso ver, a criação de figuras, de representações de tipos, que se podem amar ou odiar, através de um discurso que torna as motivações das mulheres no crime como “mais superficiais” do que as dos homens. Por exemplo, a busca de uma vida fácil, de bens de luxo: “Nunca passou dificuldades financeiras, mas entrou no mundo do crime porque é aficionada em roupas e sapatos de grife”⁵², ou “várias mulheres se encantam com a vida boa dada pelos criminosos”⁵³. E, portanto, também mais dadas ao arrependimento e às reações sentimentais, como as lágrimas quando são capturadas: “A loura chorou, implorando para não ir para a cadeia”⁵⁴. Existe, por vezes, uma tendência para desvalorizar a sua participação no crime, conotando-a com momentos de irreflexão, de irracionalidade em que as mulheres se deixam seduzir: “Isso serve como exemplo para meninas que querem fazer de tudo para subir na vida e não prestam atenção com quem andam”⁵⁵ – advogado de uma detida por associação ao tráfico, o que serve como argumentos para a sua defesa.

⁵¹ *O Dia*, 25 de maio de 2004.

⁵² *O Dia*, 19 de maio de 2004.

⁵³ *O Dia*, 26 de maio de 2004.

⁵⁴ *O Dia*, 23 de maio de 2004.

⁵⁵ *O Dia*, 26 de maio de 2004.

No entanto, as práticas de violência (armada) com rosto feminino são variadas e são parte integrante do cenário da violência urbana armada vivida no Rio de Janeiro. Reconhecer estas particularidades e incluir as necessidades de meninas e mulheres nas políticas e programas de prevenção e resposta à violência armada constituem passos cruciais para a eficácia destas medidas.

...os outros papéis

Algumas análises sobre a construção de identidades em tempos de conflitos armados⁵⁶ nos alertam para o fato de, nestes contextos, as diferenças entre homens (masculinidade) e mulheres (feminilidade) serem reforçadas de uma forma errônea, simplificando padrões de identidade: aos homens é atribuído um papel ativo e as mulheres assumem papéis mais invisíveis, de “mero” apoio, na sua maioria na esfera privada.

Em contextos de violência armada, e no caso do Rio de Janeiro, esta tendência parece repetir-se. As representações e análises sobre o envolvimento de jovens do sexo feminino e de mulheres neste tipo de violência parecem resumir-se a uma de duas opções hipersexualizadas e muitas vezes apresentadas em pólos extremos: a primeira decorre de algum tipo de relacionamento com agentes masculinos da violência armada (namorada, mulher ou companheira); a segunda resulta de algum tipo de “desvio” de comportamento, que torna “inevitável” a comparação com comportamentos entendidos como masculinos.

“Maria fuzil” versus “Lili Carabina”⁵⁷. Por vezes misturadas (belas, armadas e perigosas). Os dois pólos oscilam entre o reconheci-

⁵⁶ Por exemplo Enloe, Cynthia (1993). *The Morning After. Sexual Politics at the End of the Cold War*. Berkeley: University of California Press; Pettman, Jan Jindy (1996), *Worlding Women: A Feminist International Politics*. London: Routledge; Tickner, J. Ann (1992), *Gender and International Relations*. Nova Iorque: Columbia University Press.

⁵⁷ *Maria fuzil*: gíria para jovens mulheres que namoram ou saem com jovens armados; *Lili Carabina*: apelido de Djanira Ramos Suzano, condenada a mais de

mento do papel de incentivo e a estranheza provocada por uma feminilidade agressiva e violenta, imediatamente categorizada e associada à masculinidade.

Estas são, contudo, representações simplistas e redutoras da possível participação de meninas e mulheres na violência armada no Rio de Janeiro. Estereotipar esses dois extremos tem efeitos perversos. Por um lado, resulta na invisibilização dos vários tipos de participação que se situam entre essas imagens. Por outro, obscurece e simplifica as características de várias formas de envolvimento, em particular a existência de articulações, acumulações e *continuums* entre essas formas de envolvimento.

Para entendermos essas formas e características do envolvimento ou participação de meninas e mulheres na violência armada, especificamente a violência armada associada ao tráfico de drogas e a crimes de roubo (que constituem a maior percentagem de delitos praticados por mulheres e jovens do sexo feminino), é necessário ampliar categorias e ir além de padrões que foram criados para o (e em relação ao) sexo masculino. Ao longo das entrevistas realizadas no âmbito desta pesquisa se tornou claro que a participação de meninas e mulheres na violência armada no Rio de Janeiro é heterogênea e condicionada por vários fatores.

Por questões metodológicas e de facilidade de compreensão, optamos por dividir os tipos de envolvimento feminino em três categorias: 1) *incentivo à violência armada*; 2) *papéis de base e/ou secundários* nessa violência; e 3) *envolvimento direto/ativo/visível* na violência armada. Cada uma destas categorias ou formas de participação de meninas e mulheres tem expressões próprias e resulta de fatores específicos. No entanto, essas especificidades e as motivações que levam a essa participação não são herméticas ou isoladas; combinam-se entre si, acumulam-se, e resultam em formas de envolvimento plurais e complexas.

100 anos de prisão devido a seus crimes nos anos 70. Em sua ficha policial estão seis fugas de cadeias e condenações por homicídios, assaltos, latrocínio, tráfico, direção perigosa, porte de armas e falsidade ideológica. Na década de 1970, Djanira virou Lili Carabina e passou a usar roupas justas e peruca loura para seduzir os guardas dos bancos, enquanto sua quadrilha agia.

Cabe ainda referir que nenhum(a) dos(as) participantes da pesquisa está identificado(a), nas citações das entrevistas, ao longo deste capítulo. Os nomes das jovens que cumpriam medida sócio-educativa de internação e semiliberdade são fictícios, e foram escolhidos por elas.

O *glamour* da violência armada

Alguns estudos sobre o envolvimento de jovens do sexo masculino na violência armada, no Rio de Janeiro⁵⁸, revelaram que a posse e/ou uso de armas de fogo está associada, frequentemente, a formas de obtenção de prestígio e *status* social, poder, dinheiro e mulheres. Ou seja, corresponde a um mecanismo de obtenção de reconhecimento social do qual o sexo feminino é um indicador e um barômetro essencial. Ao longo da nossa pesquisa, procuramos entender estas formas de incentivo e legitimação da própria violência armada e, em particular, o que significam. Ou seja, procuramos saber em que práticas concretas se traduz, no caso específico de meninas e mulheres, esta *glamourização* ou incentivo à violência armada, e o que está subjacente a esta prática.

Constatamos que, à semelhança do que acontece para o sexo masculino, e num cenário caracterizado pela invisibilização de jovens de classes sociais marginalizadas e por índices de desigualdade social gritantes, à *glamourização* e incentivo da violência armada subjaz a busca de uma determinada forma de reconhecimento social, em que os bens de consumo e o respeito aparentemente sentido por outros/as são elementos centrais.

⁵⁸ Por exemplo Barker, Gary (2005). *Dying to be Men. Youth, masculinity and social exclusion*. Londres/Nova York: Routledge e Dowdney, Luke (2003), *Crianças do tráfico: Um estudo de caso de crianças em violência armada organizada no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 7Letras; Rivero, Patricia (2005), "O Mercado Ilegal de Armas de Fogo na Cidade do Rio de Janeiro. Preços e simbologia das armas de fogo no crime" in *Brasil: As armas e as vítimas*. Rio de Janeiro: 7Letras.

Mulher adora bandido! Nossa Senhora, fica até mais bonito!!! Fica lindo, fica mais poderoso... (...) Tem um cargo. As meninas estão muito desvalorizadas... Menina da favela não tem condição para bancar Gang, PXC... e bandido pode!

(Renata, 17 anos, tráfico de drogas)

(as garotas falam) “Quero isso, quero aquilo” Eles não tem como comprar, porque não trabalham, eles vão lá e roubam, elas não tão nem aí... elas querem saber de ter roupa de marca...

(Moradora do Complexo da Maré, 17 anos)

Aqui o cara não tem estudo, ele vai ser ladrão, traficante ou ele vai ser o quê? Peão de obra, carregador de caixa... aí o que é que acontece? O exemplo que ele vê é que quem trabalha ganha 300/400 reais, e a cultura é consumista. Exige outros valores. E só no tráfico pode dar, tá ligado? Tem moleque aqui que não sabe escrever o nome mas todo o dia rouba celular e vende por 200/300 reais. Quanto dá isso no final do mês? Muito dinheiro! E um dinheiro que eu com o 2º grau não vou ganhar tão cedo. Então é muito mais fácil uma menina sentir tesão num rapaz desse.

(Morador da Praça XI, 33 anos)

Ficam... tipo, você passa, elas jogam piadinha, falam palavrões, e você não pode retrucar aquilo, porque, se você retrucar, aí elas vão, falam com o marido e já falam além daquilo que ocorreu, então eles espancam as mulheres, sabe, fazem coisas com a família às vezes... Então, eu acho que assim, tipo, é um poder que elas pensam que têm sobre a vida de outras pessoas, acho que é mais isso... acho que pelo dinheiro também, que rola muito dinheiro nisso tudo. Tem muitas que falam que é por causa do dinheiro, que todo final de semana vão pra shopping, que têm roupas boas, não sei o quê, que não trabalham, que dependem daquele homem, acho que é mais por isso.

(Moradora da Rocinha, 27 anos)

Este tipo de incentivo, resultado da construção de uma feminilidade/identidade valorizada, não é, contudo, exclusivo de nenhum setor da sociedade,

Eu acho que é isso aí sabe, tudo é... é a embriaguez do poder, do sucesso... as meninas acham que o cara que tá portando uma arma ele pode dar uma... uma posição pra ela de destaque... então que é que elas querem... elas vão atrás deles nos morros, nas favelas... até garotinha né da classe alta, classe média, classe média alta... elas vão à procura disso no morro,

daquela posição com o cara, lá com aquela arma na mão, daquele poder que ele vai dar a ela.

(Detenta, Penitenciária Talavera Bruce,
31 anos, condenada por tráfico de drogas)

É moda, entendeu? De vez em quando tá todo o mundo usando rosa, todo o mundo quer usar rosa... a maioria hoje em dia gosta de cara com arma, é um vício, entendeu?

(Detenta, Penitenciária Talavera Bruce,
28 anos, condenada por homicídio)

O incentivo à violência armada passa, portanto, pela tentativa de construção de um tipo de feminilidade valorizada, reconhecida e visível, que é dependente, em grande medida, da existência e da promoção de uma masculinidade violenta e armada (e vice-versa). Ou seja, este reconhecimento social e a sensação de uma determinada noção de poder são, no caso do sexo feminino, determinados pela existência de um outro masculino (que faculta esse poder), e é tão duradouro quanto a presença deles nas suas vidas.

A tentativa de manutenção deste *status* social ou visibilidade desdobra-se, no entanto, em formas específicas de envolvimento na espiral da violência armada. Por várias vezes as(os) entrevistadas(os) referiram que a participação de adolescentes e mulheres passa por *esconder drogas e armas*,

(muitas vezes elas pensam assim): “Eu tenho que guardar a arma do meu marido aqui na minha casa senão ele vai guardar a arma dele na casa de outra”. E vai guardar mesmo, e não tem jeito...

(Morador da Cidade de Deus, 28 anos)

Ou mesmo *trazer e levar informações*, como forma simbólica de comprovação de fidelidade e lealdade, quando o elemento masculino envolvido na violência armada tem que se esconder ou é preso.

Em síntese, a participação ou o envolvimento de meninas e mulheres na violência armada, através do incentivo a essa violência, pode traduzir-se por práticas específicas, que se vão naturalizando de forma sutil.

Estas práticas são bem representadas pela letra de uma canção de uma das jovens mulheres entrevistadas durante a pesquisa,

Mina de Bandido
Mina de bandido você sabe como é
Só está em cima quando o cara está de pé
Mas se cair você vai junto
Mina de bandido se liga no bagulho

Dominada otária é isso que você é
Não sobe no salto, não age como mulher
Também não é guerreira como muita mãe solteira
Só dá mole, só dá mole, tá de bobeira
Acho que você gosta de ser esculachada
No meio da rua vários tapas na cara
O cara só te humilha, que pura baixaria
Tem que ser muito otária pra aturar covardia
Ela fugiu de casa para não apanhar do pai
Arranjou um bandidinho que te bate muito mais
Pras suas amigas ele come na sua mão
Também te dá dinheiro, que belo cafetão
Tiroteio na favela ele sempre é o alvo
Ainda te faz de refém pra poder ser salvo
Se tu tomar um tiro ele não está nem aí
Você é o objeto que ele quer usufruir

E no bagulho ele te acende com um traçante ele te apaga
No celular, mulher encomendada
Entrega expressa você fica sem pressa
O dia inteiro no alto da favela
O motivo do recalque das vizinhas
Acha que é maneiro a inveja das meninas
Amada, desejada, odiada nas esquinas
Ele faz tua fama e faz sem camisinha
Em cada boca o seu nome é mastigado
Mulher cocaína o conchavo tá ligado
Já comprou sua roupa, aprontou sua cova
Quando acabar a validade é que chega a sua hora

Ir pra cama com ele não é opção, é necessidade
Só assim te dá dinheiro e satisfaz suas vontades
Pra sair com as amigas tem que ser no sapato
Caso ele descubra vai te dar um esculacho
Você não tem vida própria, só faz o que ele quer
Se disser não vai sofrer porque a porrada vai comer
Nessa relação você não tem exclusividade
E se tentar sair dessa vida vai direto pro saco
Se não for dele não vai ser mais de ninguém
Esse cara não te ama, não quer ver o seu bem
O amor é cego e esse vai te destruir
Preste atenção no meu toque e deixe de se iludir

Mina de bandido, ele manda ela obedece
Pras parada errada é claro que ela serve
Teleguiada ela entra nessa vida
Armas, drogas, triste vida suicida
Sempre iludida por ele você espera
Mas quando o bicho pega ele se safa e ela se ferra
Bucha agora você paga pelo que não fez
E o seu amorzinho tá com outra mina bola da vez
Dentro do xadrez abandonada e esquecida
Quem dizia que te amava não te fez uma visita
Agora aprende que a melhor escolha é a da razão
Pense com a cabeça e não com o coração

(Jamille NegAAtiva, 23 anos)

No entanto, nem todas as formas de participação feminina na violência armada são resultado ou expressões da *glamourização* de armas de fogo ou de incentivos à violência armada. E são precisamente essas (outras) formas de participação (e as motivações que lhes subjazem), que não se encaixam completamente em categorias preestabelecidas, que correm o risco de permanecer mais invisibilizadas e marginalizadas. Falamos dos *papéis de apoio, de base, secundários* ou “hierarquicamente inferiores” na violência armada.

“As mulheres passam por cargueiras...”

É precisamente em papéis de apoio à violência armada (seja no tráfico, em seqüestros, em roubos), considerados marginais e secundários, que se concentram os rostos femininos. Esta tendência não é, no entanto, exclusiva do Rio de Janeiro, é antes uma tendência antiga, em escala mundial, em contextos de conflito armado.

A distinção que aqui fazemos entre *papéis de incentivo* à violência armada (e as práticas que, ao longo da pesquisa, lhe apareceram associadas) e *papéis secundários* ou de *base* desta violência não pressupõe uma separação óbvia. Antes de elencarmos e analisarmos algumas das práticas integrantes destes papéis secundários, gostaríamos de sublinhar dois aspectos. Em primeiro lugar, referir que muitas jovens e mulheres que legitimam a violência armada (e que,

por vezes, a incentivam) como estratégia indireta de obtenção de reconhecimento se vêem, de um modo geral, envolvidas num ciclo de normalização e rotinização da presença de armas de fogo e que, de forma fluida, passam a desempenhar alguns dos papéis que analisamos em seguida (papéis secundários ou periféricos). Por outro lado, salientar que as motivações identificadas por jovens do sexo feminino para o envolvimento e participação nestes papéis periféricos se encontram na mesma linha dos fatores subjacentes à *glamourização* da violência armada: a falta de expectativas, a exclusão social e uma perspectiva da violência armada como mecanismo para a obtenção de bens de consumo.

Nas entrevistas realizadas, o *transporte de armas de fogo e/ou drogas* surgiu como prática comumente desempenhada ou atribuída a meninas e a mulheres. De fato, a participação feminina na estrutura do tráfico no Rio de Janeiro está associada, em grande medida, e de acordo com as entrevistadas, a funções de transporte – as denominadas *mulas* ou *cargueiras* – e venda ou endolação (preparação de pacotes individuais de droga).

A mulher passa por cargueiro. Leva os negócios para outra favela. Arma, droga, tudo! A maioria é mulher que leva as coisas para a favela. Agora ficar na favela vendendo tochas é difícil.

(Miriam, 16 anos, assalto à mão armada)

Eu nunca usei arma. Mulher não... é mais homem. Ah... mas já vi muita menina levar arma para o garoto, para ele roubar. Leva até ele, depois ele faz o assalto e depois entrega a ela para ela levar de volta para a favela.

(Beatriz, 17 anos, porte de arma e assalto à mão armada)

A “certeza” de que uma mulher só poderá ser revistada por outra mulher policial faz com que, freqüentemente, as adolescentes e mulheres sejam as preferidas e as escolhidas para fazer o transporte de droga e armas de fogo de um local para outro, e que o façam com alguma “tranqüilidade”.

Tem alguns casos, tem isso assim, os casos de dois homens com uma menina para levar. Porque a menina, ela não pode ser revistada por eles. Eles ficam com medo e levam a menina.

(Gabriela, 14 anos, tráfico, porte ilegal de arma e formação de quadrilha)

Porque para passar pelas batidas do BOPE só mulher. Foi momento de fraqueza. Eu ia dar só a arma e ia embora. E ia lá na favela dividir o dinheiro.

Recebe meio meio... Sempre todo o bonde tem que ter mulher para carregar arma. Se der para ela ir embora, ela vai. Tem que ter mulher, porque passa mais batida. Eu passo por uma gobola, ele não pode tocar no meu corpo... Como estava na minha bolsa, ele pode revistar minha bolsa.
(Miriam, 16 anos, assalto à mão armada)

Podemos então perceber que a violência armada, como sistema, se beneficia de invisibilidades e estereótipos. Como qualquer sistema de violência e, portanto, de tentativa de manutenção ou de reposição de poder, necessita de práticas discretas e silenciosas, que não levantem suspeitas ou denunciem mitos. Para existirem papéis principais, que detêm o poder, terão sempre que existir papéis de apoio, secundários, que garantam a sua sustentabilidade. Seja no tráfico de drogas, em roubos e assaltos, em seqüestros, ou mesmo em violências de caráter micro ou privado (no próximo capítulo analisaremos os impactos da presença e/ou utilização de armas de fogo na vida das mulheres).

Talvez por isso o envolvimento e participação direta de meninas ou mulheres na violência armada, ou o fato de elementos do sexo feminino recorrerem, na primeira pessoa, à arma de fogo como forma de alcançar um objetivo ou sair da invisibilidade, cause tanto desconforto e estranheza. E, uma vez mais, como se verá a seguir, alertamos para o fato de esta passagem – de atuação em papéis periféricos para papéis diretos e principais – corresponder, em vários casos, a uma transição. Perante a ausência de resposta às necessidades ou motivos que levam meninas e mulheres a ingressar na violência armada sob a forma de incentivo, e/ou de papéis secundários, agir de forma direta, armada, corresponde, em alguns casos, a uma tentativa de intensificar gritos mudos. Ou seja, assumindo (e por vezes herdando) papéis que tradicionalmente são desempenhados pelo sexo masculino, que lhes dão visibilidade e poder.

O envolvimento direto

Quase inevitavelmente, quando o rosto da violência é feminino, é alvo de atenção, indignação e visibilidade (momentânea) mediática.

Basta lembrarmos de Lyndie England (a militar norte-americana acusada de torturar prisioneiros iraquianos na prisão de Abu Ghraib) ou das mulheres tchetchenas bombistas suicidas (viúvas negras), envolvidas nos ataques ao Teatro de Moscovo, em outubro de 2002. Este rosto feminino da violência é considerado muito mais assustador e chocante, por não corresponder às representações tradicionalmente estabelecidas de masculinidade e de feminilidade. Estas mulheres assumem um papel destrutivo, em vez do habitual papel reprodutivo.

Imediatamente se procuram as causas destes atos “insanos”: patologiza-se o comportamento, considera-se sinônimo de desespero, e se procuram argumentos que possam contribuir para explicar e minimizar o nosso desconforto e “desculpabilizá-las” pelos seus atos.

Raras vezes o debate passa pela análise das espirais ou dos *continuums* de violências a que muitas jovens do sexo feminino ou mulheres estão sujeitas, e trata-se o acontecimento como um caso isolado, como exceção, como algo esporádico. Este tipo de análise e interpretação está bem patente nas representações sobre a participação e o envolvimento de meninas e mulheres na violência armada, no Rio de Janeiro. As (normalmente esporádicas) expressões alarmistas e, muitas vezes, sensacionalistas, sobre a suposta escalada da criminalidade feminina, em especial decorrentes do envolvimento feminino, direto e mais visível, na violência armada, parecem não andar acompanhadas de debates mais aprofundados sobre os porquês destas práticas. Conseqüentemente, não se pensam respostas de prevenção e redução deste tipo de atuação adequadas às necessidades destas meninas e mulheres.

As entrevistas realizadas revelaram que, apesar de constituírem uma minoria, meninas e mulheres também participam, de forma mais direta, na violência armada.

Eu era soldado contenção. Aprendi a mexer com armas. E isso é raro? É muito difícil. Mas só eu mesmo é que usava peça. Só homens. As meninas era vapor. Várias vezes troquei tiro com policial. Sempre trabalhei como soldado à noite. Aí, eu ganhei confiança e fiquei vapor. Aí, meu dia era o

domingo. A arma era a da boca, o meu caso era diferente. Aí me dava vários fuzil, Hugo, pistola, H8...

(Monique, 18 anos, homicídio)

Neste tipo de envolvimento incluem-se jovens do sexo feminino e mulheres que ocupam papéis considerados mais centrais na hierarquia do tráfico (que portam e/ou usam armas de fogo nas suas funções), em assaltos, ou que são protagonistas em casos de homicídio. No entanto, tornou-se claro que, na maioria dos casos, o envolvimento direto correspondia a uma expressão mais visível, ou a uma prática mais acentuada, de outros tipos de envolvimento (incentivo, papéis secundários), que se foram acumulando, em *continuum* e em cascata. A citação que se segue, de uma detenta da Penitenciária Talavera Bruce, constitui um claro exemplo disso:

*Aí eu tinha dezoito anos (e comecei a namorar um traficante)... aí eu gostei do sucesso que a droga me proporcionava... eu ia nas festas... a festa só começava quando eu chegava, né... A vida era boa... Ah poder, poder... a droga me deu muito poder. Eu manipulava a mente das pessoas, entendeu... todo o mundo fazia o que eu queria, porque eu tinha o que eles queria... então eu manipulava... eu era a bam bam bam... todo o mundo tinha que fazer o que eu queria. (...) ele me levou só pra lugar bonito... traficava só pra artistas... ia pro camarim e fui me empolgando, me empolgando... aí ele foi morar na Bahia, aí me deixou no lugar dele aqui pra abastecer né...
... Hoje elas estão também preocupadas, também querendo ser a bambambã...*

(Detenta, Penitenciária Talavera Bruce, 48 anos, ex-traficante, condenada por homicídio)

Finalmente, gostaríamos de salientar que, em algumas entrevistas, a violência armada constituiu uma forma de reação a outros tipos de violências, acumuladas. Falamos em específico de homicídios – a expressão mais visível das violências – motivados pela acumulação de abusos físicos e psicológicos, de violências estruturais e culturais, perpetradas ao longo de anos, em particular por pessoas com quem essas mulheres mantinham um relacionamento próximo (marido, companheiro, ex-companheiro, namorado...). Foi o caso da entrevistada acima citada, uma das entrevistadas que havia sido condenada por homicídio.

Considerações finais

As justificativas ou motivações apresentadas para o envolvimento (de tipos distintos) na violência armada diferiam entre meninas e mulheres. Para as primeiras predominavam a busca de reconhecimento social (espelhada na possibilidade de obter respeito e ter acesso a determinados bens de consumo e/ou drogas), o sentimento de pertencimento (perante cenários de exclusão e de desestruturação familiar e maus-tratos) e a sensação de adrenalina. Já para as mulheres a justificativa passava, freqüentemente, pela tentativa de satisfazer necessidades básicas e de sustentar as suas famílias, especialmente quando estavam desempregadas. Não queremos, com esta classificação, estabelecer nenhuma hierarquia de motivações entre meninas e mulheres (considerando as primeiras mais *superficiais* e as segundas como mais *legítimas*). Neste sentido, vale ressaltar que entendemos que apesar de distintas, estas motivações resultam de relações de poder a que meninas e mulheres estão expostas, e de expectativas sociais freqüentemente impostas, tanto ao sexo masculino como ao sexo feminino, como condições de valorização dentro de um determinado grupo social.

Elas tão se envolvendo mais. Até porque a maioria dos homens, eles sempre vão para a cadeia, acabam morrendo. Aí, fica a mulher, às vezes tem dois ou três filhos. Aí o marido roda e ela tem que tocar o negócio da família.

(Morador Praca XI, 33 anos)

Então o que me levou que queria dar do bom e do melhor para os meus netos... o melhor eu queria para os meus netos... então... (silêncio). Foi por pura ilusão... me levou a entrar por ilusão.

(Detenta, 53 anos, Penitenciária Talavera Bruce, condenada por tráfico de drogas)

A maternidade surgiu, em várias entrevistas, tanto como um fator causal ou de continuidade do envolvimento de jovens e/ou mulheres na violência armada como de mudança de comportamento. Por um lado, o envolvimento na criminalidade e na violência armada surgia como uma forma de se “dar o que não se teve”,

(ela falou) “Eu não quero que o meu filho tenha a vida que eu tive, então eu vou continuar no tráfico porque assim eu consigo mantê-lo da forma que eu queria que eu tivesse sido mantida”. Sabe? Ela falou: “Se eu continuar aqui, o meu filho vai ter boas escolas, vai ter uma boa educação...”. Na visão dela, né? “Vai ter a educação que eu não tive e a vida que eu não tive”. Então, muitas continuam também pensando assim.

(Rapper, 24 anos)

Por outro lado, a maternidade surgiu como um fator que influenciou a mudança de valores e de comportamentos. Meninas e mulheres podiam ter incentivado o uso de armas, podiam ter assumido papéis periféricos na criminalidade armada, podiam mesmo ter desempenhado papéis mais diretos. Mas perante a consciência dos riscos e inseguranças, desejavam para os seus filhos ou filhas uma vida diferente, e “mais duradoura”.

Verificou-se um padrão nas respostas relativamente ao aumento do envolvimento de meninas e mulheres “no crime” (no tráfico de drogas e em assaltos). As opiniões foram unânimes em afirmar que há cada vez mais meninas e mulheres envolvidas (de várias formas); que esse envolvimento começa cada vez mais cedo; e que “antes as coisas eram diferentes”: não havia (e não viam) tantas armas de fogo, era mais difícil conseguir uma arma, eram muito menos avançadas tecnologicamente, e não se viam crianças/adolescentes no tráfico/crime.

Para concluir, gostaríamos de deixar algumas considerações finais, através das palavras das nossas entrevistadas, e recomendações específicas sobre a falta de (re)conhecimento e respostas possíveis sobre a questão do envolvimento feminino na violência, resultantes do encontro final do projeto⁵⁹:

Esse dinheiro não tá bem distribuído não, então o que é que acontece... enquanto esses políticos não passar a enxergar que o pobre tem tanto direito de viver bem, de ter um café com leite de manhã, um pão, uma geléia, um biscoito um... qualquer coisa que seja... decentemente... pra um ser huma-

⁵⁹ Seminário final do projeto “Mulheres e meninas em contextos de violência armada: um estudo de caso sobre o Rio de Janeiro”, realizado no Rio de Janeiro, 8 e 9 de junho de 2006.

no comer, enquanto a gente não tiver consciência disso... pôrra, então vai vim muita gente pra cadeia... porque ninguém pode... qual é a pessoa em sã consciência que vai se transformar, a saber que aquele sem-vergonha lá tá acordando de manhã, com a mesa farta, com frutas, tudo do bom e do melhor... enquanto você acorda de manhã, vai com as moedinha pra ir à padaria, tentar comprar um pão pra dar pra dez crianças, ou oito crianças ou cinco crianças... então... você acaba se... se envolvendo em quê, no crime.

(Detenta, 34 anos, Penitenciária Talavera Bruce, condenada por roubo e tráfico de drogas)

Há que entender a justificação do “dinheiro fácil” num contexto mais amplo de desigualdade e exclusão social, que afeta todos os jovens (de ambos os sexos) do Brasil, e os jovens pobres do Rio de Janeiro de forma clara. O primeiro fator de delinqüência é a péssima distribuição de renda que o Brasil tem... essa gritante geografia como a do Rio de Janeiro, com os aglomerados dos mais ricos bem próximos dos mais pobres, como é o caso da Rocinha e de S. Conrado, Santa Marta, Pavão-Pavãozinho. E essa diferença social gritante já é um estímulo para que as pessoas busquem alcançar os mesmos padrões de vida dos seus co-irmãos mais poderosos economicamente. Se o menino vê no pé do outro menino igual a ele o tênis, camisa de marca, uma bolsa da moda, é muito natural que eles desejem ter. Por outro lado, nós temos os meios de comunicação que estimulam o consumo, e todos, desde o mais pobre ao mais rico, têm acesso ao rádio, à televisão.

(Ex-juiz titular da Primeira Vara da Infância e da Juventude do Rio de Janeiro)

Pra mim tinha que mudar assim, tinha que ter mais emprego pros jovens, mais escolaridade, uma escola boa, acho que vai diminuir um pouco, não vai diminuir tudo, vai diminuir um pouco a violência, desde que tenha oportunidade de trabalho, de uma escola, de um curso legal, entendeu? Porque se o garoto de comunidade tiver oportunidade que o garoto lá fora tem você acha que ele vai querer entrar pra bandidagem? Não vai, ele tá na bandidagem por quê? Porque ele tem dinheiro fácil, vai ter roupa fácil, vai ter mulher fácil. Ele sabe que se ele for lá pra fora vão discriminar ele porque ele é favelado, ele é pobre, ele é negro, entendeu? Então, pra mim acho que tem que ter mais oportunidade.

(Adolescente, Complexo da Maré)

Acho que todo o ser humano né, tem esse... ideal... de querer o poder... todo o mundo quer ser a poderosa ou o poderoso... todo o mundo... hoje se não for de um jeito vai de outro... se o crime proporciona esse poder, a pessoa vai pegar esse poder no crime, se é no estudo, se é um presidente... ah onde a vida levar, né... a pessoa vê... aquele lugar vai me dar o poder então eu vou praquele lugar, que aquele lugar que me vai dar o poder.

(Detenta, 47 anos, Penitenciária Talavera Bruce, presa por tráfico de drogas)

Recomendações

Problemas identificados

1. Falta de conhecimento (conseqüentemente, dados) sobre a tipologia do envolvimento de meninas e mulheres na criminalidade violenta e armada.

2. Escassez de conhecimento e análises sobre as motivações do envolvimento de mulheres e meninas na violência armada no Rio de Janeiro.

3. Ausência de políticas e programas de prevenção e/ou de redução da violência armada direcionados a meninas e mulheres, bem como medidas de reintegração após o seu envolvimento.

Propostas

1. Reconhecer que os papéis assumidos por meninas e mulheres no envolvimento na violência armada no Rio de Janeiro vão além dos estabelecidos e padronizados para jovens e homens (*i.e.*, devem ser considerados os papéis de apoio e de incentivo à violência armada).

2. Investir na **produção de dados sobre envolvimento** de meninas e mulheres na violência armada. No caso do Rio de Janeiro, *para mulheres*:

- Articulação da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) e Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, no sentido de incluir variáveis de gênero e de violência armada no regulamento que obriga estados a publicar dados sobre criminalidade.
- Para a Polícia Civil, preenchimento completo do registro de ocorrência (RO), especificamente o instrumento usado no crime.
- Produção de um novo censo penitenciário (DEPEN) desagregando sexo por tipo penal.
- Inclusão de dados sobre mulheres no sistema nacional de armas (SINARM).

Para meninas

- Modernização e unificação do sistema de informação para a infância e adolescência (SIPIA⁶⁰), a ser implantado em todo o país, desagregando o sexo e a utilização (ou não) de arma.
- Adesão a e implementação deste sistema em nível estadual e municipal.
- Para tribunais e ONGs de direitos humanos em nível estadual, sensibilização para adesão ao sistema de informação para a sistematização e divulgação dos dados.
- Para ONGs, inclusão do tema nas agendas das organizações de direitos humanos.

Recomendações/Respostas aos ***motivos do envolvimento*** de meninas e mulheres:

- Para ONGs de prevenção da violência e inserção social, inclusão de meninas e mulheres nos programas das organizações, construindo uma abordagem programática específica.
- Para financiadores, exigir a inclusão de meninas e mulheres nos programas financiados, orientando essa execução.
- Incluir a questão do envolvimento de meninas e mulheres na violência armada no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.
- Para Secretaria de Estado para a Infância e a Juventude, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, SEDH/SPDCA, colocar na pauta o fomento a projetos de pesquisa e programas de atenção ao tema.

⁶⁰ O SIPIA é um sistema nacional de registro e tratamento de informação criado para subsidiar a adoção de decisões governamentais sobre políticas para crianças e adolescentes, garantindo-lhes acesso à cidadania. SIPIA I – promoção e defesa dos direitos fundamentais preconizados no Estatuto da Criança e do Adolescente. SIPIA II – adolescente em conflito com a lei e as decorrentes medidas sócio-educativas a ele aplicadas. SIPIA II Plus – estabelecimentos onde os adolescentes cumprem as medidas sócio-educativas. SIPIA III – colocação familiar, na forma de adoção, seja por pretendente nacional ou estrangeiro. Mais informações em <http://www.mj.gov.br/sipia/>

- Para SENASP, incluir, na linha de apoio à prevenção da violência em nível municipal, programas para meninas e mulheres envolvidas/relacionadas com a violência armada.
- Fortalecimento das medidas de proteção contidas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) com recorte de gênero.
- Para o Executivo, Legislativo e organizações locais, aprovar a sanção do PL para criação de um programa de proteção a crianças e adolescentes ameaçados(as) de morte (PPCAM).
- Discussão, elaboração e apresentação de um PL, instituindo o PPCAM em nível estadual.
- Sensibilização de organizações que trabalham com prevenção da violência no sentido de incluírem uma perspectiva de gênero nas suas abordagens e programas.

3. Em nível internacional, considerando que a violência armada tem impactos humanitários por vezes superiores a conflitos armados, incluir a possibilidade de aplicabilidade de respostas contidas na Resolução 1325/2000 do Conselho de Segurança da ONU⁶¹ a contextos de não-guerra.

⁶¹ A Resolução 1325 do Conselho de Segurança (CS) da ONU foi aprovada a 31 de outubro de 2000. Foi a primeira resolução do CS sobre os impactos das guerras na vida de mulheres e sobre as contribuições de mulheres para a resolução de conflitos e para a paz.

Um olhar sobre os números

PARA ALÉM DA BALA: OS DIFERENTES IMPACTOS DAS ARMAS DE FOGO EM MULHERES E MENINAS⁶²

O paradoxo “mulheres-vítimas”

Este capítulo é atravessado por um paradoxo. Sobre as mulheres recai o peso histórico de um estereótipo que as representa como seres indefesos, carentes de proteção. Ora, esse olhar, que cristaliza a figura da mulher-vítima, esquece todos os demais papéis que as mulheres desempenham em contextos de violência armada. Mas por outro lado, esse mito da proteção é responsável, ele próprio, pela sujeição das mulheres à (ameaça da) violência daqueles que seriam os supostos protetores. Trata-se, portanto, de um pensamento traiçoeiro.

A análise feminista sobre sistemas violentos ou de guerra denuncia os elementos ideológicos que lhes subjazem, mostrando a sua dependência de uma hierarquia sexual de valores. Ou seja, a hegemonia ou dominação pressupõe a manutenção do poder, que por sua vez pressupõe a naturalização e a normalidade das relações de poder⁶³. Ao mesmo tempo, a construção de estereótipos legitimadores desse sistema de guerra ou de violência se assenta em dicotomias ou em binômios que se constroem como negação ou oposição: paz e violência, feminilidade e masculinidade, esfera privada e esfera pública, etc. A associação entre masculinidade e violência depende e tem como contraponto uma feminilidade desvalorizada, passiva, que necessita de proteção. A construção social do *protetor/desprotegida(o)* e de uma feminilidade vulnerável que ne-

⁶² Este capítulo contou com a colaboração de Jessica Galeria, em particular na sistematização e leitura dos dados estatísticos apresentados.

⁶³ Pettman, Jan Jindy (1996). *Worlding Women: A Feminist International Politics*. Londres: Routledge, pp. 94-95.

cessita de proteção contribui para legitimar o sistema de guerra. *Womenandchildren* são os símbolos, as vítimas e os motivos para a violência, como refere Enloe⁶⁴, e por isso mesmo tudo o que deslegitime esta dicotomia tende a ser silenciado e ocultado.

Este tipo de abordagem naturaliza comportamentos socialmente construídos e reproduz dicotomias que reforçam a subordinação das mulheres. A divisão entre protetores e desprotegidas contribui para a relação de dependência no plano coletivo e individual⁶⁵ e torna invisíveis experiências de mulheres e homens que, por não se coadunarem com os papéis atribuídos segundo o sexo, são ignoradas. Mais do que isso, ficcionando uma espécie de função social “natural” de proteção desempenhada pelos homens, esta divisão passa ao lado de uma realidade fundamental: a de que são precisamente os “protetores” que constituem a principal fonte de ameaça das “protegidas”. Os dados analisados neste capítulo demonstram-no bem.

Esta divisão simplista e estereotipada de papéis tem consequências práticas. Apesar de os homens constituírem a maioria das vítimas mortais da violência armada, em todo o mundo, raramente são apelidados de “vítimas” ou rotulados como “grupo vulnerável” indefeso. Pelo contrário, são frequentemente categorizados como “perpetradores” ou, quando se consideram as especificidades da vitimização masculina, rotulam-nos de “grupo de risco”. E este grupo de risco necessita de “programas e políticas específicas”, e não de “proteções especiais”, um termo geralmente reservado para o sexo feminino.

A análise sobre os impactos da violência armada na vida de homens e mulheres no Rio de Janeiro revela as contradições e incoerências das construções dicotômicas e estereotipadas sobre vítimas vulneráveis *versus* agressores. Os homens são rotulados como os principais perpetradores deste tipo de violência, e por isso fecham-se os

⁶⁴ Pettman, Jan Jindy (1996). *Worlding Women: A Feminist International Politics*. Londres: Routledge, p. 99.

⁶⁵ Martínez López, C. (2000). “Laz Mujeres e la paz en la historia”, in Muñoz e Martínez (orgs.) (2000), *Historia de la Paz. Tiempos, espacios y actores*. Granada: Editorial Universidade de Granada, pp. 257-258.

olhos às várias formas de envolvimento do sexo feminino na violência armada. Simultaneamente, são também os homens, em particular os jovens do sexo masculino, os que mais morrem em consequência do uso de armas de fogo. Por outro lado, no Rio de Janeiro, no Brasil e em todo o mundo, são as mulheres as principais afetadas pela violência intrafamiliar. No entanto, porque estas práticas violentas ocorrem na esfera privada, no nível micro, são deixadas de fora nas análises macro sobre violência armada. Ainda que seja justamente nesse espaço que ocorre o maior número de agressões, ameaças e mortes de mulheres por armas de fogo.

Ao longo deste capítulo pretendemos analisar os vários impactos que a violência armada pode ter na vida de mulheres e meninas – que não constituem nem a maioria dos agentes da violência nem das suas vítimas diretas. Para além dos impactos visíveis e diretos – como as mortes e lesões por armas de fogo – incluímos, nesta análise, outros impactos decorrentes da proliferação e utilização de armas de fogo, como a arma constituir fonte e instrumento de ameaça em situações de violência intrafamiliar. Para tal baseamo-nos em estudos e dados estatísticos existentes, na análise de depoimentos recolhidos ao longo da pesquisa e desenvolvemos e aplicamos um questionário em oito das nove Delegacias de Atendimento Especial à Mulher (DEAM) da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro.

Impactos diretos: a destruição dos corpos

Os dados estatísticos existentes (Ministério da Saúde⁶⁶ e criminais) permitem-nos analisar os impactos diretos e visíveis da violência armada no Rio de Janeiro, ou seja, as mortes e ferimentos por ar-

⁶⁶ Os dados são desagregados por sexo e dão informação sobre as taxas de morte e de hospitalizações por idade, local, causa de morte ou ferimento, instrumento usado, e outras variáveis. Os dados são coletados pelo Ministério da Saúde em dois sistemas, o Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e o Sistema de Informações sobre Hospitalizações (SIH).

mas de fogo. No entanto, e como já referimos, a apresentação destes dados, muitas vezes feita em termos comparativos, tem sido utilizada para mostrar que mulheres e meninas pouco são afectadas pela violência armada no Brasil: os homens constituem a maioria das mortes por armas de fogo (91%) e das hospitalizações resultantes de ferimentos com estas mesmas armas (90%), segundo dados do Ministério da Saúde de 2004.

Esta comparação tem uma dupla consequência: por um lado, marginaliza as especificidades dos impactos diretos das armas de fogo na vida de mulheres e meninas; por outro lado, dá-nos apenas uma visão parcial sobre os verdadeiros impactos da violência armada na vida destes grupos, que pode ir muito além das mortes e ferimentos. Falamos da utilização da arma de fogo como instrumento de ameaça, em contextos de relações de poder já desiguais, e em particular em situações de violência intrafamiliar.

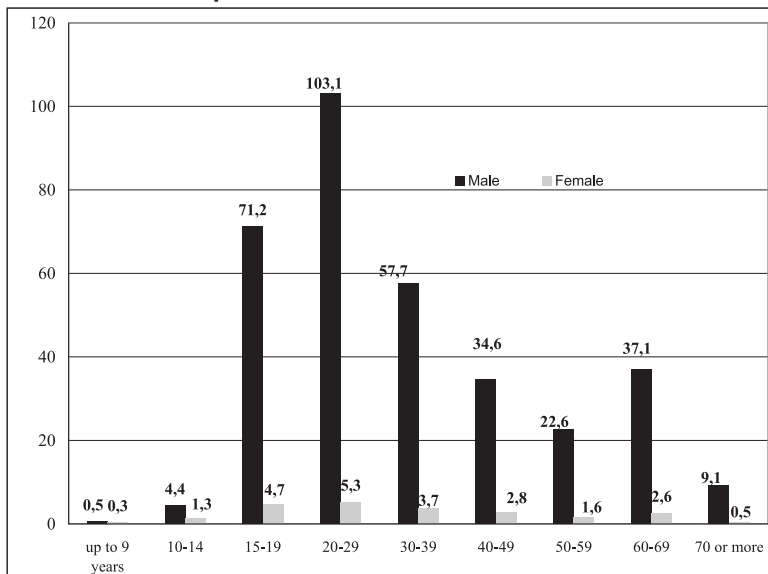
O Brasil tem uma das mais altas taxas de mortes por armas de fogo no mundo: em 2002, esta taxa foi de cerca de 22 por 100.000 residentes⁶⁷. No mesmo ano, 90% das mortes por armas de fogo foram homicídios. A esmagadora maioria dessas mortes ocorre entre jovens de sexo masculino, como se pode constatar pelo gráfico 1, sobre o perfil das vítimas fatais da violência armada, por sexo e idade, em 2002.

A taxa de mortalidade entre a população do sexo masculino no Brasil é quase 17 vezes superior à verificada entre o sexo feminino. Uma vez mais, e à semelhança do que acontece com os dados e análises sobre autores da violência armada, esta enorme desproporcionalidade e hipervisibilização, que tem sido mostrada e utilizada através de gráficos similares⁶⁸, tem influenciado e pautado agendas de pesquisa e políticas no mundo inteiro.

⁶⁷ Dados coletados pelo Ministério de Saúde no Sistema de Informações sobre Mortalidade são os mais confiáveis e acessíveis sobre mortes por armas de fogo. Neste capítulo, exceto quando é referido, todos os dados citados são dessa fonte. As referências a dados e gráficos do ano 2002 são do relatório *Brasil: as armas e as vítimas* (2005). Disponível em: www.vivario.org.br

⁶⁸ A proporção de mortes por sexo segue o mesmo padrão, em outros contextos: segundo o Relatório Mundial sobre Violência da Organização Mundial da Saúde,

Gráfico 1
Taxa de morte por armas de fogo,
por sexo e idade, Brasil 2002



Fonte: ISER, 2005

É necessário, portanto, nos centrarmos na análise de dados sobre mortes e ferimentos com armas de fogo *entre* o sexo feminino, em vez de nos centrarmos na *comparação entre mulheres e homens*. Entender as várias formas como se manifesta a violência armada, no Rio de Janeiro, no Brasil ou no mundo, constitui um elemento central para responder aos problemas decorrentes da proliferação e (mau) uso de armas de fogo.

Um dos poucos estudos existentes centrados especificamente na *mortalidade feminina* mostra que, no Brasil, as taxas de mortalidade por causas externas aumentaram, no período compreendido

90% dos homicídios mundiais cometidos com armas de fogo ocorrem entre homens. Disponível em http://www.who.int/violence_injury_prevention/violence/world_report/en/.

entre 1979 e 1999.⁶⁹ O acréscimo se deveu, em particular, ao aumento do número de homicídios, já que outros tipos de mortes violentas (acidentes de trânsito, quedas, afogamento, suicídios e lesões ignoradas) pouco aumentaram ou diminuíram, neste período.

Tabela 1
Mortalidade feminina por causas externas
Brasil 1979/81 e 1997/99

	1979/81	1997/99
	N = 14.059	N = 20.694
Acidentes de trânsito	32,7%	32,5%
Lesões ignoradas	19,0%	9,4%
Outras causas	17,2%	19,2%
Homicídios	9,6%	17,7%
Suicídios	8,2%	6,8%
Afogamento	7,6%	8,2%
Quedas	5,8%	6,2%
	100%	100%

Fonte: Reis, A. C. *et al.* (2001)

No entanto, convém ressaltar que, ao longo dos anos 80, vários homicídios foram classificados como “lesões ignoradas”, por não haver o registro sobre a intencionalidade das lesões⁷⁰. A melhoria na coleta de dados verificada ao longo dos anos 90 pode ter contribuído para visibilizar homicídios que estavam anteriormente classificados como lesões ignoradas (fazendo com que, conseqüentemente, a porcentagem de lesões ignoradas decaísse), revelando um panorama mais aproximado da realidade. Este exemplo

⁶⁹ Reis, A. C. *et al.* (2001). “Mortalidade Feminina por Causas Externas: Brasil e Macrorregiões (1979 a 1999)”, Rio de Janeiro, BOLETIM do CENEPI/CLAVES, n° 4.

⁷⁰ Souza, Edinilsa (1994). “Homicídios no Brasil: O Grande Vilão da Saúde Pública na Década de 80”, *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, (suplemento 1), pp. 45-60.

ilustra como a coleta de dados pode ser contaminada e influenciada por um viés de gênero: assumindo que a morte de uma mulher pelo seu parceiro possa ser não intencional, ou revelando uma falta de interesse em categorizar corretamente mortes de mulheres, por serem considerados dados menos prioritários ou relevantes.

Em 1999, e ainda de acordo com a mesma pesquisa, as armas de fogo foram o instrumento utilizado na maioria (50,1%) dos homicídios de mulheres. Ou seja, *foram mortas mais mulheres com armas de fogo do que em resultado de todos os outros métodos de homicídio reunidos* (estrangulamento, objeto cortante, agressões físicas, etc.). A faixa etária mais afetada por mortes com armas de fogo foi a de 10 – 19 anos, seguida da de 20 – 29 anos.

Tabela 2
Homicídio feminino por tipo de arma usada
Brasil, 1999

Idade	0 – 9	10-19	20-29	30-39	40 – 49	50-59	60+	Total
Tipo	N = 120	N = 678	N = 1009	N = 833	N = 449	N = 159	N = 185	N = 3433
Armas de fogo	27,5	57,7	54	48,6	49,9	44,7	27,6	50,1
Objeto cortante	20,8	18,4	24,4	30	29,2	30,2	36,8	26
Estrangulamento	14,2	4,1	3,4	4,2	2,4	6,9	5,9	4,3
Agress. Físicas	5	1,2	0,9	0,5	0,9	1,9	1,1	1
Não especificada	18,3	16,7	16,1	14,4	15,8	15,7	22,7	16,2
Outros tipos	14,2	1,9	1,3	2,3	1,8	0,6	5,9	2,4
	100	100	100.1	100	100	100	100	100

Fonte: Reis, A. C. *et al.* (2001)

Já em 2002, no Brasil, 42% das mulheres vítimas de homicídios foram mortas com armas de fogo. Focando apenas nas capitais brasileiras, essa porcentagem sobe para 44,4%⁷¹.

⁷¹ ISER (2005). *Brasil: as armas e as vítimas*. Rio de Janeiro: 7Letras.

Em 2004, o ano mais recente sobre o qual temos dados, a taxa de mortalidade feminina por armas de fogo na cidade do Rio de Janeiro foi de 4,8 por 100.000 habitantes – quase o dobro da taxa nacional feminina (2,5 por 100.000 habitantes). Essa proporção é próxima das taxas para a população total, pouco mais que o dobro: 2,2 vezes mais no Rio de Janeiro (45,2 por 100.000 habitantes) do que nacionalmente (20,3 por 100.000 habitantes). O Rio tem a sexta taxa mais elevada de mortalidade feminina por armas de fogo, logo depois de Recife, Vitória, Belo Horizonte, Cuiabá e Florianópolis.

A tabela 3 mostra as dez capitais brasileiras com as mais elevadas taxas de mortes femininas por armas de fogo, e a tabela 4 as dez capitais brasileiras com as taxas mais elevadas de mortalidade masculina.

Tabela 3

**Taxa de mortalidade por PAF
população feminina
capitais brasileiras, 2004**

Recife	8,9
Vitória	7,0
Belo Horizonte	6,2
Cuiabá	5,7
Florianópolis	5,1
Rio de Janeiro	4,8
Porto Velho	3,8
Porto Alegre	3,6
Maceió	3,3
São Paulo	3,0

Tabela 4

**Taxa de mortalidade por PAF
população masculina
capitais brasileiras, 2004**

Recife	113,6
Vitória	97,2
Maceió	92,5
Belo Horizonte	91,7
Rio de Janeiro	90,6
Porto Velho	67,3
Salvador	64,1
Cuiabá	57,9
Porto Alegre	54,2
Curitiba	52,4

Fonte: ISER, com dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do Datasus/Ministério de Saúde, 2004

Da leitura destas tabelas podemos constatar que algumas cidades são mais violentas para mulheres do que para homens, por exemplo, Porto Alegre e Cuiabá. É interessante notar que essas cidades se situam em estados com as mais altas concentrações de

armas de fogo (entre 40 e 93,3 por 100 domicílios) em mãos de particulares do país.⁷² Florianópolis, a cidade que mais se destaca pela notável diferença no *ranking* entre os sexos – a quinta taxa mais alta de mortes por armas de fogo para mulheres e a décima sexta para homens –, fica num Estado com um elevadíssimo número de armas de fogo em mãos de particulares, incluindo armas legais e ilegais.

Dormindo com o inimigo

Para muitas mulheres, o agressor é um conhecido. Mundialmente, 40% a 70% de homicídios de mulheres são cometidos pelo parceiro íntimo⁷³. O Rio de Janeiro não é exceção a esse padrão. Em homicídios e tentativas de homicídios com armas de fogo, mais da metade das mulheres vítimas (53%) conheciam seu agressor. E mais de um terço (37%) dessas mulheres tinha uma relação amorosa com seu agressor.⁷⁴

No entanto, as falhas na coleta de dados impedem-nos de saber onde ocorre a maioria dos homicídios de mulheres. Dados existentes para o ano de 2002 no Estado do Rio de Janeiro⁷⁵ mostram o seguinte:

Tabela 8
Local de morte por PAF

	Hospital	Ruas	Casa	Outro	Ignorado	Total
Rio de Janeiro	96	0	62	207	36	401

⁷² ISER (2005). *Brasil: as armas e as vítimas*. Rio de Janeiro: 7Letras, p. 166.

⁷³ Dahlberg, L.L. e Krug, E. G. (2002). "Violence – a global public health problem", in E.G. Krug *et al.* (2002) (orgs.), *World Report on Violence and Health*, World Health Organization, Genebra, pp. 3-21

⁷⁴ ISER (2005), com dados das Delegacias Legais do Rio de Janeiro, entre 2001 e 2005.

⁷⁵ *Idem.*

O elevado número de mortes em que o local da ocorrência foi ignorado ou classificado como “outro” (60% do total) frustra os esforços de análise. Para além disso, quando a morte ocorre no hospital, ficamos igualmente sem saber qual o local de ocorrência da violência.

Pelos dados apresentados podemos, no entanto, afirmar que apesar de o *porte* de arma ter sido proibido, para a maioria dos cidadãos brasileiros, pelo Estatuto do Desarmamento, a presença de uma arma em casa – seja legal ou ilegal – continua a significar uma fonte de ameaça e de insegurança real para as mulheres.

Neste contexto, há que desafiar o argumento ou mito de que somente os mercados ilegais devem ser controlados, porque as armas legais pertencem aos considerados “cidadãos de bem.” É esquecido, ou ocultado, que o “cidadão de bem” com uma arma na mão pode facilmente se tornar um “cidadão do mal” ou um criminoso. Ao mesmo tempo, há que se lembrar que as armas legais podem facilmente ser roubadas, perdidas, ou revendidas a outras pessoas que as podem utilizar para cometer crimes violentos. Um estudo da Secretaria de Segurança Pública⁷⁶ revelou que armas de fogo em tempos legais foram usadas na maioria dos crimes, no Rio de Janeiro. Mas, em particular, este estudo revelou que a maioria dos crimes cometidos com armas outrora legais tiveram como vítimas mulheres: 67% dos estupros com recurso à arma de fogo foram perpetrados com armas que em tempos tinham sido legalmente compradas e registradas, em comparação com 58% dos casos de homicídio com arma de fogo ou 32% de seqüestros armados. Convém aqui lembrar que, como defendem Rangel Bandeira e Bourgois⁷⁷, freqüentemente o perigo ou o inimigo dormem ao lado, e a maior parte das lesões corporais dolosas e/ou homicídios de mulheres são cometidos por conhecidos dessas mulheres.

⁷⁶ “Fontes de Abastecimento de Armas de Fogo do Mercado Criminal no Estado do Rio de Janeiro”, ISER e Governo do Estado do Rio de Janeiro, Secretaria de Segurança Pública, Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, Programa Delegacia Legal, setembro 2005, em http://www.delegacialegal.rj.gov.br/biblioteca/fonte_abastecimento_mercado_criminal_armas.pdf.

⁷⁷ Rangel Bandeira, Antônio e Bourgois, Josephine (2005). *Armas de fogo, proteção ou risco?*, Rio de Janeiro: Ed. Viva Rio.

A força da lei: o caso do Estatuto do Desarmamento

Em dezembro de 2003 foi aprovado o Estatuto do Desarmamento no Brasil, uma nova legislação de controle de armas, que restringiu severamente o acesso a armas de fogo no País. Os dados de 2004 revelam as primeiras evidências da eficácia dessa medida: a taxa de mortes por armas de fogo diminuiu 8%, o primeiro declínio em treze anos, representando 3.234 mortes a menos no total da população brasileira, em relação ao ano anterior.

A taxa de mortalidade feminina por armas de fogo, no entanto, diminuiu de 2,7 por 100.000 habitantes, em 2002, para 2,5 por 100.000 habitantes, em 2004. Houve, portanto, uma redução um pouco menor em relação à diminuição geral entre a população brasileira. Em outros países, a introdução de leis mais rígidas de controle de armas teve impactos significativos na redução da mortalidade feminina. Acreditamos que esta discrepância resulta do fato de o Estatuto ter um impacto mais imediato na diminuição da proliferação e uso de armas de fogo em espaços públicos (rua), reduzindo de forma significativa os riscos e as taxas de mortes resultantes de brigas em bares, discussões no trânsito, etc. – situações que constituem um maior risco para o sexo masculino. É de supor, no entanto, que as medidas do Estatuto que dificultam a aquisição de novas armas de fogo venham a ter conseqüências na diminuição, a médio e longo prazos, das taxas de mortalidade, principalmente a feminina, que ocorrem com especial incidência na esfera privada.

Lesões por armas de fogo na população feminina no Brasil e no Rio de Janeiro

A tabela 6 mostra o número de hospitalizações femininas resultantes de lesões por armas de fogo em todos os Estados brasileiros, e a porcentagem do total, no ano de 2004.

Tabela 6
Internações por PAF, Brasil – 2004

Frequência por UF de internação segundo Sexo			
UF de internação	Ferimentos por PAF		% de
	Feminino	Total	
Rondônia	16	172	9,3%
Acre	8	58	13,8%
Amazonas	17	67	25,4%
Roraima	5	54	9,3%
Pará	47	487	9,7%
Amapá	4	60	6,7%
Tocantins	4	16	25,0%
Maranhão	1	14	7,1%
Piauí	29	283	10,2%
Ceará	102	1186	8,6%
Rio Grande do Norte	19	285	6,7%
Paraíba	27	324	8,3%
Pernambuco	1	8	12,5%
Alagoas	37	378	9,8%
Sergipe	9	115	7,8%
Bahia	462	2547	18,1%
Minas Gerais	179	2363	7,6%
Espírito Santo	84	631	13,3%
Rio de Janeiro	198	2084	9,5%
São Paulo	573	5565	10,3%
Paraná	50	519	9,6%
Santa Catarina	29	246	11,8%
Rio Grande do Sul	97	1405	6,9%
Mato Grosso do Sul	11	106	10,4%
Mato Grosso	13	156	8,3%
Goíás	48	432	11,1%
Distrito Federal	60	744	8,1%
Total	2130	20305	10,5%

Fonte: ISER, com dados do Sistema de Internação Hospitalar (SIH) do Datasus/Ministério da Saúde

Em 2004, no Estado do Rio de Janeiro, 327 mulheres e meninas foram mortas com armas de fogo, e outras 198 foram hospitalizadas por lesões causadas por armas de fogo. Reparamos que no Rio, tal como no Brasil, os registros de mortes por armas de fogo são bastante mais elevados do que os ferimentos, revelando a letalidade da violência armada. Porém, é interessante notar que a proporção de mulheres feridas com armas de fogo (9,5%) é superior a proporção das mulheres que morrem em virtude das mesmas armas (5,4%).

Tabela 7

Estado do Rio de Janeiro	Masculino	Feminino	Total	Feminino % total
Lesões PAF	1886	198	2084	9,5%
Mortes PAF	5743	327	6070	5,4%

A nossa primeira hipótese interpretativa é a de que a *intenção* de matar se verifica mais entre a população masculina. A segunda hipótese é a de que homens, e em particular jovens de sexo masculino, procuram assistência médica com menos frequência do que mulheres⁷⁸, quando sofrem lesões. Isso se torna particularmente relevante no caso de ferimentos por armas de fogo, que se pode justificar com o fato de não quererem ser estigmatizados ou considerados criminosos.

Um estudo recente⁷⁹ mostra que lesões por armas de fogo requerem um período de internação maior e acarretam mais custos para o sistema de saúde pública do que outros tipos de lesões, como as resultantes de acidentes de trânsito: o custo médio de um atendimento pelo Sistema Único de Saúde (SUS) é de R\$ 380, enquanto as lesões provocadas por armas de fogo necessitam de uma internação média de sete dias no hospital e custam uma média de R\$ 5.564

⁷⁸ Barker, Gary (2005). *Dying to be Men. Youth, Masculinity and Social Exclusion*. Londres: Routledge.

⁷⁹ Phebo, Luciana (2005). "Impacto da arma de fogo na saúde da população no Brasil" in ISER (2005), *Brasil: as armas e as vítimas*. Rio de Janeiro: 7Letras.

por paciente. Deste modo, para além de serem os instrumentos mais letais, as armas de fogo são também as que mais problemas acarretam ao sistema de saúde nacional.

Por outro lado, as taxas de mortalidade provocadas por armas de fogo resultam no aumento da desproporcionalidade entre o número de homens e mulheres no Brasil, especialmente nos Estados com maiores índices de violência. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE⁸⁰), no Estado do Rio de Janeiro, a esperança média de vida para o sexo masculino é de 62 anos, e para o sexo feminino, 74 anos. Ou seja, para cada 100 mulheres existem 87 homens.

Para além dos corpos, a destruição das vidas

Como já referimos anteriormente, as práticas violentas estão presentes em todas as esferas da sociedade, em várias escalas, e não se manifestam apenas na esfera pública. A violência intrafamiliar, que afeta desproporcionalmente o sexo feminino, e que ocorre na esfera privada, em tempo de guerra e em tempo de “paz”, faz parte de uma cultura que normaliza, naturaliza, privatiza e invisibiliza estas práticas. E frequentemente este tipo de violência tem na arma de fogo um instrumento de coerção, intimidação, ameaça, que pode vir a ser letal.

Vale insistir que apesar dos inúmeros estudos e de alguns mecanismos e organizações existentes, no Rio de Janeiro e no Brasil, para lidar com o problema da violência contra a mulher, que se centram especialmente na violência doméstica, constatamos, ao longo da nossa pesquisa, que a questão da violência armada e do papel das armas de fogo como fator de risco e ameaça para as mulheres não tem sido uma preocupação central nas abordagens ao tema.

⁸⁰ IBGE, Síntese dos Indicadores Sociais, 2003.

De fato, na análise de conteúdo de artigos de imprensa analisados, as mulheres surgem como vítimas em 23,4% dos casos (incluindo-se mulheres que são vítimas diretas de atos violentos, como homicídio, assalto, ferimento, ameaça e familiares de vítimas). As notícias em que as mulheres surgem como vítimas referem-se sobretudo a atos de violência física direta com recurso a armas de fogo, em que o agressor é desconhecido (cerca de 30%, quando é possível identificar a relação entre a vítima e o agressor). Desta breve análise podemos notar algumas tendências no tratamento de questões de violência, quando relacionadas com mulheres. Em primeiro lugar, deparamo-nos com uma clara ausência de notícias em que a violência é dirigida à mulher pelo fato de ser mulher (violência doméstica, violência sexual, etc.). Esta quase ausência explica-se pelo fato de este tipo de violência derivar, supostamente, do foro privado e de ser uma realidade que as próprias mulheres tentam esconder, devido ao medo e à vergonha. Só em casos extremos (homicídio) acabarão por merecer um espaço noticioso.

Neste sentido, dedicamos as páginas que se seguem à análise de silêncios e ausências, ou seja, daquilo que os dados (e as notícias) não nos têm mostrado.

Os números das violências

A centralidade conferida às mortes e ferimentos por armas de fogo no Brasil, e no Rio de Janeiro especificamente, tem pautado as análises e respostas ao problema da violência urbana no País e na Cidade.

No entanto, estas manifestações mais visíveis da violência perpetrada com armas de fogo – as mortes e os ferimentos, ou os chamados impactos diretos – constituem expressões extremas de um *continuum* de outras formas de violência, que têm sido secundarizadas nas análises sobre a violência armada (as suas formas, as suas vítimas e os seus atores) no Rio de Janeiro, e que afetam de forma específica meninas e mulheres.

Já é senso comum lembrar que em todo o mundo as meninas e mulheres são as principais vítimas de violência sexual e de violência intrafamiliar. O Brasil não é exceção. Uma pesquisa realizada

pela Fundação Perseu Abramo, em 2001⁸¹, revela-nos os números e tipos da(s) violência(s) cometidas contra mulheres no Brasil: 20% das mulheres brasileiras já foram vítimas de agressões físicas mais brandas; 18% já sofreram violência psicológica; 15% já foram ameaçadas; 11% sofreram espancamentos com cortes, marcas ou fraturas – a mesma porcentagem para mulheres vítimas de relações sexuais forçadas e de assédio sexual –; 9% já ficaram trancadas em casa, sendo impedidas de sair ou trabalhar; e 8% já foram ameaçadas com armas de fogo.

No Rio de Janeiro, no que diz respeito ao delito de lesão corporal dolosa, o número percentual de mulheres vítimas representou quase o dobro de homens vítimas deste delito nos anos de 2003, 2004 e no período de janeiro a outubro de 2005⁸². Segundo o Dossiê Mulher, do Instituto de Segurança Pública, analisando os casos em que a lesão corporal dolosa ocorreu por circunstância de *violência doméstica*, 90% das vítimas eram do sexo feminino⁸³.

Ainda segundo os dados do Instituto de Segurança Pública, podemos constatar que, entre janeiro e outubro de 2005, em 99% dos casos de lesão corporal resultantes de violência doméstica não houve informação sobre o *tipo de instrumento* utilizado na agressão, sendo esta ausência um aspecto característico nos casos de agressões domésticas. Devemos questionar o motivo desta omissão: por

⁸¹ Pesquisa nacional sobre mulheres, realizada em 2001 pelo Núcleo de Opinião Pública da Fundação Perseu Abramo, “A mulher brasileira nos espaços público e privado”, disponível em <http://www.fpa.org.br/nop/mulheres/violencia.htm#V>

⁸² Segundo o Dossiê Mulher, do Instituto de Segurança Pública (2006), no delito de lesão corporal dolosa, o número percentual de homens vítimas foi de 38,1% em 2003, 36,7% em 2004 e de 33,1% em 2005; no caso do sexo feminino, este número foi de 61,5% em 2003, 61,5% em 2004 e 63,4% em 2005.

⁸³ Em 2004, as mulheres vítimas de lesão corporal dolosa eram, na sua maioria, solteiras (57%), com idade entre 18 e 34 anos (56,2%) e de cor branca (49,6%). Em 85,5% dos casos, as vítimas conheciam os autores, e mais da metade (53,8%) dos acusados eram casados ou mantinham outro tipo de envolvimento amoroso com as vítimas. E nos casos de violência doméstica, em 87,3% dos casos, o agressor era companheiro ou ex-companheiro da vítima. Dados de Miranda, Ana Paula Mendes de; Pinto, Andréia Soares e Lage, Lana (2006) (Orgs.). *Dossiê Mulher – Atualizado*. Rio de Janeiro: ISP, disponível em www.isp.rj.gov.br.

um lado, pode significar isso mesmo, ou seja, que na relação de poder (desigual) existente entre o agressor e a vítima, a força física foi a forma de subjugar a mulher; por outro lado, pode significar que os tipos de instrumentos utilizados na agressão foram vários, o que se revelou ser, também, uma característica destas situações⁸⁴. No entanto, pode significar também que, de fato, nenhum instrumento foi usado na agressão mas que, não obstante, estava presente e que constituía uma *forma de ameaça*.

A arma de fogo como ameaça

Ao centrarmos a nossa análise nos impactos (diferenciados) da arma de fogo na vida das mulheres rapidamente nos apercebemos de *continuums* e de transversalidades da violência armada. Facilmente entendemos que comportamentos violentos que são (hiper) visibilizados na esfera pública, e que captam grande parte da atenção e esforços dos decisores políticos e de políticas de segurança (pública), cruzam escalas e se manifestam, também, de forma violenta, a uma escala micro.

A esfera doméstica, considerada privada e portanto “esquecida” nos debates sobre (in)segurança pública, é freqüentemente palco de “guerras” e de terror para grande parte da população, em especial para as mulheres. E não nos referimos apenas às mortes e ferimentos de meninas e mulheres provocados por armas de fogo, mas também à função da arma como fonte de ameaça e como instrumento de reforço das desigualdades de poder. Na opinião de Ana Liési Thurler⁸⁵,

A violência é progressiva, avança da ameaça ao espancamento, chegando, em alguns casos, ao assassinato. Neste sentido, a violência doméstica e familiar corresponde a um ciclo perverso e tende a repetir-se cada vez com maior intensidade e em menor intervalo de tempo. Deste modo, a alta incidência de ameaças nos indica grande número de mulheres vivendo sob riscos à saúde física e psíquica e a suas vidas.

⁸⁴ *Idem*.

⁸⁵ *Pelo fim da violência contra as mulheres*, Correio Braziliense, 6/3/2006.

Ou seja, entender que a violência armada tem outros rostos e vítimas (que são invisíveis hoje, mas que podem vir a tornar-se diretas e visíveis amanhã) e se manifesta também a uma escala micro pode contribuir para a redução do número de mortos(as) e feridos(as) no contexto do Rio de Janeiro, no Brasil e no mundo.

De acordo com projeções da pesquisa acima mencionada, levada a cabo pela Fundação Perseu Abramo, a cada 20 segundos uma mulher tem sua integridade física ameaçada com uma arma de fogo, no Brasil. Entre setembro e outubro de 2005 realizamos uma pesquisa⁸⁶ em oito das nove Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher, na qual foram preenchidos 615 questionários, espontaneamente, por mulheres denunciante de violência. Apesar de este ser um estudo piloto, de forma alguma generalizável, acreditamos que nos revela especificidades importantes da violência que se manifesta a uma escala micro, contra mulheres. Em primeiro lugar denuncia a permeabilidade das fronteiras, mostrando que armas de fogo constituem uma fonte de ameaça e de medo não só na esfera pública e visível, mas também em espaços considerados seguros, como a esfera privada. Em segundo lugar, revela articulações entre duas formas de violência que geralmente se debatem e se pensam de forma independente e hermética: a violência doméstica e a violência armada.

Do total das mulheres que preencheram o questionário, 60,3% tinham sido agredidas por seus parceiros íntimos ou ex-parceiros (maridos, namorados, companheiros), e 70,2% afirmaram ser a favor da proibição da venda de armas no Brasil. Quando o denunciado era o parceiro íntimo (ou ex) o apoio à proibição se elevava para 74,4%, e para 76,1% se a agressão notificada tivesse ocorrido dentro de casa. Entre as que sabiam que o agressor tinha uma arma de fogo e as que afirmaram não saber, 68,5% responderam que já tinham sido ameaçadas de alguma forma com a arma. Setenta e três

⁸⁶ Pesquisa realizada pelo Centro de Estudos de Segurança e Cidadania, da Universidade Cândido Mendes, Viva Rio e Núcleo de Estudos para a Paz/CES (Universidade de Coimbra), na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, com 615 questionários respondidos espontaneamente. Questionário em anexo.

por cento referiram ainda que a presença da arma as impedia de reagir física ou verbalmente à violência, sendo que 68% afirmaram que gostariam de colocar um fim na relação com o agressor, mas que não o faziam porque temiam ser agredidas com a arma. De especial importância é a porcentagem de denunciante que afirmou *não saber* se o parceiro íntimo tinha uma arma em casa (24,6% do total dos casos). Não saber significa ter que lidar com essa dúvida e, portanto, com a eminência da descoberta da sua existência. E significa que, acima de tudo, para manter e perpetuar uma relação de dominação e de poder, a arma não tem necessariamente que ser usada, ou mesmo vista.

Os depoimentos recolhidos ao longo da pesquisa contribuíram também para a desconstrução da associação entre arma de fogo e segurança. Repetidas vezes a arma foi associada a medo ou considerada um fator de ameaça. Várias mulheres revelaram que foram ameaçadas, ao longo das suas vidas, com armas de fogo, na maior parte dos casos pelos seus parceiros íntimos ou ex-parceiros. Por vezes, as histórias não eram contadas na primeira pessoa, e referiam-se a outras mulheres conhecidas, amigas ou familiares. Mas todas se referiam a medos “privados”, silenciados, e a ciclos de violências aos quais era difícil escapar.

Porque o homem que fica colocando a arma na cabeça da mulher, oprimito pra ela não denunciá-lo, né... as mulheres que levam facadas e têm que voltar pra casa, porque de repente elas têm aquela concepção de que não têm a capacidade de se manter sozinhas... “Eu tenho o meu filho, ele vai ser uma pessoa com problemas psicológicos porque foi criado em casa de pais separados...”... Enfim, elas têm uma diversidade de argumentos pra falar porque continuam naquilo. E a gente vê também aquelas histórias de marido que prende a mulher em casa, maridos que deixam a mulher presa em casa porque se passar não sei quantos dias a denúncia não pode mais ser feita, né, o crime prescreve, tem a prescrição da denúncia, então não surte efeito. Então, assim, cárceres privados, existem várias coisas. A violência armada é tão infinita que a cada época que passar a gente vai descobrir outras diferentes.

(Rapper, 24 anos)

Reconhecer e colocar no centro das prioridades e da agenda pública este problema significa ter em conta inseguranças reais

que, apesar de menos visíveis, pela sua escala e atores, são sentidas por uma elevada percentagem da sociedade carioca, brasileira e mundial.

Considerações finais

As mortes por armas de fogo estão aumentando, ao longo dos tempos, no Brasil e no Rio de Janeiro, afetando desproporcionalmente mulheres e homens. Apesar desta desproporcionalidade, as armas de fogo são o instrumento mais usado para matar mulheres, no Brasil e no Rio. No Rio de Janeiro, uma mulher corre duas vezes mais riscos de ser morta por arma de fogo do que a média nacional para as mulheres brasileiras (a taxa de homicídios por armas de fogo corresponde ao dobro da média nacional). Ao analisarmos os dados sobre ferimentos por armas de fogo, constatamos que representam também um risco significativo para as mulheres.

No entanto, os impactos diretos das armas de fogo – as mortes e ferimentos – são apenas a ponta do *iceberg* do problema da violência armada no Brasil e no Rio de Janeiro. É necessário não ficar preso a estes dados e ir mais além, analisando outras formas de impactos.

Como vimos antes, os impactos das armas de fogo em casos de violência contra as mulheres nem sempre são visíveis: mesmo quando não é disparada diretamente, a arma contribui para um desequilíbrio ainda maior nas relações de poder, já desiguais, podendo ser utilizada pelo agressor para impor a sua vontade através de ameaças e intimidações. Além disso, a presença da arma de fogo em situações violentas limita as possibilidades de reação e reduz as hipóteses da vítima escapar e de alguém de fora poder intervir e ajudar.

Apesar da existência de políticas e programas que visam à redução da violência, na prática, há muito pouco diálogo entre os setores do governo responsáveis pelo controle de armas e os que lidam com violência contra mulheres. Nas análises, legislações e implementação de políticas que têm como objetivo prevenir e reduzir a

violência doméstica, raramente se encontram referências, articulações ou tentativas de cruzamento com legislação nacional de controle de armas de fogo. Da mesma forma as análises, programas e leis de prevenção e redução da violência armada não incluem preocupações com o enorme flagelo da violência doméstica e da violência contra as mulheres em geral.

No seminário final deste projeto de pesquisa identificamos, em conjunto com todas(os) as(os) participantes, problemas e algumas recomendações sobre este tema, que apresentamos em seguida:

Recomendações

Problemas identificados

1. Insuficiente reconhecimento da arma como ameaça na vida privada.
2. Ausência de consciência pública sobre a relação entre violência contra as mulheres e violência armada.
3. Falta de cruzamento destas duas variáveis ao nível das políticas públicas (nacionais e internacionais).
4. Ausência de dados e conhecimento sobre o papel das armas de fogo na violência contra as mulheres.

Propostas

1. Não negligenciar a aplicação da *medida preventiva de urgência* contida na Lei Maria da Penha, no que diz respeito a armas de fogo.
2. Melhorar a avaliação psicossocial dos policiais (de todos, não só das DEAM), promover a sua capacitação e a valorização da sua função (no caso dos agentes especiais).
3. Criar coordenadorias das DEAM em todos os Estados, à semelhança do Rio de Janeiro, e também normativizar os seus padrões de funcionamento.
4. Garantir a utilização de análises de risco em todos os centros de atendimento às vítimas, incluindo a presença da arma em casa.

5. Que os movimentos sociais (feminista, desarmamento, direitos humanos, etc.) se unam para troca de dados e promoção de campanhas conjuntas.

6. Aos Estados membros da ONU, em paz formal, para que se inspirem no processo da Resolução 1325/2000 do Conselho de Segurança para desenhar políticas mais eficazes de proteção e de segurança pública, alargando o espectro das políticas.

Olhos nos olhos

SOBREVIVENTES DA VIOLÊNCIA ARMADA⁸⁷

A violência armada marca, de forma diferenciada, a vida da população, e vai muito além de estatísticas oficiais sobre mortes e ferimentos com armas de fogo, reveladores dos impactos mais diretos dessa violência. Nas espirais e *continuums* da violência armada que se manifestam internacionalmente e que se expressam de forma localizada no Rio de Janeiro, aquele(a) que morre não constitui a única vítima.

Ao longo dos últimos vinte anos houve, em média, no Rio de Janeiro, 6,5 mortes diárias por armas de fogo⁸⁸. Cada morte arrasta também consigo a dor de quem fica, afetando todo o seu círculo social, especialmente a família e amigos(as).

Uma pesquisa recente revelou dados importantes sobre as chamadas vítimas secundárias, indiretas ou ocultas da violência urbana. No período compreendido entre os anos de 1979 e 2001⁸⁹, estima-se que entre 300.000 e 600.000 pessoas tenham sobrevivido⁹⁰ a mortes violentas na cidade do Rio de Janeiro. São essas pessoas, as que ficam, que continuam a ter que lidar com os ciclos da violência, na maior parte das vezes sem o apoio necessário para que possam voltar a ter uma vida saudável e produtiva⁹¹.

As chacinas e execuções sumárias, com origens no período da ditadura militar⁹², constituem expressões extremas, visíveis e fre-

⁸⁷ A elaboração deste capítulo contou com a colaboração de Carla Afonso e Marco Aurélio Martins.

⁸⁸ Cálculos baseados em dados oficiais do Ministério da Saúde (Datasus): 47.171 mortes por armas de fogo na cidade do Rio, entre 1982 e 2002.

⁸⁹ Soares, Gláucio; Miranda, Dayse e Borges, Dorian (2006). *As vítimas ocultas da violência urbana no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Record.

⁹⁰ “Sobreviventes”, neste capítulo, diz respeito a quem sobreviveu a morte(s) de outrem (familiar), e não a pessoas que sobreviveram a um ferimento provocado por arma de fogo.

⁹¹ *Psychological consequences of violent experiences through firearms*, paper para o Centre for Humanitarian Dialogue, janeiro 2006, Vivo Internacional.

⁹² Quando se formaram os grupos de extermínio, na Baixada Fluminense, com a participação direta e indireta de agentes policiais e o aval de comerciantes,

qüentes, até aos dias de hoje, da violência armada no Rio de Janeiro. E se, no passado, constituíram, nas palavras de José Cláudio Souza Alves, a referência de demarcação da fronteira entre o mundo civilizado e a barbárie, separando a cidade do Rio de Janeiro da Baixada Fluminense, atualmente, disseminam-se territorialmente, fugindo dos seus limites espaciais e passando a fazer parte da realidade carioca (2003:16). E a esta disseminação geográfica corresponde à disseminação da destruição e ruptura de laços e de outras vidas.

Apesar de homens, mulheres e jovens de ambos os sexos fazerem parte dos números trágicos das chacinas no Rio, são os jovens do sexo masculino, negros, em grande maioria de comunidades pobres, os principais alvos destas práticas. Os corpos enfileirados em Vigário Geral, o massacre da Candelária, as 29 vítimas de Nova Iguaçu e Queimados, os assassinatos no morro do Borel ou o espancamento e morte dos quatro jovens do “Via Show”, em São João de Meriti, apenas para citar alguns exemplos, incorporaram-se, irremediavelmente, na história do Rio de Janeiro. Filhos(as), maridos, esposas, pais e/ou amigos de alguém. No entanto, para as pessoas que vivem esse drama de perto, tais fatos não terminam nem se encerram na tragédia das mortes coletivas ou individuais. Seus efeitos se perpetuam e se desdobram em outros *continuuns* de violências, no cotidiano de quem fica, seja pela dor, pelo medo, pela humilhação, pela impotência, pela desorientação ou pelas incontáveis dificuldades experimentadas nas trajetórias que apenas se iniciam, quando os fatos começam a desaparecer dos noticiários.

A visibilidade destas mortes e do rastro de dor que deixam é passageira. De fato, após os acontecimentos dramáticos, quem sobrevive é remetido à condição de invisibilidade. Via de regra são as mães – por vezes irmãs e esposas –, mais raramente pais e irmãos, que iniciam o percurso pelos caminhos da justiça, na esperança de

empresários e grupos políticos locais (Alves, José Cláudio Souza, “Violência e Política na Baixada: os casos dos grupos de extermínio” in IMPUNIDADE NA BAIXADA FLUMINENSE – RELATÓRIO 2005. Comissão de Direitos Humanos e Minorias, Câmara dos Deputados, Brasília 2006).

resgatar algum sentido do que lhes resta e no esforço, nem sempre compensado, de lutar contra a impunidade.

Nesse percurso, novos efeitos da violência emergem de maneira dramática ao desabrigo da lei, e perante a ausência das instituições e dos recursos sociais mais elementares. Percorrer este caminho após um incidente violento, onde a morte não é assimilada como fatalidade ou sucessão natural da vida, é um processo que deixa marcas, impõe limitações e modifica a existência. Superar a perda, enfrentar seus desdobramentos e transformar a dor e o luto com coragem e perseverança acabam se convertendo praticamente num esforço individual e solitário. Muitas dessas pessoas, sobretudo quando se trata de mães e esposas, experimentam adversidades comuns: estresse pós-traumático, desestruturação econômica, quebra do equilíbrio familiar, vivência de longos processos judiciais em condições francamente desfavoráveis, convivência com os assassinos ou ameaças de retaliação. Em alguns casos, lhes cabe ainda o ônus de provar que seus filhos ou parceiros não eram criminosos e não estavam envolvidos no tráfico de drogas. Em outros, quando havia envolvimento, precisam defender, postumamente, o direito constitucional a um julgamento justo e a uma condenação nos termos da Lei brasileira.

São as vítimas ocultas, invisíveis, as(os) sobreviventes da violência armada que não fazem parte das estatísticas da criminalidade violenta do Rio de Janeiro, as protagonistas deste capítulo. Com elas passamos grande parte dos meses da pesquisa, fomos recebidas em suas casas, suas comunidades, bairros, e entramos nas suas vidas. E suas vidas entraram nas nossas, iniciando um caminho de ida e volta. Os contatos iniciais, marcados sob o pretexto de fazer uma entrevista, transformaram-se em longas conversas, continuadas, de horas, dias e meses. As entrevistas individuais converteram-se em encontros coletivos de partilha e de aprendizagens⁹³. Às dez

⁹³ Realizamos entrevistas individuais e organizamos encontros coletivos, de partilha de experiências e de aprendizagens. Estes grupos e o trabalho de apoio psicossocial contaram com a presença de Carlos Martín Beristain, médico, especialista em saúde mental, e Marco Aurélio Martins, membro da equipe de pesquisa e psicólogo.

participantes iniciais juntaram-se mais cinco, depois mais três, depois mais seis... E nós, que éramos três, passamos a ser quatro, cinco, seis, oito...

Passar para o papel as histórias, as experiências, os lutos e as lutas destas mulheres não é fácil. E considerá-las exemplos de *impactos indiretos* da violência armada tem contribuído para legitimar a sua invisibilização. Estes impactos, que decorrem da morte e da perda de entes queridos, que são vividos muitas vezes em silêncio e que são difíceis de nomear, afetam, de forma bem direta, a vida de quem fica e tenta lidar com a perda. Ignorá-los e subalternizá-los significa perpetuar, perante a ausência de respostas, ciclos de violências.

Este capítulo se divide em três partes. A primeira parte é dedicada às histórias e palavras das sobreviventes. Na segunda parte, apresentamos uma sistematização dos impactos por elas expressos e obstáculos encontrados desde a perda dos entes queridos⁹⁴. Na terceira parte, de autoria de Carlos Martín Beristain, tecemos algumas considerações sobre o alcance global destes fenômenos e sobre as especificidades do trabalho com este grupo, no Rio de Janeiro.

⁹⁴ Carla Afonso e Marco Aurélio Martins contribuíram para a análise do material qualitativo e redação deste capítulo.

HISTÓRIAS DA SOBREVIVÊNCIA



Fotografias: Raquel Dias

Elisabete Medina Paulino

Mãe de Renan Medina Paulino e Rafael Medina Paulino

Eu nunca bati nos meus filhos. A primeira vez que eles apanharam foi desses policiais.

O meu nome é Elisabete Medina Paulino, tenho 42 anos e sou mãe do Rafael e do Renan Medina Paulino, assassinados no estacionamento da casa de show Via Show.

Eu casei muito cedo. Queria ser mãe, dona de casa e parei de estudar para cuidar da minha primeira filha, a Dani. Eu nunca quis botar babá para ficar olhando os meus filhos, achava que ninguém ia cuidar melhor do que eu. Só mais tarde terminei o segundo grau, junto com a minha filha. E quando tive a primeira neta, eu parei novamente. Eu fiquei tomando conta da neném para a minha filha trabalhar. Abdiqueei novamente de uma carreira, de uma profissão, para ser avó. E fui ser avó quando os meus filhos morreram.

O Rafael, o mais velho, tinha dezoito anos, e o Renan, 13 anos. O Renan era muito grandão, parecia muito mais velho. Tinha 1m76 cm e pesava 95 kg. Só que era um criançaço. O meu bebê, como eu falava para ele... Eram meninos muito cheios de vida, cheios de planos, cheios de perspectivas. O Rafael queria ser fisioterapeuta, porque ele via a avó (minha mãe) na fisioterapia e ficava com pena. E ele ficava assim: “Não, vó, eu vou fazer fisioterapia, eu que vou cuidar de você”. O Renan queria ser juiz. Queria combater essa impunidade e essa corrupção. Os meus filhos tinham sonhos, queriam mudar alguma coisa.

No dia 6 de dezembro de 2003, tudo mudou. Os meninos estavam na casa de show Via Show, na Dutra, e foram assassinados por policiais, seguranças da casa.

O meu filho menor foi mais cedo para a casa de show, ele nem sabia que o irmão e o primo, Bruno, também iam. Era a primeira vez que ele saía à noite. Eu paguei uma van para o levar e trazer. Mais tarde, o primo e o irmão resolveram ir até lá. Eles iam até no carro

do primo, mas encontraram um outro amigo que ia para o Via Show e resolveram ir no carro desse outro amigo. Lá eles encontraram o meu outro filho, o Renan, que decidiu regressar com eles.

Na saída houve uma confusão com esse amiguinho, no estacionamento. Os seguranças foram em cima dele, pegaram e começaram a bater muito. Quando os meus filhos e o Bruno foram ver o que estava acontecendo com o amigo, eles não quiseram nem saber, bateram em todo mundo.

E aí eles viram que não ia dar certo. Levaram os meninos para Caxias, para uma fazenda abandonada, mataram-nos e jogaram dentro de um poço.

Às 4 horas da manhã, que era a hora que a van ia chegar para trazer o meu filho, eu estava lá embaixo para pegar ele. Eu não dormi, fiquei esperando ele chegar. Então, chegou todo mundo e falaram que Renan estava vindo com o irmão e com o primo. E eu fiquei esperando eles chegarem. Deu cinco horas, deu seis horas e não vieram. Às 7 horas da manhã nós fomos para o Via Show, fazer o itinerário todinho. Procurar saber o que estava acontecendo. A polícia, que fica uma cabine da polícia em frente, falou que a noite não tinha tido briga, que foi sossegada. Ainda ficaram brincando com a gente, falando assim: “Não, os seus filhos devem ter ido para a praia, depois do show, daqui a pouco chegam em casa...”. O meu filho era muito responsável, ele não ia fazer isso nunca. Jamais. Principalmente se estava com o irmão dele mais novo. É por isso que eu fiquei desesperada. Aí os amigos começaram a percorrer todas as praias do Rio, mas a gente sabia que eles não tinham ido para a praia. Fiquei esperando com a minha cunhada, procurando, e demos parte na Polícia.

Os amigos, os vizinhos, o bairro inteiro, no domingo fecharam a Avenida Brasil e aí a Secretaria de Segurança mandou o batalhão de choque, para saber o que estava acontecendo. A imprensa começou a divulgar que os meninos não tinham sido achados, toda a hora aparecia na televisão e até no exterior apareceu. Pessoas que vivem na Europa, amigos nossos, viram, até um amigo dele que vive na Suíça...

Ficamos nesse desespero três dias. A gente não sabia de nada. Nem se estavam vivos, se estavam mortos, nem quem tinha matado, nem o porquê. Se eles tinham se envolvido em alguma coisa. E os meus filhos não eram malcriados, não! Eu nunca bati nos meus filhos. Nunca dei uma palmada. A primeira vez que eles apanharam foi desses policiais. De terça para quarta a Secretaria recebeu uma denúncia anônima, e aí encontraram os corpos.

A gente começou a pegar dor e luta e fomos atrás. A primeira pessoa que procuramos foi o secretário de Segurança. Para nossa surpresa, quando nós chegamos lá no gabinete, eles já sabiam que éramos as mães dos garotos que os policiais de Caxias mataram. Disseram para nós: “Foi queima de arquivo. Eles viram alguma coisa que eles não podiam ter visto”.

É para que isso pare de acontecer que nós lutamos. Para que isso tenha um final. Se a gente não falar nada, nada é feito, e eles continuam matando. Nessa casa de show já desapareceram muitos rapazes. Nós fomos as primeiras mães que falaram, que gritaram. As pessoas têm medo. De quê, eu não sei, talvez de morrer. Mas eu não tenho medo de morrer. E a única coisa que eles podem fazer com a gente é o quê? Matar? Já mataram. Um filho é a vida de uma mãe. Eu sei o que é perder filhos e não quero essa dor para ninguém. A nossa paz, a nossa família, acabou.

Eu não tenho mais medo, agora eu luto.

O soldado da Polícia Militar Henrique Vítor de Oliveira Vieira, um dos nove policiais acusados de seqüestrar, espancar e executar Renan Muniz Paulino e Rafael Medina, Bruno Muniz Paulino e Geraldo Santana Júnior, foi condenado, no dia 22 de junho de 2006, a 25 anos e sete meses de prisão por Tribunal do Júri de Duque de Caxias. Dos outros oito acusados do crime, um morreu, outro apresenta problemas mentais e seis aguardam julgamento, igualmente por Tribunal do Júri.

Siley Muniz Paulino

Mãe de Bruno Paulino

Eles matam a gente, matam a família, matam os amigos

O meu nome é Siley Muniz Paulino, tenho 48 anos e sou mãe do Bruno Muniz Paulino, de 20 anos, meu único filho, assassinado por nove policiais na casa de espetáculos Via Show.

Eu nunca vi o meu filho chorar. Era só alegria, pura brincadeira. Se a gente chamava a atenção dele, ele falava assim: “Ô, baixinha, fica calma aí, você não pode comigo”.

O Bruno foi criado em um bairro onde todos são amigos e se preocupam demais com seus filhos. Tanto que eu fazia questão de abrir o terraço da minha casa para que ele ficasse na companhia de seus amigos aos meus olhos. Meu filho fazia faculdade de Matemática e trabalhava com o pai. Ambos foram assaltados quatro vezes, até que um dia ele chegou em casa falando: “Mãe, eu vou prestar concurso para policial civil, nós temos que fazer alguma coisa. Não querem deixar a gente trabalhar”. E ele entrou no curso, onde ficou apenas 15 dias.

Numa sexta-feira à noite Bruno, seus primos e um amigo saíram para o Via Show (casa de espetáculos) e não voltaram mais. Procuramos por todos os lugares: hospitais, necrotérios e nada. Então voltamos para casa e começamos a chorar. Não sabíamos nada, nem se nossos filhos tinham morrido, sabíamos apenas que não andavam em más companhias, não eram viciados nem bandidos.

No domingo foi recebida uma denúncia anônima dizendo que policiais fardados com viaturas em comboio passaram em direção a um local bem distante. Só os policiais conheciam o local onde o crime foi praticado, era de difícil acesso e com mata fechada. Passaram com os nossos filhos para serem executados, sem medo de nada! Tinham a certeza da impunidade. E aí, no meio da mata, executaram e jogaram num poço os corpos dos nossos filhos.

Foi um desespero. Passou sábado, passou domingo, passou segunda e eles só foram aparecer na terça de madrugada. No dia do enterro, o bairro inteiro fechou as portas para a última despedida. Havia mais de mil pessoas.

Pedimos apoio à Justiça Global. Eles nos ajudaram fazendo um relatório para a ONU, nosso caso permaneceu na mídia e até um livro foi lançado nos Estados Unidos, com os casos emblemáticos e de impunidade. Então passamos a pertencer às Mães do Rio, que são mães que sofrem a mesma dor e estão sempre juntas. Depois a gente foi para Brasília, quem nos recebeu lá foi o ministro da Justiça (Márcio Thomaz Bastos). E então lhe entregamos uma carta, dizendo o que estava acontecendo com nosso caso. Afinal, o que mais conta é a pressão!

Foram nove policiais que mataram o meu filho. E eu estou gritando para que haja justiça. A justiça que eu peço é que esses policiais que mataram os nossos filhos sejam condenados. Se todas que perderam seus filhos gritassem junto com a gente, se cada um fizesse a sua parte, talvez a gente pudesse chegar lá. Só não pode é se omitir. Se esses nove policiais forem condenados, nove policiais já estão fora. Se os de Queimados forem condenados, são 21 que vão para fora. Assim vamos conseguir tirar da sociedade aqueles que não merecem, que não são dignos de estar. Se todo mundo gritar, se todo mundo lutar por justiça, quem sabe a gente consegue amenizar essa impunidade um pouco?

É pelos filhos que a gente luta. Pelo meu filho, pelo filho que eu tinha, pelos meus sobrinhos. Porque você cria o teu filho da melhor maneira possível, dá a melhor educação, exclui ele das coisas ruins, mostra um caminho para ele, aí vêm esses policiais que deveriam defender e acabam com tudo. É para mostrar para as outras mães que elas podem gritar, que não tenham medo. A gente era tímida, não sabia falar, e aprendeu a encarar tudo: a saber falar e a saber resolver. Eles matam a gente, matam a família, matam os amigos... Hoje eu não tenho mais medo de nada.

Sabe o que é que eu faço, para sobreviver a essa dor? Eu falo o tempo todo. Eu lembro muito o que uma repórter uma vez falou: que nós transformamos o nosso luto em luta.

Dalva da Costa

Mãe de Thiago Silva

Perder um filho já é difícil. Imagina você ter que provar que o seu filho era inocente, que ele não era bandido.

Eu sou Maria Dalva da Costa Correia da Silva, tenho 52 anos, moro no Borel e sou mãe do Thiago, 19 anos de idade, assassinado em 16 de abril de 2003.

Atualmente, eu estou aposentada. Eu trabalhava com importação e exportação de tabaco, mas depois que perdi meu filho nunca mais consegui trabalhar.

O meu filho era muito mais amadurecido do que os dezenove anos que ele tinha. Tinha uma filha, fez vários cursos e escolheu ficar com mecânica. Até já tinha carteira assinada. Ele foi executado, lá no Borel, no dia 16 de abril de 2003, com mais três pessoas. Foram quatro vítimas e dois sobreviventes.

Nesse dia o meu filho trabalhou o dia todo. Não foi para a escola porque não teve aula e chegou em casa por volta das 6 horas. Jogou videogame com o irmão dele, e falava “Ah, futebol ninguém me ganha, você não vai me ganhar nunca...” e saiu dizendo que ia cortar o cabelo. Quando chegou na barbearia tinha uma pessoa na frente dele, e aí ele parou no meio da rua para conversar. E conversando, conversando, ele ouviu um tiro e correu em direção ao beco. Nesse dia tinha uma equipe da polícia de plantão e 16 policiais em operação clandestina – eles chegaram por volta de três horas, procuraram saber onde ficava o local da boca, conseguiram entrar numa casa e ficaram escondidos. Só que em dado momento eles já não agüentavam mais e começaram a dar tiros. Os policiais estavam em cima da laje, e atiraram no meu filho.

O Thiago ficou agonizando 20 minutos, pedindo para não morrer, que não era bandido, que tinha uma filha... Na hora eu escutava os tiros e sabia que ele estava na rua. Só rezava e pedia a Deus para proteger o meu filho, mas o meu filho se foi... Levou cinco tiros e ficou com dois projéteis.

Quando o meu marido saiu da porta e chegou na rua viu eles colocando, jogando o meu filho dentro do carro. Ele reconheceu porque ele estava com uma camisa do aniversário dele, de 19 anos. E ninguém pôde chegar perto porque eles botaram o fuzil em cima, deram tiro para o alto, empurraram... Aí levaram os corpos, alegaram que socorreram e, no dia seguinte, saiu no jornal que quatro bandidos foram executados no Borel, com tiroteio intenso. E o que a gente faz? Para a gente perder um filho já é difícil. Imagina você ter que provar que o seu filho era inocente, que ele não era bandido. É mais difícil ainda.

A comunidade toda se revoltou e foi quando nós fizemos uma caminhada silenciosa. Só nos manifestamos com cartaz, com faixas, todo mundo de branco, com a foto dele dizendo “Posso me identificar”. Porque eles não puderam se identificar e tiveram outro nome. Aí que nós fizemos esse jogo: “Posso me identificar”. E ainda fizemos um dossiê de cada um deles e mandamos para o Lula. Quando o Lula recebeu o dossiê, ele pediu que a Polícia Federal fizesse a investigação e a perícia.

Nós fizemos o “Posso me identificar” para evitar que essas chacinas aconteçam... só que a impunidade é a mãe da violência. Eles sabem que não vão ser punidos e continuam matando.

Dos cinco policiais acusados, apenas dois já foram julgados, tendo sido absolvidos pelo Tribunal do Júri do Rio de Janeiro. Os restantes policiais encontram-se presos e aguardam julgamento.

Dulcinéia Sipriano

Mãe de Marcos Vinicius

Eu tinha medo era de perder um filho, e eu perdi. Agora eu vou ter medo de mais o quê?

O meu nome é Dulcinéia Maria Sipriano, tenho 52 anos, moro em Queimados e sou mãe do Marcos Vinicius. Todo o mundo aqui na zona lhe chamava Pitão, era o apelido dele. Todos os meus filhos têm um apelido. Ele tinha completado 15 anos em janeiro e era aquele filho que qualquer mãe quer ter. Filho bom, nunca me deu trabalho na escola. Garoto inteligente, estudioso, cheio de futuro pela frente.

Tenho mais sete filhos e todos moram comigo, tirando a Simone.

O Marcos Vinicius levantava-se sempre às 6 da manhã, se arrumava, eu me levantava também, para preparar o café dele. Às 6:20 ele saía para a escola, porque ele estudava longe. Chegava ali na rua e gritava “Coroa, eu te amo!”, daí eu dizia “Te amo também!” No regresso, ali no portão, ele gritava “Mãe, cheguei” e dizia logo “Mãe, estou com fome”. Ele era pontual com o horário das refeições, ele tinha que tomar o café-da-manhã, almoçar, lanche, e o jantar dele era às 20:30.

No dia 31 de março de 2005, quinta-feira, no dia em que foi morto, chegou a casa e disse: “Mãe, eu tenho trabalho sobre células-tronco para fazer, para entregar na terça-feira. É um trabalho grande”. Eu me ofereci logo para lhe ajudar a fazer o trabalho. Estimamos muito tempo procurando nos livros que tínhamos em casa, mas também era preciso pesquisar na Internet. Combinamos, então, ir na segunda-feira à *Lan House* e procurar mais informações. Paramos para jantar, o Marcus Vinicius pediu ovo mexido para acompanhar o arroz com feijão. Quando ia para se deitar, depois de ter cochilado no colo do pai, lembrou-se que tinha que ir à casa da irmã, Simone, para buscar algo que não percebi bem o que era para entregar no dia seguinte na secretaria da escola. Ele pôs o boné,

calçou os chinelos e saiu, dizendo: “Até vou sem camisa”. A minha filha, entretanto, tinha vindo à minha casa. Ela mora aqui pertinho. Depois saiu para acompanhar o Pitão, mas eu pedi que ela ficasse. Ela não queria porque tinha deixado os filhos sozinhos em casa. Saiu mas voltou de novo para a minha casa muito assustada dizendo: “Mãe, estão dando tantos tiros ali em cima, até dá para ver o fogo daqui”. Começou a chorar ao pensar nos filhos. Eu para a acalmar ainda disse: “Não há problema, não, porque o Pitão está lá com eles”. Quando acabou o tiroteio, saímos para saber o que tinha acontecido e nem percebemos quando um dos meus netos, o Igor, passou por nós correndo. Quando chegamos ao local vi o meu sobrinho deitado no chão. Na hora pensei que fosse o meu filho, o Toco. Um outro sobrinho meu disse-me logo que era o Chicão e não o Toco. Entretanto, ouvi o Igor gritar: “Vó, o Pitão está caído aqui, vó, vem cá, vó, vamos levá-lo. Ele está respirando”. Pois o meu filho ainda estava vivo quando chegamos. Ele ainda tentou dizer qualquer coisa. Fiquei logo desesperada. Já não consegui ver mais nada. Tinha perdido um dos meus filhos e um sobrinho, de 34 anos, que nem pôde comemorar o primeiro aniversário de um filho que tanto desejava.

Ninguém entendeu por que tinha acontecido aquela chacina. Das cinco pessoas que foram mortas (o meu filho, Marcos Vinicius, o meu sobrinho, Chicão, o Juninho, que estudava e entregava gás, o Marco Aurélio, que era professor, e o João Bolinho, que era o mais velho), nenhum tinha tido problemas com a polícia. Nenhum deles tinha vício, nenhum deles tinha nada. Toda mundo gostava deles.

Ainda é tudo muito recente. Nunca me vou esquecer desse dia! Não me sai da cabeça. Muita coisa mudou na minha vida depois desse dia. A minha saúde piorou. Passei a ter hipertensão, insônias, cansaço constante. A própria rotina da casa já não é a mesma. Mexeu com a estrutura de toda a família. Todos sentimos muita falta do Pitão.

No total mataram 29 pessoas. Foi repugnante. Se fosse um traficante qualquer que chegasse e desse um tiro na cabeça do meu filho, eu não estaria tão revoltada como eu estou com a polícia. Porque o dever da polícia é proteger e não matar. Ela é paga para proteger e não para tirar a vida dos nossos entes queridos.

Na seqüência do acontecimento, resolvemos – a minha família e os demais familiares das vítimas do tiroteio – nos organizar e formar um movimento. Contamos para isso com a preciosa ajuda de Ismael Lopes, na época, presidente da *SOS Queimados*. Não tivemos mais apoios para além do Ismael Lopes. O prefeito, por exemplo, não nos deu nenhuma ajuda. Logo a seguir ao acontecimento ficamos meio perdidos. Mas o Ismael nos ajudou desde o primeiro momento. No dia seguinte ele, a minha filha Patrícia e o meu filho Dudu organizaram, em Queimados, uma passeata pedindo justiça e começaram também a fazer reuniões. Fizemos faixas, as crianças fizeram cartazes... Foi tudo muito rápido. O Ismael ajudou os meus filhos a apresentar a nossa “luta” no Viva Rio, em Brasília, e incentivou-os a criar uma ONG. Eles contataram também outros grupos de familiares de vítimas como “Mães do Via Show”. E assim nasceu a AFAVIV – Associação dos Familiares das Vítimas da Violência na Baixada, que ainda não está registrada.

As pessoas inicialmente tinham algum medo em se envolver, porque os familiares dos policiais começaram a fazer pressão. Eu disse logo à minha filha: “Eu não tenho medo”. Eu tinha medo era de perder um filho, e eu perdi. Agora eu vou ter medo de mais o quê? Tudo bem, eu tenho mais filhos. Eu temo pelos meus filhos. Mas, se eu não gritar, daqui a um dia acontece com outro. Aí acontece com outro. Daqui a pouco eu estou sem filhos. Alguém tem que dizer Basta! Chega!

A ONG pretende disponibilizar psicólogos para ajudar os familiares das vítimas, organizar atividades para ocupação das crianças, conseguir uma sede. Quanto tivermos a sede, queremos formar uma biblioteca. Era um sonho do meu filho, Marcos Vinicius. Ele dizia sempre: “Mãe, eu vou fazer uma biblioteca”.

O soldado da Polícia Militar Carlos Jorge Carvalho, um dos cinco policiais acusados por participação na chacina da Baixada que vitimou 29 pessoas dos municípios de Nova Iguaçu e Queimados, foi condenado pelo Tribunal do Júri de Nova Iguaçu, no dia 23 de agosto de 2006, a 543 anos de prisão pelos crimes de homicídio, tentativa de assassinato e formação de quadrilha. Os outros quatro acusados aguardam julgamento por Tribunal do Júri.

Marilene Lima de Souza

Mãe de Rosana Santos

Até agora eu só tenho a ausência dela. Nos temos o direito de enterrar nossos filhos com a mesma dignidade com que os trouxemos ao mundo.

O meu nome é Marilene Lima de Souza, tenho 54 anos, e sou mãe da Rosana da Silva Santos, assassinada em 1990, com 18 anos de idade.

A Rosana saiu de casa no dia 21 de julho, sábado à tarde. Saiu daqui dizendo que ia para Saquarema, num passeio com o namorado. iam ficar uma semana e retornariam no domingo.

Dias antes vários jovens moradores da favela de Acari sofreram uma extorsão dentro da casa de uma moradora. Levaram uma porção de coisas. E ficaram de pegar o restante mais tarde. Para ver se a polícia esquecia, eles foram passar o final de semana num sítio, em Magé. A minha filha era namorada de um dos rapazes, e foram num grupo grande de 10 pessoas, sete rapazes e três moças, e aí ficaram durante uns cinco dias.

No sexto dia apareceram seis pessoas à paisana e uma encapuzada. Entraram na casa e disseram que eram policiais e queriam dinheiro. Mandaram sair a dona do lugar e ficaram mais de uma hora ali naquela conversa, e mandaram eles saírem. As garotas botaram dentro do Fiat do namorado da minha filha e os garotos botaram dentro de uma kombi velha, que servia de transporte para essa senhora vender legumes na feira.

No dia 31 à noite foi encontrada a kombi meio queimada num terreno baldio, perto de Bongado. Tentaram atear fogo mas os vizinhos vieram e apagaram o fogo. Se via nitidamente o sangue. Era muito sangue. Parece que eles ali transportaram as pessoas ou mataram as pessoas ali dentro da kombi. Mas os corpos nunca apareceram. Nós recebemos várias denúncias: que eles estão enterrados lá dentro do sítio, que foram dados a comer a um casal de leões que se encontrava no sítio...

Quando aconteceu o caso de Acari eu trabalhava, eu era funcionária de uma loja. Para poder acompanhar os policiais no caso, eu pedi para sair. Eu queria ver, eu queria estar lá quando eles achassem os corpos para eu achar junto. O que eu queria era descobrir os corpos dentro desse sítio... Só tem que ter essa coisa de chegar, de ter que entrar com mandato. Como é que vai entrar lá na casa do outro? Se fosse na rua eu pegava uma enxada, ia lá, escavava e pegava esses ossos.

Você tem que viver com essa expectativa. Eu não agüento! Tomo remédio controlado para poder suportar, senão eu não agüento. Eu sempre evitei de tomar remédio, sabe, para me manter lúcida, apesar de tudo. Mas agora eu falei “Não, agora eu tenho que pedir socorro”. Eu entro em pânico quando tenho que sair à noite. Eu tenho medo. Você se sente impotente.

Até agora eu só tenho a ausência dela. Eu não tenho nada que comprove que ela é desaparecida há 15 anos. Nós somos pessoas pobres que merecemos respeito, que merecemos enterrar nossos filhos, com a mesma dignidade com que os trouxemos ao mundo. É uma grande violação do meu direito de mãe de enterrar meu filho e uma grande violação do direito de vida dela.

São 15 anos nesta batalha. A gente não resolve, mas pelo menos incomoda. Se você se cala você vai de encontro ao seu opressor. E eu acredito que as coisas vão crescendo dentro de nós. Nem é uma questão de querer, é uma questão de necessidade, mesmo. O primeiro momento é aquele momento da indignação, de saber o que aconteceu com nossos filhos. Depois é a luta. Então não tem como voltar atrás. Não tem como eu voltar a ser a Marilene, mãe dos meus filhos, avó dos meus netos. Meus filhos eram pequenos, diziam “Mãe, já aconteceu, não tem mais jeito. Você tem que seguir em frente. Pensa na gente. Você está colocando a gente em risco”. E eu achava “não!”, é o contrário. Eu tinha que estar lá, para incomodar, para dizer que não foi a um bicho que foi tirada a vida, era um ser humano, e que assim como aconteceu com ela poderia ter acontecido com eles.

O objetivo principal é encontrar os corpos dos nossos filhos. Mas a minha filha não é uma anônima, ela não é mais uma que

está no anonimato, como outras. Porque há essa grande família que se cria dentro do país, a grande família que sofre violência. Porque aí você vê que a dor não é só sua. É um desespero muito grande. Porque nós, as mães, mulheres, nós engravidamos, criamos nossos filhos com as nossas dificuldades, mas a gente sempre espera morrer antes dos nossos filhos. E os filhos estão morrendo na frente das mães. Eu quis a minha filha e aí, aos 18 anos, alguém vem e me aborta.

A minha luta, ela só acaba quando eu morrer. Mesmo que antes de morrer eu tenha esse direito de saber que ela foi realmente assassinada e que realmente ela está ali.

O crime, conferido a policiais, até hoje não foi solucionado. Os corpos dos jovens e adultos continuam desaparecidos, e os familiares continuam a procurá-los.

Patrícia Oliveira

Irmã de Wagner Santos

Se você vai para a luta você tem que estar disposta a sofrer represálias

O meu nome é Patrícia Oliveira, sou irmã do Wagner dos Santos e sou militante pela defesa dos Direitos Humanos. Trabalho na Comissão dos Direitos Humanos, no Rio de Janeiro. Mas só depois que eu reencontrei o Wagner eu virei militante.

Eu não cresci com o Wagner. Os meus pais sofriam de alcoolismo. A minha mãe verdadeira, que morreu atropelada e eu não conheci, ela me deu, com outra irmã, e ficou com o Wagner e com a minha outra irmã menor, que morreu atropelada junto com ela. O Wagner ficou com uma vizinha, foi passando de mão em mão, até que chamaram a FUNABEM. Daí ele só saiu quando completou 21 anos. Foi morando em vários lugares, na Vila do Pinheiro, na Avenida Brasil, mas a gente ainda não tinha se reencontrado.

Em 1993 o Wagner tinha 21 anos. No momento ele trabalhava, mas quando ele não tinha dinheiro para dormir em hotel ele dormia na Candelária. Mas ele não ficava solto ali. Ele não era muito conhecido do grupo. Aquele grupo dali, ele conheceu três dias antes, no aniversário de uma das meninas que era psicóloga. Ele chegou para a festa e ficou tocando cavaquinho, numa roda de capoeira.

Na chacina da Candelária foram oito meninos assassinados. O Wagner ficou ferido, juntamente com outros meninos, que foram sendo assassinados. Sobreviveu porque ele é teimoso. Tem várias seqüelas e não está trabalhando porque tem saturnismo, que é envenenamento por chumbo. E ainda tem uma bala alojada na quinta vértebra. No total ele levou oito tiros. Quatro em 93 e quatro em 94. Em 94 ele foi trabalhar na Bahia, sob proteção, porque não podia ficar aqui no Rio. Trabalhou num hotel e depois voltou para o Rio. Ele estava na Central do Brasil, naquele momento sem proteção, e veio um policial – deve ser um policial, porque ele estava à paisana – com uma foto dele e perguntou se ele era o Wagner

dos Santos. Aí ele falou que era e o policial ameaçou-o. Ele correu, só que vinha passando muito ônibus, muito carro, e ele não conseguiu atravessar. Aí veio uma senhora e perguntou “Tá batendo nele por quê?” “Ah, porque ele roubou ali”, disse o policial. Aí a senhora disse “Se ele roubou leva ele para a delegacia” e o policial respondeu “Vou levar para a delegacia, sim”. Mas o levaram para próximo da Marechal Fontenelle, falaram com alguém que estava dentro do banheiro e deram quatro tiros nele, deixando ele algemado. Por isso que eu digo que é policial. Se fosse bandido não teria algema. E o grande problema é que o inquérito vai prescrever no ano que vem, porque já faz 12 anos.

Eu acompanhava a história da Candelária mas não sabia que ele era meu irmão. Só em 95, quando ele veio da Suíça para o julgamento de um policial, que pegou 29 anos, deu uma entrevista que saiu no jornal. O meu cunhado, marido da minha outra irmã, leu e disse “Esse rapaz pode ser seu irmão porque é a mesma história de vocês”. E aí a minha irmã foi procurar o Superintendente da Polícia Federal, que levou o Wagner até ela. Só que a gente não conseguiu ver o Wagner porque ele tinha que voltar para Genebra, já estava no avião. A gente foi se falando por telefone durante dois anos. Só nos reencontramos no final de 97.

Foi aí que a gente começou na militância dos direitos humanos. A gente conheceu o pessoal de Acari, o pessoal de Vigário, se juntou e começou a pressionar o governo para poder fazer andar as coisas, para poder ter uma resposta. Mais tarde criamos a “Questão de Honra”, uma ONG que luta por justiça, respeito pelos direitos humanos e igualdade social. Quando você se envolve na militância você tem que abdicar de algumas coisas.

Eu trabalhava, mas quero militar. E militância trabalhando não dá. Você tem que optar por uma das duas coisas: ou você continua militando ou você vai trabalhar. Quando acontece alguma tragédia, você tem duas opções: ou você fica calada ou você vai para a luta; se você vai para a luta você tem que estar disposta a sofrer represálias, você tem que ter a consciência do que você quer. Você tem que estar ali 24 horas. Não pára.

Eu acho que a gente já conquistou muita coisa, a gente conquistou respeito, consegue ser recebido por qualquer autoridade. Podemos sentar e conversar com o Secretário de Direitos Humanos, conversar até com o próprio chefe de Polícia Civil.

Quatro policiais foram condenados e quatro foram absolvidos por falta de provas. Um policial foi assassinado.

Selma Batista Neves

Mãe de Lucas França

Como é que as pessoas não entendem o que eu sinto?

O meu nome é Selma Batista de Albuquerque Neves, tenho 41 anos, moro na Rocinha. No dia 27 de junho de 2005 o meu filho Lucas foi assassinado.

O Lucas era estudante da oitava série e também trabalhava com o pai dele, ajudando a carregar o material da oficina. Nessa segunda-feira, o Lucas acordou cedo pensando que iria trabalhar com o pai dele. Mas eu avisei: “Lucas, seu pai falou que não é para você subir agora cedo, se for para você subir, ele vai ligar”.

Ele tinha um amiguinho que desde pequenininho sempre dormia lá em casa. Nesse dia eles acordaram, levantaram, e o Lucas subiu com esse amiguinho para encher as taças, porque lá no local onde eu moro não sobe água à noite, então eu tenho que ligar a bomba para poder abastecer as três caixas d’água. Antes dele subir tinha muitos fogos, muitos fogos mesmo, e tiros. Mas quando o Lucas subiu para laje já tinha cessado. Eu fiquei um pouco preocupada porque quando tem fogos, tiroteio, a gente não deixa eles irem na rua, já para evitar essas coisas.

Aí eu subi até a laje e vi os dois sentadinhos no sofá. Eu chamava ele de *baby*, porque ele era um bebezão, tinha quinze anos, mas era um bebezão! Aí eu falei: “*Baby*, olha, assim que você acabar de encher as caixas você desce, porque tem muitos fogos”. Ele falou: “Tá, mãe, quando acabar de encher, eu desço”. Fui lá no meu quarto, peguei o meu travesseiro e deitei no sofá. Quando eu deitei no sofá, o amiguinho gritou “Selma!”. Eu olhei assim espantada e falei: “Oi, Clayton”. Ele: “Vai lá em cima ver o Lucas!”. Aí eu levantei correndo do sofá e subi as escadas. Quando eu subi a escada e olhei, o Lucas já estava lá caído, de bruços, com um tiro único e muito, muito, muito sangue saindo pela boca e pelo ferimento. Desesperada, comecei a gritar: “Lucas, Lucas! *Baby*, fala com a mamãe, fala com a mamãe...”. E ele não respondia. Ele morreu nos braços do amiguinho.

A minha sobrinha saiu descendo e as pessoas perguntavam para onde que ela ía, ela falou que ia pedir socorro porque o primo dela estava ferido em cima da laje. Os policiais meteram a arma no peito dela e mandaram ela voltar. Eles mandaram ela subir e subiram também. Tinha uns vizinhos querendo me ajudar mas eles também botaram fuzil no peito dos vizinhos, empurrando eles para dentro do quarto. Aí eles chegaram lá em casa, subiram e começaram a se espalhar. Tinha um aqui, um na laje, outro na porta e eu comecei a gritar “Some daqui que aqui não tem bandido, não! Some daqui! Vocês mataram meu filho. Vocês mataram meu filho. Vá acudir o meu filho”. Aí eles falaram assim: “Ah, não foi a gente, não. Foram os bandidos”.

Eu falei um monte de coisa. Eu só sei que eu peguei o sofá e joguei para o alto, fiquei muito nervosa, eu puxava os meus cabelos, eu gritava, toda suja de sangue. E vieram alegar que era troca de tiro! Na hora em que deram o tiro no meu filho, eu não ouvi nada, como é que podem falar que houve troca de tiro ali?

O meu marido sempre falava: “Selma, vamos sair da Rocinha, vamos embora, vamos comprar uma casa em outro lugar. Vamos educar os nossos filhos fora daqui”. Eu nunca quis, porque eu tenho a minha avó lá, a minha avó tá com 87 anos. Eu falava: “Não, eu só vou embora da Rocinha no dia em que a minha avó morrer. No dia em que a minha avó morrer, aí, sim”. Mas, infelizmente, o meu filho foi primeiro. Hoje em dia eu não sei se quero ficar mais lá...

Meu marido, agora ele não quer. Porque ele falou que a nossa casa tem o suor do Lucas. Porque o meu marido ensinou para ele o trabalho. Ele, de pequeno, carregava material. É um prédio de quatro andares. Meu filho morreu dentro de casa, onde ele ficava e me ajudava. Quando ele não ia trabalhar com o pai dele, ele varria as escadas, ele varria a laje, enchia as caixas. Quando eu me sentia mal, ele fazia as coisas para mim dentro de casa. Quantas vezes ele me levou lá no posto de saúde para tirar a minha pressão?

Muitos dias eu entro em crise. O meu marido, quando eu entro em crise, ele tenta me consolar, conversa comigo, mas não adianta. Eu vi o meu filho. Eu vi. Ele não viu. Eu vi o meu filho morto, caído

em cima daquela laje. Eu durmo pensando, eu acordo pensando, isso é tudo o que vem na minha mente. E quando eu chego na minha sala, que eu olho lá para cima, eu vejo aquela cena toda de novo. Como é que as pessoas não entendem o que eu sinto?

O caso começou a ser investigado pela CORE (Coordenadoria de Recursos Especiais da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro – PCERJ). Depois de iniciada a investigação, o caso foi transferido para a CGU (Corregedoria Geral Unificada/Secretaria Estadual de Direitos Humanos), onde somente os policiais da CORE foram depor. Leonardo Chaves, procurador do Ministério Público, passou a acompanhar o caso, que agora está sendo investigado pela COINPOL – Corregedoria de Polícia Civil, onde os familiares estão sendo chamados novamente para depor.

Iracilda Toledo Siqueira

Viúva de Adalberto

Tudo me fez transformar essa dor em luta.

O meu nome é Iracilda Toledo Siqueira, tenho 41 anos, moro no Rio há 33 anos e sou viúva do Adalberto, falecido com 44 anos.

No dia 30 de agosto de 1993 eu perdi o meu marido. No dia anterior, quatro policiais foram mortos na praça Catolé do Rocha, que era onde os policiais sempre faziam extorsão. Entravam, extorquiam e iam embora. Mas naquele dia um cara falou: “Não, não vou pagar, vai ter que baixar o rodo neles”. Aí eles mataram os quatro PMs e ficaram normalmente na favela.

No domingo, dia 29, os guardas apareceram aqui, de manhã. Mas a gente jamais iria imaginar que eles iriam entrar na comunidade para matar trabalhador. Tanto que ninguém se preocupou de ir para casa, porque a gente achou que aquilo jamais iria acontecer.

O meu marido, no caso, tinha trabalhado o dia inteiro. Ele era ferroviário, chefe de estação, e trabalhou o domingo todo. Chegou em casa para ver o jogo Brasil-Bolívia, eram as eliminatórias para a Copa de 94. O Brasil venceu de 6 × 0. O meu marido foi para um bar comemorar a festa do Brasil.

Entre as 9 e as 11:30 começou a matança. Mataram quem estava: uma família de evangélicos que estava dormindo dentro de casa, mesmo de frente para o bar. E como eles começaram a matar dos fundos para a frente da comunidade, não deu para as pessoas fugirem. Tanto que o meu marido estava saindo. Meu marido estava indo embora com um amigo, muito amigo. A gente já tinha o costume de ir para a praia junto, fazia excursão, churrasco... Aí o amigo quando olhou na porta do bar e viu os policiais, correu. Foi o primeiro a morrer. Aí outro amigo veio pedir para não fazerem aquilo, e o mataram. O terceiro foi o meu marido. Mataram 21. Eles se dividiram e fecharam a comunidade – entraram um pouco pela estação, um pouco pela linha do trem, um pouco pelo buraco.

Foi um choque muito grande e teve uma repercussão tão estrondosa que a própria OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) colocou advogados, a Procuradoria, para poder fazer um levantamento de tudo, para apanhar as denúncias. Na época, o meu sogro era o presidente da associação de moradores. Ele era muito humano e, perdendo um filho, levantou ainda mais a bandeira. Exigimos que o ministro da Justiça viesse ao Rio de Janeiro, que os corpos não fossem retirados. Porque a gente queria saber quem tinha feito aquilo. Era uma questão de honra a gente provar que eles eram trabalhadores. E nós conseguimos provar que todos eram trabalhadores, não deixamos eles vacilarem. Hoje, a gente quer justiça e continuamos lutando pela indenização.

Em Vigário Geral foram 21, agora (em Queimados) foram 29. Quantos mais serão? Cem? Duzentos? A população toda? Sabe, então é isso que a gente tem que fazer: lutar! Porque se eu perco o meu marido e fico dentro de casa, preocupada só com os meus filhos, talvez eu não tivesse nem os meus filhos mais.

E eu luto, todos os dias. As mulheres, desde muitos anos atrás, vêm lutando. Na guerra, ela que foi a enfermeira e cuidou de todo mundo, só que nunca foram vistas trabalhando. Eu aprendi com a vida que tenho que ir para a rua batalhar. A gente tem que lutar pelos nossos direitos, os direitos dos nossos filhos. Porque em Vigário Geral a chacina não terminou, a chacina continuou e os familiares foram morrendo.

Mas não é por causa disso que eu vou deixar de lutar, de conscientizar as pessoas. Eu vou continuar lutando. Tudo me fez transformar essa dor em luta.

O Ministério Público denunciou 52 policiais militares. Desse total, apenas sete foram condenados pelo Tribunal do Júri do Rio de Janeiro. Os demais foram absolvidos por falta de provas. Um continua foragido.

Em 1997, um dos réus, o ex-PM Paulo Roberto Alvarenga, foi condenado a 449 anos e oito meses de prisão. Por meio de um *habeas corpus*, ele obteve reconhecimento de crime continuado e o STF (Supremo Tribunal Federal) reduziu a pena para 57 anos. Em 2005, ele voltou a ser julgado e foi condenado, por unanimidade, a 59 anos e seis meses de prisão por homicídio duplamente qualificado. Outro réu que teve dois julgamentos foi o também ex-PM José Fernandes Neto. Em 2000, ele foi condenado a 45 anos de prisão e, recorrendo, em 2005, foi condenado a 59 anos e seis meses de prisão.

Regina Célia da Rocha Maia

Mãe de Márcio Antônio

Não raras vezes, a mãe perde um filho às dez horas da manhã e às cinco da tarde tá na beira do fogão fazendo comida.

O meu nome é Regina Célia da Rocha Maia, moro na Tijuca e sou mãe de Márcio Antônio, de 25 anos, assassinado em 1995.

Eu sou psicóloga clínica, era essa minha profissão. Um dia recebi no consultório uma pessoa que perdeu uma filha, e eu chorei junto. Foi a hora de parar.

Foi no dia 1º de novembro de 1995. O meu filho estava sozinho, tinha ido buscar a esposa na casa da mãe dela, que morava no Salgueiro há 43 anos. Ele chegou lá por volta de cinco horas da tarde, horário de verão, dia claro. Os policiais estavam descendo, foram fazer uma incursão à procura de um seqüestrador. Quando meu filho assobiou para a minha neta, um deles perguntou “Tá assobiando por quê?” Quando a polícia chega para ocupar o morro, todo mundo entra para suas casas e quem está lá embaixo não sobe. Mas ele não sabia disso porque a sogra dele morava embaixo, onde passava carro.

Aí começou uma discussão, e eles disseram “Ah, nós vamos entrar”. O meu filho se colocou na frente da porta. Tomou um tiro de fuzil na cabeça, um no braço esquerdo e outro no ombro. Nos registros de ocorrência feitos pela polícia, eles nunca são culpados de nada. Há troca de tiros sempre, a pessoa pode não ter envolvimento mas eles colocam que há troca de tiros. Fica a palavra deles, e quando a família chega ao local já está plantada toda a prova. E aí a grande verdade é que você, com a dor da perda, com tudo, você ainda tem que desdizer o que ficou afirmado. Tive que provar que o meu filho não era bandido, porque no momento em que houve o registro da ocorrência o meu filho era bandido.

Não tinha um mês que meu filho tinha morrido e eu comecei uma luta muito intensa para preservar a dignidade. A nossa autoestima fica em baixa. Não raras vezes, a mãe perde um filho às dez

horas da manhã e às cinco da tarde está na beira do fogão fazendo comida. É muita dor. A pessoa não tem direito de chorar. Aquilo me doeu muito, só eu sabia o quanto dói essa perda.

Minhas filhas me botavam para tomar banho. Eu só tomava café com leite, mais nada, só queria morrer. Foi um horror. Passei, transpuse essa fase, graças à ajuda das minhas filhas. Foi quando a minha filha mais velha falou: “Nós estamos vivas, nós queremos você perto da gente, não vai morrer junto com meu irmão”.

Em 1998, com mais cinco mães, criamos um programa chamado “Mães Solidárias”. Nesse programa tínhamos três projetos: a primeira parte é o projeto “Auto-Estima”, é a redenção da situação de dor e que você precisa se cuidar. E aí vem o “Voltar a Sorrir”, que é, justamente, a volta ao convívio social que nos é negado na parte mais profunda da dor, porque a sociedade, realmente, nos estigmatiza. Você não recebe mais cartão de Natal, você já não recebe mais convite... A mãe também fica estigmatizada, para homem é mais fácil. Ele pode ter a dor, ele gerou junto com a mulher, mas os nove meses foi a mulher. Tanto que você vê que o pai perdoa, o pai vai numa penitenciária e perdoa o assassino, e dificilmente você vê uma mãe entrando na penitenciária dizendo “Eu te perdoo”. Porque ela não perdoa. Muitos casais se separam após a morte do filho.

Quando os filhos são adultos, o homem resolve ser novinho. A primeira coisa que faz depois que separa é fazer outro filho. Para o homem existe a substituição, para a mulher não.

Eu e a maioria das mães sofremos de insônia, ou temos aquele sono muito agitado, segmentado. Você vê o dia clarear e amanhece supercansada. Então, como é que nós tentamos resolver esse processo? Através da “Oficina dos Sonhos”, nós criamos um grupo de artesanato. Eu gosto muito de fazer *patchwork*, de pegar os pedacinhos e fazer colcha. Eu nunca costurei, nunca tinha sentado numa máquina, nunca peguei uma linha de bordado. Foi o maior sucesso!

Medo? Não tenho não! Só a comprovação de que a impunidade é o nosso maior obstáculo. E a tristeza de diante de tanta coisa que a gente passou, tanta humilhação, de terem nos virado as costas, terem chamado nossos filhos mortos de vagabundos e tantas

coisas mais, nós termos ainda assim que passar por pessoas que não tem a ver com a gente se promovendo com a nossa dor.

O principal ganho foi, sendo eu uma formiguinha, ter conseguido, pelo menos, colocar na mente de algumas pessoas que nós merecemos ser compreendidas, que as pessoas devem nos ver como pessoas normais. Nós não podemos conviver com a estigmatização, não podemos conviver com a punição de sermos afastadas da sociedade porque nós somos pessoas polêmicas. Nós colocamos a nossa cara para que outras mães hoje possam botar as caras delas sem medo de ser punidas, para que possam abrir a boca.

O policial envolvido foi indiciado por homicídio doloso na 39ª Vara Criminal, no entanto foi solicitado o arquivamento do inquérito pelo Ministério Público.

Vilma Jurema

Mãe de Thalita Carvalho

Levaram metade de mim com a minha menina.

O meu nome é Vilma Jurema de Mello, moro em S. Cristóvão e sou mãe da Thalita Carvalho de Mello, assassinada com 16 anos.

A Thalita nasceu em São Cristóvão e acabou indo embora aqui também. Eu morava na Carneiro de Castro, perto do Malagueta. No dia 9 de outubro de 1998, à noite, a Thalita estava em casa e o Carlos André, que era namorado dela, ligou dizendo que iam para o clube Malagueta. Aí ela foi. Mais tarde, saíram do clube com dois amigos, o William e a Ana Paula, só que eles não perceberam que foram seguidos por dois carros, um Fiesta branco e um Monza com seis ocupantes, num total de 11 pessoas. Quando foi chegando a 100 metros do posto de gasolina onde foi o acidente, eles vieram já metralhando o carro, atingido com mais de 42 tiros. Uma das meninas chegou a sair se arrastando, pedindo socorro, mas um deles se voltou, acabou de matar ela na calçada e matou a minha filha e o filho da Maria José, que estavam dentro do carro. O propósito era pegar só um, mas foi feita queima de arquivo. E eles queimaram todo mundo.

Nesse dia tiraram uma coisa minha. Levaram metade de mim com a minha menina, a outra metade é porque eu tenho outra filha. Porque se eu nunca mais fosse escutar a palavra “mãe”, eu ia ficar doida. Eu acho que se eu não tivesse a minha outra filha, eu tinha ido atrás deles nem que eles me matassem. Mas pelo menos eu estava junto. Só não fui porque era covardia, a minha outra filha na época tinha seis anos, precisava de mim. Eles só vão saber o que eles fizeram comigo se perderem uma pessoa que eles amem. Porque eu amava a minha filha. Se eles têm alguém que eles amam, eles devem saber a dor que eles colocaram em mim. E enquanto eu viver, eu vou levar essa dor comigo. Porque eles interromperam a vida dela. Eles deram uma de Deus. “Você não vai mais viver”.

Nunca tive medo de mostrar a minha cara. Porque não tenho nada a esconder. E se eles conhecessem a minha filha eles saberiam

que ela também não. Não tenho medo de mostrar para eles que eu amava a minha filha. Não tenho medo de mostrar para eles o que eles fizeram comigo. Quando já tinha passado um ano, e ninguém fazia nada, comecei a me envolver nessa luta e fiquei três anos. Aí vi que não saía nada e desisti, porque eu estava trabalhando, estudando, muitas vezes não dormia, para poder ir em todos os lugares. Parei um pouco, mas a Rede Globo, ONGs e pessoas amigas nunca deixaram de me procurar, mas eu não queria mais. Aí agora eu falo assim: “Não, eu vou, porque eles pensam que depois de sete anos tá esquecido? Eu vou mostrar para eles que eu não esqueci. Se eles esqueceram que mataram a minha filha, eu não esqueci que eu perdi ela, não”.

Não tinha mais medo, não media a minha vida ou a minha segurança. Eu queria era que resolvessem aquilo ali, que tinham me tirado. O processo ainda está no inquérito, tem bastantes indiciados, mas ninguém foi chamado ainda. Oito anos. A nossa última luta é agora, até outubro de 2006, porque depois disso é arquivado. Uns dias a gente pensa que as coisas vão andar, e logo param.

Obstáculo é a gente não conhecer um poder político, alguém que nos encaminhasse e mostrasse para eles que a gente vai atrás de outras coisas. A gente vai mostrar a nossa cara, a gente vai contar a nossa história... Porque a minha filha não estava resfriada, não estava doente. Se eles não atravessam o caminho dela, ela estava viva. E eu não agüento pensar isso.

Três policiais foram indiciados pela morte de Thalita, José Carlos, Ana Paula e William, mas até hoje não foram julgados. Os três integrariam um grupo de extermínio que atuava em São Cristóvão, conhecido como Cavalos Corredores.

Maria José Batista

Mãe de Carlos André

E essa luta é eterna, é enquanto eu viver!

O meu nome é Maria José Batista, moro em Copacabana, tenho 51 anos e sou mãe de Carlos André, assassinado com 23 anos.

O Carlos André tinha aula de manhã e à noite. De manhã ele fazia informática e de noite ele ia para o colégio. Aí, toda a vez que ele levantava, ele me dava aquele beijo. Quando chegava do Colégio ele dizia “Mummy, mummy, cheguei! A senhora não esquentou a minha comida, não?” E ficava brincando muito com a irmã, com os fusquinhas deles, feito crianças. É dessas coisas assim que a gente nunca se esquece.

Naquele dia 9 de outubro de 1998, ele chegou mais cedo porque só teve aula de 1 às 3. Ele almoçou e foi dormir. Quando deu 7 horas, a Thalita (namorada dele) ligou e falou assim: “Tia, o André não vai vir para o Malagueta?” Eu fui perguntar a ele e ele disse para eu falar que ele ia sim – ele sempre se divertia lá nesse clube. Os meus filhos foram nascidos e criados em S. Cristóvão, mas tinha quatro meses que nós estávamos morando em Copacabana, porque a nossa casa estava em obras. Mais tarde nós fomos para S. Cristóvão encontrar com uns amigos – eu, meu marido e minha filha. O André tinha ido na casa do irmão, porque no dia 3 tinha nascido o meu primeiro netinho. Vai fazer oito anos e eu digo que foi Deus que mandou esse meu netinho para suprir este vazio que eu sinto. Deus botou ele na minha vida. Quando eram 9 nove da noite ele chegou. Parecia que ele estava diferente, me abraçou, começou a me beijar dos pés à cabeça. Naquele dia eu vi ele mais bonito. O pai dele estava no bar, ele passou e falou “pai, me dá uma catuaba que vou ficar a noite toda acordado. Tenho que me divertir muito!”

À meia-noite nós deixamos ele, a irmã e o irmão no baile. Ainda passaram pela Tijuca, num bar chamado “Só cana”, e só depois foram para o Malagueta. Já de madrugada, o André, a Thalita, a

Ana Paula e o William saíram todos juntos e iam lanchar no Bob's – como eles faziam sempre que saíam, tinham a mania de lanchar no Bob's. Quando saíram do Malagueta eles foram seguidos por dois carros e, já em S. Cristóvão, foram todos assassinados. Eles simplesmente executaram quatro pessoas num carro, duas pessoas indefesas que estavam no banco de trás, sem condição de sair.

Nessa noite eu não dormi. Eu não conseguia dormir, havia uma coisa assim que ficava me avisando. Quando deu 6 horas o telefone tocou. Era um amigo nosso, amigo de infância do André, que passou pelo local e viu os quatro assassinados, e estava ligando para avisar. Eu desmaiei na hora, passei mal, vomitei. Aí, nos dirigimos ao IML (Instituto Médico-Legal) e comprovamos o fato: o André tinha sido assassinado.

Nesse dia acabou a minha vida. No início eu não conseguia fazer mais nada. Tomava banho porque era necessário mesmo. Fiquei quase oito dias sentada no sofá, parecia que eu nem estava ali, só olhando para o teto. Durante meses, eu e minha filha freqüentamos um psicólogo que a firma do meu marido pagava para nós. O meu filho Rafael ficou muito revoltado, não aceitava nada do que a gente falava, tínhamos que estar sempre aconselhando para ele não fazer coisas erradas. Eu dizia sempre para ele “Se quem fez isto tiver sentimento, vai ver que fez danos irreparáveis em quatro pessoas”. E o meu marido também não conseguia trabalhar. Ele ficava lá na sala, andando de janela em janela, fumando um cigarro atrás do outro, sem conseguir trabalhar.

Não tivemos o apoio de ninguém. Nós mesmas fomos em busca de apoio, juntamos um conjunto de mães que perderam os filhos e fomos à luta, procurando a pensão, vendo se acontecia alguma coisa. A primeira manifestação foi uma passeata em que reunimos os amigos deles todos. Tinha umas 100 pessoas, tudo com as mesmas camisetas. Mas até agora, oito anos depois, nós estamos sem resposta. Perdemos a saúde, o emprego. Perdemos a paz, porque a gente não consegue dormir. Nossos filhos saem à noite e enquanto eles não chegam a gente não sossega. Eu não posso ouvir o barulho de um tiro que fico com as minhas pernas trêmulas.

O que me dá força são os meus dois filhos, porque eu tenho que ter força para cuidar deles e lutar por eles. Sou igual a uma galinha mesmo, não deixo nada acontecer! E luto por justiça para o meu filho que foi. E essa luta é eterna, é enquanto eu viver. Vou sempre lutar por justiça, sempre lutar por ele e colocar esses assassinos na cadeia.

Três policiais foram indiciados pela morte de Thalita, Carlos André, Ana Paula e William, mas até hoje não foram julgados.

É uma dor muito doída...

Os relatos das mães e de outros familiares são carregados de histórias de sofrimentos, desde o dia em que se deu a execução dos filhos/familiares – recordado, revivido e contado em detalhes. Os impactos decorrentes das mortes são, obviamente, múltiplos, e relacionam-se intimamente uns com os outros. As formas como são sentidos, expressados e manifestados assemelham-se a uma teia, na qual se torna difícil isolar cada um deles. Nas páginas que se seguem identificamos alguns destes impactos, vividos e contados na primeira pessoa. Ao longo das entrevistas, encontros e conversas com este grupo⁹⁵ percebemos que a experiência traumática afeta as suas vidas em diferentes dimensões. Agrupamos os impactos identificados em dois grupos: *impactos na saúde* (física e emocional) e *impactos socioeconômicos* (da perda e da luta por justiça). A opção por elencar os tipos de impactos na vida das sobreviventes não se deu por considerarmos que não há relação entre eles. Na verdade, a grande dificuldade é justamente fazer essa categorização, já que, na prática, são incidíveis uns dos outros. A escolha foi metodológica, no sentido de trazer à luz cada elemento que nos foi sendo detalhado ao longo do processo de entrevistas e de convívio com este grupo.

Saúde e sobrevivência

Estudos epidemiológicos mostram que entre 25% e 40% de sobreviventes de catástrofes e violências extremas sofrem de problemas de saúde (Beristain, 1999). Em geral, quanto maior for a intensidade da violência, maior é a ocorrência de distúrbios psicológicos e sintomas físicos. Assim, homicídios deliberados causam maior impacto que mortes acidentais em catástrofes naturais, e traumas coletivos afetam mais a população do que incidentes isolados⁹⁶.

⁹⁵ A maior parte do grupo foi formada por mães de vítimas diretas da violência, mas houve também a participação de viúvas, irmãs, alguns pais e pessoas com algum outro tipo de parentesco.

⁹⁶ Martín Beristain, Carlos (1999). *Reconstruir el tejido social*. Barcelona: Icaria editorial.

Os índices de violência urbana que assolam o Rio de Janeiro fazem com que a população carioca conviva regular e quotidianamente com a letalidade e/ou a ameaça de armas de fogo. E estas violências, na sua forma direta como na mais indireta, constituem experiências traumáticas com sérios impactos psicológicos.

Ao longo das conversas com as mulheres/familiares de vítimas letais da violência armada tornou-se notório que estes impactos psicológicos são também os de mais difícil superação, e comumente se associam aos danos na saúde física apresentados. No entanto, os sintomas não são idênticos para todas e dependem da forma como cada um(a) enfrenta a situação. Além disso, e como refere Carlos Martín Beristain, a presença de determinados efeitos psicológicos ou emocionais (sintomas) não significa sempre a existência de um transtorno ou doença, e em caso de existir não significa a necessidade de tratamento. Muitas pessoas apresentam sintomas, outras sofrem de transtornos de determinada ordem, e uma minoria requer atenção psiquiátrica específica⁹⁷.

Os sintomas apresentados como respostas a um evento traumático são considerados por especialistas como uma reação natural a essas situações. Mas quando esses mecanismos de defesa se convertem na única forma de lidar com a vida, quando paralisam a pessoa por um período longo de tempo, não permitindo que se prossiga a vida e passando a influenciar diretamente as relações sociais, considera-se que é necessário intervir.

Reações como ***insônias, ansiedade, medo, persistência de reações de ódio, nostalgia muito profunda*** (e dificuldade em lidar com essas lembranças e recordações) são exemplos de reações a acontecimentos que não são naturais, relatadas pelo grupo de familiares de vítimas de chacinas, no Rio de Janeiro.

Eu quase não saio de casa, só quando é assim para os encontros das mães é que eu saio de casa. Mas eu não saio de casa, a minha vida é dentro de casa. Hoje em dia eu não tenho mais vontade de arrumar a minha casa, eu não arrumo a minha casa como eu arrumava, eu não cuido mais.

Mãe

⁹⁷ *Idem.*

Hoje em dia se acontecesse uma coisa, eu não teria coragem de chamar a polícia. Eu tenho medo. Eu não tenho coragem. Eles que fizeram isso com a minha filha. Bandido, você sabe que é bandido. E eles? Eu não tenho coragem. Quando eu vejo a polícia passando aqui, eu tenho raiva, eu tenho nojo, não gosto nem de ver. Me dá um negócio, não gosto de ver. Eu chego a ter pavor de ver cara de polícia. Por saber que todos eles pertencem a uma farda. Não gosto. Viro a cara...

Mãe

Quando o meu filho morreu, o meu pai pegou um câncer depressivo. Eu nem sabia que existia câncer depressivo. Meu pai morreu no dia 5. Ficou 52 dias internado no hospital São Silvestre, lá em Santa Tereza. Morreu dia, 5, enterrei meu pai dia 6. No dia 8, morreu o meu marido, enterrei meu marido dia 9. Quando eu voltei do funeral do meu pai, morreu meu marido. Então, isso mexe com a vida. Como que eu posso dizer assim “Eu não vou lutar, eu não vou fazer isso, eu vou deixar que alguém fale por mim...”? Porque isso tudo aconteceu foi comigo. (...) Na minha casa nunca mais entrou Nugget... hambúrguer... sopa... nunca mais eu fiz. Porque era a comida que o meu filho gostava. Então, às vezes, eu tento comer, mas a comida não passa na garganta. Porque ele ligava do quartel: “Ô, mãe, faz um bifezinho com batata frita aí pro seu filhão”. Quer dizer, bota bife com batata frita na mesa, eu me lembro disso. Entende, quer dizer, segunda-feira é até pior.

Mãe

Você deita e não dorme... sonha com o filho, essa coisa toda. [...] Toma remédio pra pressão alta e vai cinco vezes ao banheiro durante a noite, que é o meu caso, e na terceira você já perdeu o sono, você vê o dia clarear, amanhece supercansada.

Mãe

Entre os grupos de familiares de vítimas fatais da violência armada encontramos, majoritariamente, mães. Recorrentemente estas mães falam da *dor incurável*, dessa *dor que muda a vida por completo*, e que resulta da experiência de lidar com a morte dos filhos antes do tempo. De fato, não existe uma palavra ou nome para esta experiência: a viuvez resulta da perda de um(a) companheiro(a), a orfandade dos progenitores. No entanto, a perda de um(a) filho(a) não tem nome. A dificuldade em explicar o significado e a intensidade desta dor foi algo comum em todas as conversas.

A gente casa, a gente fica nove meses com a criança na barriga, a gente sofre para dar à luz, sofre para criar; o homem trabalha e a mulher fica em casa.

A responsabilidade [...] é sempre da mulher que lida com essas coisas, né? E depois, quando há uma perda [...] a que sofre é a mulher... Claro, o homem, o pai, também sofre com a perda de um filho... mas é diferente...

Viúva

Estas variáveis da experiência (pós) traumática, vivenciadas pelos parentes de vítimas da violência, se referem ao processo de luto. Este processo consiste na elaboração simbólica do trauma que resulta da perda de alguém querido. Essa elaboração pressupõe compreender o que é sentido, o que se deve fazer com o que sente e, por fim, aceitar a perda. No caso do Rio de Janeiro, esses processos de luto são *processos de luto alterados* pela intensidade da(s) violência(s).

No caso das sobreviventes que entrevistamos, a grande **dificuldade de aceitação** relaciona-se com a **sensação de injustiça** pela não condenação/impunidade dos responsáveis, a **raiva** sentida, a **impotência** frente à agressão e com a **culpa** por não terem conseguido evitar a morte do(a) familiar.

Eu perdi uma filha e até hoje eu não estou legal, porque eu não aceito isso. Se fosse uma doença, ela não prestasse, nem assim, mas você teria uma coisa pra amenizar isso. Mas eu não tenho isso. Sabe? "A minha filha não prestava, fazia isso e isso...". Eu não tenho isso. Entendeu? Eu não aceito até hoje. Até hoje eu não consegui ainda riscar a minha filha da minha vida e da do pai dela. Isso me mata. Eu não aceito. Eu só vou aceitar, você me desculpe, mas no dia em que matarem esse danado.

Mãe

O **sentimento de culpa** foi freqüentemente referido, muitas vezes como uma tentativa de dar sentido ao que aconteceu. Ainda que esta culpabilização seja destrutiva para a pessoa, sentir-se responsável pelo que aconteceu pode ser também uma forma de pensar que se tem algum controle sobre a situação vivida, que se poderia ter evitado⁹⁸. Com a culpa vem a necessidade de **autopunição**, provocada pela sensação de responsabilização. Embora a culpa não se revele diretamente, em alguns dos depoimentos de mães de vítimas tornou-se clara a necessidade de mencionar o cuidado e prote-

⁹⁸ *Idem.*

ção presentes na educação dos filhos, frisando que no único momento em que não estavam no controle, a tragédia ocorreu.

O meu filho foi com um grupo de adolescentes, era a primeira vez que ele saía de casa... Nunca, nunca tinha deixado, aí veio aquele grupo de 30 adolescentes... ele era o mais novo. Só que, como ele era assim muito grandão, ele parecia muito mais velho.

Mãe

Eu só solto os meus filhos quando tem as festinhas de fim-de-semana, aí tem alguém adulto que vai, aí eu deixo ir. Mas na hora em que a pessoa vir, vem pra casa junto. Eu não solto assim pra sair pra baile, pra sair sozinho, não, não solto. Eu soltava pra ir... ele ia daqui pra casa da madrinha. Era assim, a madrinha mora em Jacarepaguá, aí ele saía: “Mãe, tô indo”. Aí eu ligava: “L., o V. tá indo”. Aí tá, aí quando ele chegava lá, ela ligava: “V. chegou”. Aí quando ele saía: “V. tá indo”. Quando chegava o meu filho, entendeu, era assim, porque aí a gente controlava o horário, o tempo que ele gastava daqui pra Jacarepaguá e de lá pra cá. Então a gente sempre controlando ele e avisando ele, né? Não dá confiança a ninguém estranho na rua, não viaja na porta do trem, a gente sempre falando isso pra ele. E ele ia direitinho e voltava.

Mãe

Entre os problemas **físicos**, os mais mencionados se relacionam com **doenças cardiovasculares**. Algumas mulheres passaram a sofrer de **pressão alta** após a experiência traumática, só podendo freqüentar os encontros periódicos quando são medicadas. Ao relatarem as dificuldades pelas quais passam no processo de busca de justiça, muitas entrevistadas associam problemas da **pressão sangüínea** à pressão de lidar com os **obstáculos** que enfrentam.

Então você... e é uma luta constante, mexe com seu emocional, você fica (...), na sexta-feira mesmo, quando a gente estava em Vigário, que a gente ficou ouvindo aqueles relatos; a M. foi embora porque começou a passar mal; a N. começou a passar mal também, depois a pressão dela subiu, então...

Irmã

Sobrevivências sociais e econômicas

Muitas das mulheres familiares de vítimas de chacinas, e em especial as mães, pelos papéis que lhes são socialmente atribuídos, são

consideradas e sentem-se responsáveis pelo bem-estar psicológico, emocional e físico de outros membros da família e das suas próprias comunidades. Muitas vezes recai sobre elas a tarefa de ajudar quem fica a superar sentimentos de perda, lidando simultaneamente com a sua própria dor. O *cuidado de quem fica*, em especial dos outros(as) filhos(as), surgiu como uma das preocupações centrais do grupo. Para além da intensificação de sentimentos de culpa já inerentes, esse fator surgiu também como um elemento de desestabilização e *desestruturação familiar*.

O homem resolve ser novinho e aí um amigo leva para tomar chope, "Ah, eu não vou voltar pra casa porque a minha mulher tá um caco, só faz chorar, não quer sair, não tem mais sexo e coisa e tal".

Mãe

Eu não consigo mais ficar com os meus netos, não consigo mais... Não consigo. Eu entro em pânico, eu não tenho paciência mais, eu amo os meus netos, mas eu não tenho mais paciência... A minha filha teve que parar de trabalhar, porque ela não tem com quem deixar os filhos.

Mãe

A maior parte dos obstáculos sociais enfrentados pelas mães reside na necessidade em *dar prosseguimento à vida*, agora marcada pela experiência violenta e pela ausência. A violência armada na cidade do Rio de Janeiro ocorre em áreas residenciais. Muitas vezes as pessoas são mortas dentro da própria casa ou no bairro onde mora a família e amigos próximos. Esta característica faz com que seja altamente provável que os sobreviventes tenham contato com o local da morte da vítima, ou *contato com o corpo do parente*, após o ato violento. Em muitos casos, a solução encontrada por algumas famílias – quando há essa opção – é mudar de bairro, para escapar das lembranças e proteger os que ficaram.

Além disso, muitas vezes os parentes ou amigos têm *contato com os assassinos*, que continuam em liberdade e têm presença ostensiva nos bairros e comunidades dos familiares. Isso resulta na lembrança constante da perda sofrida, da falta de justiça e negação dos direitos dos sobreviventes. Esse confronto converte-se numa experiência de extrema violência para os(as) sobreviventes.

Em outros casos, as famílias podem ter que provar que a vítima não era um criminoso. Assassinatos cometidos por policiais, muitas vezes, se “resolvem” – ou seja, não são punidos – recorrendo a alegações sobre o envolvimento da pessoa morta no tráfico de drogas e sobre a sua resistência à ordem de prisão (*auto de resistência*). Várias vezes foram referidos os “kits” carregados pela polícia para plantar evidências, no caso de “acidentalmente” um inocente ser morto, em particular em favelas. Esta estigmatização tem consequências para a vida dos familiares. Uma mãe relatou que foi demitida do emprego quando o chefe leu nos jornais que seu filho tinha sido baleado em uma operação policial.

Porque a gente queria saber quem tinha feito aquilo. [...] Então, dali pra frente, a gente começou a manipular uma, não revolta, mas uma indignação e provar que eles todos eram trabalhadores. Nós não deixamos eles vacilarem.

Mãe

Eles falaram que foi confronto, que foi troca de tiro, que seis ou sete elementos trocou tiro com ele; só que já houve essa reconstituição e eles caíram em contradição. Os lugares que eles apontam não foi o lugar que eles mataram o meu filho; no lugar que o meu filho foi executado dois anos e nove meses depois, acharam três cápsulas e vestígios de sangue na pedra onde mataram ele, foi totalmente diferente do lugar que eles inventaram. E eles só depois fizeram aquela historinha de (...) quando eles deram meu depoimento que eu denuncie o verdadeiro local; eu que fui investigar, eu fui detetive, eu fui tudo, tudo que a polícia não quis fazer eu fiz.

Mãe

As mortes violentas conduzem e, por vezes, intensificam, problemas econômicos ou financeiros para a família, particularmente se a pessoa morta contribuía para o orçamento da casa. Para substituir essa renda, outros elementos da família podem ter que procurar emprego e abandonar os estudos. Por outro lado, cuidar de pessoas feridas fisicamente ou traumatizadas pela violência exige tempo, impossibilitando o trabalho remunerado fora de casa. Ao mesmo tempo exige dinheiro, uma vez que as vítimas podem necessitar de tratamentos caros, o que se torna uma impossibilidade para muitas famílias. Além disso, o acompanhamento dos processos judiciais,

aliado à exclusiva dedicação na luta contra a impunidade, não permite que trabalhem e tenham uma fonte de rendimento.

Militância trabalhando não dá, porque as pessoas não querem saber se eu quero militar e trabalhar. Então ficou complicado. Então, a maioria não trabalha.

Irmã

Embora os impactos econômicos sejam visíveis – principalmente por se tratar, na maioria dos casos, de famílias de baixo poder aquisitivo –, não é essa a prioridade da a luta dos grupos de mães. Para amenizar esses impactos, algumas organizações da sociedade civil, principalmente ONG, ou mesmo políticos e o próprio governo, recorrem a paliativos como a distribuição de cestas básicas. Isto provoca, obviamente, indignação entre as(os) familiares, uma vez que a luta iniciada por justiça está intrinsecamente associada à luta por dignidade. A cobrança, por parte das mães, de pensões (e indenizações) ao Estado não está associada às suas necessidades básicas, mas sim à responsabilização pela perda, já que os agressores, na sua maioria, são policiais. Ou seja, como lembram as mães, trata-se de agentes de segurança pública pagos pela sociedade para proteger seus cidadãos.

Aí veio, queriam dar uma cesta básica pra família. Aí eu falei assim, o meu marido falou assim: “O teu mal é que você não consegue se segurar, você fala”. Porque eu falei: “Eu perdi um filho, eu não tô passando fome”. Porque, claro, eu perdi foi um filho, agora eles vêm me dar cesta básica. Eu falei “Não, eu perdi foi um filho”. Aí tudo bem, eu fui lá e peguei a cesta básica. Quando eu cheguei aqui, eu trouxe, quando eu abri eu passei pra frente. Aí eu reclamei. Eu falei: “Engraçado, eu perdi um filho, vocês querem me comprar com comida, e ainda tem um outro problema. Eu acho que vocês viram assim “ah, eles são pobres, todo mundo, família pobre...”...

Mãe

No entanto, as dificuldades financeiras por vezes já existentes, que vão sendo agravadas pela seqüência de violências que se manifestam em espiral, após a perda de um familiar, traduzem-se, por exemplo, na impossibilidade de comparecer aos diversos eventos

de apoio a vítimas ou reuniões com grupos de mães, uma vez que, na grande maioria das vezes, os deslocamentos têm que ser custeados pelos próprios familiares das vítimas:

Porque você já tem as dificuldades de estar se locomovendo. Porque você tem que sobreviver, você tem que ganhar seu pão, né? Ter o dinheiro para você estar se locomovendo, que nem é sempre pago. Então a gente tem que estar lá. Então são vários lugares. A gente está em vários lugares, porque a gente também tem essa necessidade, não tem como retroceder. Sabe, já não faz sentido parar.

Mãe

O fato de morarem em comunidades pobres e violentas constitui, muitas vezes, uma dificuldade acrescida na luta pelos seus direitos e potencializa diferenças de tratamento por parte dos órgãos públicos. Os relatos das entrevistadas revelam uma enorme falta de confiança nos órgãos de segurança e pessoas a eles associadas, no Rio de Janeiro. De fato, a polícia e as suas formas de atuação são bastante criticadas por familiares de vítimas.

É, porque o tratamento que a polícia dá na Zona Sul não é o mesmo que ela dá ao pessoal de comunidade, por exemplo, acho que no finalzinho de novembro a gente estava numa reunião em Acari, estava eu a M. e a V., e daqui a pouco a polícia entrou atirando e quase que a gente morre; isso porque o pessoal do tráfico não deu nenhum tiro, se tivesse dado a gente teria morrido linha de tiro, a gente era ponta. O que acontece? A gente estava aqui andando pra cá, estava de costas, e a polícia estava dando tiro daqui pra cá, pra onde a gente estava indo.

Irmã

Outras críticas presentes nos relatos dos sobreviventes recaem sobre o sistema judicial: pela sua lentidão, burocracia ou insensibilidade perante as suas necessidades. É aos familiares de vítimas que cabe, quase na totalidade dos casos, o papel de correr atrás de justiça, em vez de o Estado cumprir o seu papel na garantia dos direitos dos seus cidadãos. Para muitas destas mulheres o primeiro momento em que têm consciência dos seus direitos é precisamente quando sentem dificuldades de acesso à justiça. A morosidade no andamento dos processos judiciais, as acusações não deduzidas, inquê-

ritos e processos com prazos de prescrição a terminar, sem provas documentais, testemunhais ou exames balísticos, são alguns dos exemplos citados.

Se a gente não fica em cima, eles ficam... naquela morosidade que é peculiar da justiça, botando culpa na burocracia, eles não querem saber da burocracia, não querem saber se é assim mesmo...

Mãe

A gente ainda não sabe por que o inquérito tá encostado... com 12 anos prescreve.

Irmã

Está no Ministério Público. Só que foi pedido agora o arquivamento, entendeu? (...) No caso do meu filho, foi 11 vezes do Ministério Público para a delegacia, por quê? Porque em 2000 foram criadas as delegacias legais, então todo o procedimento que veio antes, todos os processos, inquéritos, que vieram antes de 2000, eles foram arquivados na DEAC, que são delegacias de acervo cartorário. Então, o meu caso, e outros casos antigos, não os casos mais recentes, os casos delegacia cartorária, a delegacia não fica mais com aquele arquivo e não fica mais com o preso, vai pra algum lugar. Então, é uma delegacia-maquagem porque ela não faz nada (...) Então não anda. Então, 11 vezes o investigador mandou o Ministério Público informando que não tinha condições de trabalho.

Mãe

Quando o luto vira luta...

Apesar do longo caminho a percorrer por estas mães na luta contra a impunidade ter nessa mesma impunidade um dos seus maiores obstáculos, constatamos que a experiência traumática da perda e da dor levou vários sobreviventes a procurar partilhar a sua dor e a sua luta com outros familiares que passaram pela mesma situação. Algumas mães, no caminho percorrido em busca de justiça pela perda de seus filhos, encontraram em outras mães o apoio necessário para fortalecer sua luta, que afinal é comum. As semelhanças de seus relatos, a dor carregada desde o evento trágico e a própria luta que travavam solitariamente pela punição dos assassinos formam o ponto de partida para que se associem, acompanhem os processos umas das outras, compartilhem suas dores e busquem sentido para a vida conjuntamente.

*Mas se ninguém fizer, se a gente não fizer, quem é que vai fazer?
Nós somos movidas pela nossa dor, e ninguém sabia. A dor virou a luta, né?*
Mãe

Porque medo eu tinha de perder o meu filho. Vou ter medo agora de quê?
Mãe

Além disso, toda a rede de relações sociais rompida após o assassinato de seus filhos tem a chance de ser reconstruída, uma vez que se tentam estruturar, ainda que muitas vezes de forma incipiente, por falta de apoio, outras redes de relações sociais que servem de suporte para superar o sofrimento. O ativismo passa a ser uma nova motivação para a vida, e a consciência de que podem contribuir para a transformação social, lutando contra a impunidade, contribui para que, muitas vezes, a total falta de sentido possa ser atenuada.

Eu sei o que é perder filhos. Eu não quero essa dor para ninguém. Eu não quero isso para nenhum jovem.
Mãe

O processo de luto passa a ser compartilhado, ou seja, a compreensão do que ocorreu e o sentido para a luta passa a ter novas motivações. Muitas mães/familiares com mais experiência, que estão na luta há mais tempo, têm maior acúmulo de conhecimento sobre os passos jurídicos e os caminhos a serem percorridos, podendo ajudar em casos mais recentes.

Eu não sei se daqui a cinco minutos vou estar viva. Não tenho medo de morrer. As pessoas, quer dizer, aí já tem gente querendo, nos procurando, para saber como é que a gente faz para que tenha justiça também no seu caso.
Mãe

O apoio que essas mulheres precisam... Se eu pudesse, se Deus quisesse, eu ajudaria essas mulheres. Com a cara e a coragem, eu ajudaria. Eu ajudaria. Quem sabe eu chego lá, né?
Mãe

Grupos como as Mães da Cinelândia, Mães do Rio, Mães de Acari, a Rede de Comunidades e Movimentos Contra a Violência,

SOS Queimados, Fórum Reage Baixada, e várias outras ONG possibilitam, de certa forma, alguma articulação com o poder público e a denúncia das violações de direitos. O papel destes grupos no estímulo de movimentos reivindicativos nas comunidades, na prevenção e denúncias da violência e, particularmente, no apoio jurídico prestado, é considerado pelos familiares essencial.

Mais rara, mas contudo existente, é a articulação de algumas destas mães com movimentos internacionais, como as Mães da Praça de Maio (Argentina). Para estas sobreviventes, este tipo de articulação, apesar de constituir uma exceção à norma, permite visibilizar a sua luta, ao nível nacional e, especialmente, internacional.

Eu tive convite das Mães da Praça de Maio, nós tivemos um encontro em França, em 94, nós fomos fazer um encontro de mulheres que sofrem de violência. A Madame Mitterrand financiou essa nossa ida. Nós estivemos a Convite da Anistia Internacional, em 96, a convite da Anistia Internacional nós fomos a França. Nós fomos a Bruxelas, nós fomos a Roma, fomos a Alemanha, Viena... E aí nós viajamos fazendo palestra, falando da história do caso Acari, o que é conviver com a violência aqui atual, da Polícia Militar, dos policiais.

Mãe

Embora muito excepcionalmente, acontece também reclamarem o reconhecimento da culpabilidade do Estado. Nestes casos, o Estado atribui uma pensão aos familiares da vítima assassinada pelos “maus” policiais em “desvio de conduta”. A Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro atribuiu, em setembro de 2005, uma pensão que ia de um a três salários mínimos aos parentes das vítimas, até à data em que esta completasse 65 anos, ou até à data da morte do beneficiário. Contudo, até ao momento, apenas foram atribuídas pensões aos familiares das vítimas das chacinas da Candelária (1991), Vigário Geral (1993), Via Show (2003) e Queimados (2005).

Se, na maioria dos casos, as entrevistadas apontam a burocracia e morosidade da justiça como uma das maiores dificuldades que enfrentam, casos há (raros) em que esta não constituiu, no seu caso específico, um obstáculo para os familiares de vítimas. Uma

das entrevistadas, surpreendida com o desenvolvimento do processo judicial para condenação dos agressores, cita a audição das testemunhas e a reconstituição dos fatos como fatores que contribuíram para a condenação de um dos policiais acusados.

As nossas conversas terminavam, invariavelmente, com referências ao que as fazia estar vivas, ao que lhes dava força para continuar. A própria luta, segundo uma entrevistada, é o que as faz permanecer vivas, é a motivação da sua existência após a tragédia que ocorreu em suas vidas.

E o meu filho também, antes de morrer, ele perguntou para mim se alguma coisa acontecesse ruim com ele, o que eu faria por ele? Eu estou fazendo agora, mesmo depois de morto. Eu vou lutar.

Mãe

Considerações finais

*Olhando-se ao espelho de outras experiências como iguais**

Todas as estratégias de conflitos armados se baseiam numa dupla lógica de controle do território e da população. E ainda que seja sob a forma de conflito armado irregular associado ao narcotráfico, a dinâmica da violência urbana em muitas favelas segue esta mesma lógica. Os atores armados que controlam o território impõem as suas regras, geram os conflitos, exercem a autoridade com base na posse de armas e na capacidade de coação. Ainda que no caso do Rio de Janeiro as razões da violência sejam distintas das de um conflito armado clássico, o tipo de ações e de dispositivos militares ou policiais é também por vezes semelhante ao que se dá em contextos de contra-insurgência (ataques às populações consideradas inimigas, ataques indiscriminados como forma de vingança ou com o objetivo de produzir terror, etc.).

Por outro lado, a estratégia de controle da população inclui várias dimensões fundamentais que não apenas as relativas à segurança ou à autoproteção – por exemplo, a gestão da informação, controle da mobilidade, do comércio, ou do comportamento coletivo. Gerir os conflitos, impor as suas formas de justiça ou de castigo, é algo que faz parte da estratégia de controle e das tentativas de legitimação e de imposição de uma “nova ordem”. Nessas situações, o comportamento das mulheres é frequentemente objeto de controle: formas de vestir, conflitos familiares, normas de conduta afetiva, etc. Tudo isso está intimamente ligado com as formas de violência urbana e são também fatores de legitimação, perante uma população excluída socialmente ou que foi marginalizada e discriminada pelo Estado.

Todos estes fatores dificultam a abertura de espaços sociais alheios à dinâmica da violência no contexto do conflito. Tal como em outros contextos de guerra ou de violência generalizada, as ex-

* Esta seção é da autoria de Carlos Martín Beristain.

periências de resistência necessitam abrir um espaço civil no meio de um conflito que habitualmente tende a controlar todas as suas iniciativas. A maior parte das vezes, os atores armados do conflito vêem estas experiências autônomas com muita desconfiança, ou tentam simplesmente controlá-las ou destruí-las, por questionarem as formas de poder e controle dominantes. Como em outros casos de resistência civil no meio da guerra, estas experiências necessitam de um trabalho interno (coerência, congruência no comportamento, regras claras para não entrar na dinâmica do conflito, etc.) e externo (mecanismos de proteção, formas de resolver problemas com atores armados, cobertura e apoio político ou social que permita manter esse espaço aberto, etc.).

Diante destas dificuldades, é essencial organizar um trabalho de rede que permita a articulação com outras iniciativas, gerar conhecimento e difusão de experiências, possibilitar intercâmbios que ajudem a entender aquilo que, num encontro sobre resistência civil para as Comunidades de Paz que realizamos há uns anos, nos foi dito por um líder camponês durante a avaliação: “Gostei deste encontro porque pudemos ver que aquilo que estamos tentando fazer aqui na Colômbia, outras pessoas já fizeram na Guatemala. Portanto não estamos loucos... e não estamos sós.”

O medo é semelhante em todos os lugares, e o impacto da perda de entes queridos também. Mesmo nestas situações tão dramáticas. Estamos diante de processos de luto alterados, pelo caráter violento dos fatos, pela falta de sentido e dor associados às perdas traumáticas de entes queridos. Para além disso, dado que a maior parte das vezes os assassinatos ocorreram durante atuações indiscriminadas, apodera-se dos familiares uma incapacidade de compreensão e um maior sentimento de injustiça, que questiona a sua visão do mundo e a sua confiança no Estado.

Para além do impacto dos acontecimentos, crescem as consequências da impunidade, que implica uma vivência de menosprezo, invisibilidade, medo e raiva contida, e a impossibilidade de aceitar a perda, fazendo com que os familiares tenham que se adaptar à nova situação em condições de enorme estresse.

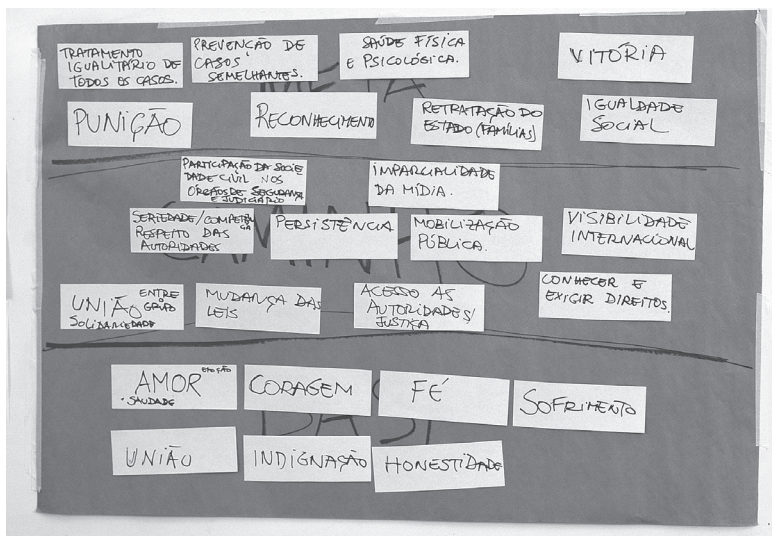
Freqüentemente se verifica uma maior estigmatização e isolamento social dos familiares, devido ao ambiente de suspeita que se instala em relação à sua proveniência (em alguns casos favelas, associadas ao imaginário de uma população violenta ou comprometida com o narcotráfico), vítimas pobres e negras muitas vezes sujeitas a situações de discriminação racial e econômica (jovens do sexo masculino, na sua maioria). As mães e familiares mostram, como em muitos outros casos, uma grande necessidade de dignificar as vítimas e de questionar a criminalização que acompanha sempre os assassinatos (ou a suposição da lógica de proporcionalidade que subjaz a muitas ações violentas: “algo deve ter feito”, “estaria envolvido em alguma coisa”...).

Na maior parte dos casos, as respostas institucionais são marcadas pela impunidade. Tanto em relação à investigação dos casos, como à identificação e julgamento dos autores, os poucos casos que avançam são resultado do empenho e compromisso dos familiares. Na maior parte das vezes, com ausência de compromisso do Estado, dado que muitos perpetradores fazem parte das forças de Segurança. Da mesma maneira, poucas vezes se levaram a cabo processos administrativos de investigação interna com resultados efetivos ou que tenham tido em conta as necessidades das vítimas, para além de alguns casos de medidas de indenização econômica.

A reparação econômica não pode, contudo, substituir a justiça e, na ausência da verdade, a justiça adquire um significado diferente. A impunidade foi, de fato, sistematicamente referida nas várias entrevistas e reuniões como um fator que agrava o mal-estar e que estimula as mulheres a enfrentarem a situação e a se organizarem coletivamente.

Trabalho com o grupo

Para além dos processos de luto alterados, as mulheres sofrem também impactos pessoais com ritmos diferentes, revelando a necessidade de apoio psicossocial, bem como de apoio mútuo de outras mulheres ou familiares que enfrentam as mesmas dificuldades.



A atividade em grupo mostrou ser uma ferramenta importante no trabalho com as vítimas da violência e, ao mesmo tempo, parte dos seus esforços para enfrentar a impunidade, procurar a verdade ou apoiar-se mutuamente num ambiente social adverso.

Para que o trabalho em grupo seja útil, deve ocorrer um processo de identificação recíproca entre as participantes, o qual pressupõe empatia, reconhecimento mútuo e um início de construção de um sentimento coletivo (“nós” em vez de “eu”). A identificação liga-se, num período inicial, mais aos fatos (chacinas que vitimaram os familiares) do que a uma visão ideológica comum, como é o caso de acontecimentos com um caráter político mais claro. Esta construção de uma visão comum que permita dar sentido à experiência de cada um(a) a partir de referências mais amplas marca o arranque de um processo grupal (ou os processos individuais de quem vai integrando o grupo).

Todas as vítimas de acontecimentos traumáticos procuram um sentido para a sua experiência. Esta procura faz parte dos seus esforços para, de alguma forma, poder integrá-la ou geri-la. É necessário, neste caso, potencializar os aspectos de resistência individual

e coletiva, ajudando essa busca de sentido e de apoio coletivo. No entanto, como em outros casos, há que evitar que se reforce a vitimização, que se adquira uma identidade como vítima que passe a ser o aspecto central da pessoa, que reforce a afetividade negativa ou torne crônico o mal-estar.

Por outro lado, ainda que o grupo seja um espaço de apoio mútuo (escuta coletiva, acolhimento, compreensão, identificação, possibilidade de expressão em ambiente seguro, etc.), ele está também orientado para a transformação social (aprendizagens, apoio para realizar ações como visitas a julgamentos, exigências coletivas, visibilização do problema, etc.).

Para que o grupo sirva de ajuda tem que responder às necessidades e motivações das mulheres e familiares. Explorar estas motivações, interesses e fatores que permitem aumentar a coesão e utilidade do grupo é algo que faz parte do processo que se levará a cabo, de forma a poder identificar melhor as estratégias de acompanhamento e apoio. Por exemplo, algumas destas familiares demonstraram o seu interesse e compromisso para com a prevenção da violência como parte daquilo que o grupo pode fazer. Para que o processo ou as atividades futuras tenham sustentabilidade, é ainda importante ter em consideração e diminuir as dificuldades de participação sentidas pelas mulheres (transporte, horários, lugar e ritmo das reuniões ou encontros).

Nesta experiência de pesquisa nos encontramos também com as vítimas e sobreviventes. Como em outros conflitos, o impacto da violência não pode ser entendido como uma consequência lógica da violência nem limitar-se a uma estatística do sofrimento. Tem rostos, histórias, vozes. E formas de apoio, organização e resistência que precisam de ser visibilizadas, para evitar uma imagem vitimista das vítimas, apoiar as suas exigências e necessidades de justiça e de reparação. Potencializar estes espaços coletivos, atender às necessidades individuais e lutar contra a impunidade são parte deste trabalho de ida e volta. Como os Maias dizem na Guatemala: se vai perguntar é porque vai fazer. Esta dimensão de investigação-ação participativa faz parte também da experiência coletiva.

Recomendações

Apoio às vítimas e sobreviventes de violência armada

1. Construir espaços onde as vítimas/sobreviventes possam pedir ajuda, sejam serviços públicos, organizações ou redes de pessoas que possam acolhê-las.

2. Proporcionar, neste serviços, um acolhimento que signifique também encaminhamento.

3. Sistematizar conhecimento já construído (sobre apoio às vítimas/sobreviventes) e adaptá-lo a estas vítimas consideradas indiretas, mais desconhecidas e esquecidas, formando uma interface entre serviços de apoio e movimentos sociais.

4. Problematizar a questão da inocência da vítima: como criar identidades comuns entre grupos distintos?

5. Promover o intercâmbio entre as vítimas e sobreviventes: *juntar impotências para criar resistências.*

Fazer balanço

Este livro – e a pesquisa que ele sintetiza – procura desvendar um dos lados menos estudados da realidade da violência em escala urbana: o das diferentes faces do relacionamento entre mulheres e meninas e a violência armada. Sem surpresa, o que este estudo revela é o peso insuportável dessa invisibilidade: sendo estatisticamente pouco relevante, a condição das mulheres vítimas de violência armada torna-se socialmente ignorada. Daí à grande escassez de políticas públicas nesta matéria, ajustadas à especificidade da condição das mulheres, vai um pequeno passo.

O combate por políticas públicas que superem este grave déficit começa precisamente por um conhecimento mais rigoroso da realidade que dê visibilidade a rostos e fatos que têm estado remetidos para a penumbra, simplificando e deturpando a realidade. Só assim se poderão desenhar séria e competentemente políticas de redução da violência armada que assumam um sentido inclusivo. Foi precisamente essa a contribuição que procuramos dar com esta pesquisa. E ela permite sustentar três idéias essenciais:

- *Meninas e mulheres têm um relacionamento variado com o universo da violência armada.* A realidade de assinalável diversidade mostrada por este estudo põe claramente em causa o estereótipo da mulher pacífica por natureza, o qual – como o seu simétrico, do homem naturalmente violento – tem sido um instrumento a serviço de uma estratégia de ocultação da variedade de formas de envolvimento de mulheres nas práticas de violência armada (desde a autoria direta ao transporte e demais apoios logísticos aos autores dessas práticas). Políticas de abordagem a este fenômeno que não insistam em partir desse pressuposto míope se condenam a si

* José Manuel Pureza, Núcleo de Estudos para a Paz/CES, Universidade de Coimbra.

próprias ao fracasso. Por outro lado, as motivações reveladas por mulheres e meninas para esses envolvimento – desde a busca de reconhecimento e integração social até à possibilidade de assim fazerem face a graves carências materiais pessoais e familiares – dão conta de que o sucesso dessas políticas depende da importância que nelas se confira a fatores (econômicos, educativos, culturais) situados bem a montante da prática da violência.

- Também como vítimas, mulheres e meninas experimentam formas muito diversas de relação com a violência armada. *Para além de vítimas diretas (feridas e mortas), é como vítimas indiretas* – quer como familiares de vítimas de armas de fogo quer como vítimas de ameaça com armas de fogo em relações intrafamiliares – *que as mulheres se destacam*. Esse destaque é, aliás, duplamente relevante. Por um lado, porque essa condição de vítima é de uma enorme complexidade, traduzida na desestruturação da vida pessoal, familiar e social. Por outro, porque essa condição é também freqüentemente suporte de um envolvimento ativo de mulheres e meninas na luta pela construção de alternativas à violência armada. Mais do que de vítimas, é de sobreviventes que se trata. Esta condição e a sua fundamentação social concreta, que este estudo documenta, devem ser tomadas como pressupostos de primeira importância das políticas públicas de segurança.

- O caso do Rio de Janeiro ilustra, talvez como nenhum outro, a tendência para o apagamento das fronteiras rígidas entre paz e guerra: sendo uma cidade de um país formalmente em paz, ela apresenta indicadores de violência armada superiores, em muitos casos, aos que constam de situações classificadas como de guerra. Sabemos o risco que esta percepção comporta. Mas estamos igualmente cientes de que não é por não se falar de guerra – e, assim, se afastar o erro grave que seria a militarização destes territórios – que as políticas públicas não incorrerão em erros igualmente graves, como o da criminalização e da penalização agravada. Porque é sempre, e só, do primado da prevenção que se tratará.

A razão para levar a cabo uma pesquisa sobre este tema no Rio de Janeiro está, cremos, bem clara. O Rio tornou-se uma espécie de ícone

da violência armada em escala urbana. Fizemos este estudo no Rio pelas piores razões, portanto. Mas também pelas melhores. É que novíssimas guerras e novíssimas pazes coabitam. Quer dizer, o Rio é também um palco privilegiado de experimentação de estratégias de prevenção e de resposta, concebidas e postas em prática sobretudo pelos grupos sociais mais afetados pela violência armada. As mulheres e meninas ocupam, também aí, um papel destacado. Estudar e aprender com o caso do Rio de Janeiro significa, portanto, assimilar não só a realidade da violência armada em todos os seus matizes mas também compreender os contornos e conteúdos das respostas ensaiadas, no terreno, por grupos e comunidades de mulheres e homens em contato direto com essa violência. Foi a noção desse outro lado da realidade que impôs que envolvêssemos no nosso trabalho estruturas de ativismo social como o Instituto Promundo⁹⁹, a Escola de Educação Audiovisual Nós do Cinema¹⁰⁰, o Programa Social Crescer e Viver¹⁰¹, a Cooperativa Popular Corte & Arte¹⁰², o Centro Esportivo e Educacional Luta Pela Paz (CEELPP)¹⁰³, entre outras. São entidades que dão corpo à luta por novíssimas pazes em territórios de novíssimas guerras. E com quem os(as) pesquisadores(as) e os(as) autores(as) de políticas públicas têm muito a aprender.

Tomar balanço

Para o senso comum, só existe uma leitura possível do binômio ciência-cidadania: a ciência exige verificação objetiva e, por isso, supõe distância e até neutralidade de quem pesquisa relativamente a realidade que é pesquisada; a cidadania, essa, é vista como algo

⁹⁹ www.promundo.org.br

¹⁰⁰ www.nosdocinema.org.br

¹⁰¹ www.crescereviver.org.br

¹⁰² Cooperativa de costura Corte & Arte, composta exclusivamente por mulheres, situada em Cantagalo. Foi criada em 2004 como uma estratégia de transformação da vida das mulheres que nela trabalham e de redução da pobreza.

¹⁰³ www.lutapelapaz.org.br

impregnado por elementos ideológicos e emocionais, e dominada por considerações subjetivas (e, portanto, supostamente sem preocupações de rigor).

Ora, este divórcio entre ciência e cidadania é responsável por desastres de alcance estarrecedor, desde a catástrofe ecológica ao armamento nuclear ou químico, passando por etnocídios sucessivos. Mas, a par desses desastres, de grande notoriedade pública, esta separação entre ciência e cidadania ajuda a que se legitime tranqüilamente um quotidiano de destruição de vidas pessoais em espaços que, por serem do domínio do privado, são praticamente invisíveis para a sociedade.

A pesquisa que este livro torna pública assumiu-se, desde o primeiro momento, no avesso dessa atitude. Fazemos ciência comprometida com o exercício exigente da cidadania. Sem enviesar a realidade, sem hipotecar o rigor e a exatidão. Ao contrário: pusemos nesta pesquisa a maior exigência de rigor e de objetividade. Mas não acreditamos na neutralidade do saber. E, mais do que isso, sabemos que a realidade que nos cerca é injusta demais para que possamos ter a displicência arrogante de pretender ter um conhecimento neutro diante dela. Só faz sentido um conhecimento exigente, rigoroso, minucioso mesmo, mas sempre em vista da sua apropriação pelos atores que mudam essa realidade.

Foi essa opção por um trabalho científico orientado para a ação transformadora, em que o conhecimento é, ele próprio, elemento de mudança, que deu sentido a esta parceria entre um centro de pesquisa universitário (o Núcleo de Estudos para a Paz/CES, Universidade de Coimbra) e uma organização não-governamental (Viva Rio, Rio de Janeiro). E porque não é circunstancial mas de fundo, esta opção nos orienta em novos desenvolvimentos da pesquisa iniciada com este projeto. A visibilização dos rostos ocultos da violência leva-nos agora a um trabalho com mães e familiares de vítimas de violência armada¹⁰⁴, em que procuraremos aprofundar o

¹⁰⁴ *Implantação do Programa de Apoio a "Sobreviventes" de Chacinas no Rio de Janeiro*, uma parceria entre o Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC, Rio de Janeiro) e o Núcleo de Estudos para a Paz/CES, Universidade de Coimbra, financiado pela Fundação Ford (Brasil).

conhecimento das experiências concretas das vítimas indiretas, ou sobreviventes, das respostas coletivas por elas ensaiadas e do respectivo impacto no desenho e implementação de políticas públicas de justiça e de apoio psicossocial.

Mas condição necessária para esse compromisso entre ciência e cidadania é sempre um conhecimento que leve em conta os contextos diferentes em que esta realidade da paz e da violência se situa. Ora, quer aqueles cenários de violência armada quer as correspondentes estratégias de resposta são realidades com contornos locais singulares. Mas para lá dessa singularidade, uns e outras vão-se tornando realidades globais. Este estudo só pode ser, por isso, um *ponto de partida*. É, na verdade, da maior importância que esta análise sobre o Rio de Janeiro seja agora replicada em outros contextos, para se ultrapassar o estigma do “caso único” e aferir a validade mais geral das hipóteses que guiaram o nosso trabalho. É o que estamos já fazendo, de novo com o apoio da Fundação Ford, com um estudo comparativo entre as realidades detectadas no Rio com as que marcam outras cidades (San Salvador e Medellín), num projeto intitulado “Mulheres e violências armadas: estratégias de guerra contra mulheres em contextos de não-guerra”.

Por tudo isto, trata-se somente de um início de caminho. Começamos a estudar e a perceber melhor a realidade. Mas o que este livro revela é que, para lá do que nele está escrito, há ainda um grande vazio na literatura e no ativismo social sobre esta densa relação entre mulheres e violência armada. Com o mesmo espírito de fazer uma ciência comprometida com a cidadania e com o continuado apoio de instituições que convergem conosco neste espírito crítico, encetamos já novas pesquisas que, esperamos, aprofundarão o caminho aqui iniciado. Este livro é o balanço da pesquisa que fizemos. E, com ele, tomamos agora balanço para novos projetos que nos permitam ter um conhecimento mais consistente sobre este lado quase invisível da realidade.

Anexo A

A Universidade Cândido Mendes, o Centro de Estudos Sociais/Universidade de Coimbra e o Viva Rio estão fazendo uma pesquisa **anônima** para saber se as armas de fogo influenciam ou não a violência contra as mulheres.

Sua resposta a esse questionário será uma contribuição muito importante para todas as mulheres. Muito obrigada

I – A pessoa que a Sra. está denunciando é:

- 1. Vizinho, amigo, conhecido
- 2. Parente
- 3. Marido, companheiro, namorado (ou ex)
- 4. Outros

II – Onde ocorreu a agressão?

- 1. Em casa
- 2. No local de trabalho
- 3. Na rua
- 4. Em um local de lazer
- 5. Em outro local

III – O(a) autor(a) do fato que a Sra. está denunciando possui arma de fogo?

- 1. Sim
- 2. Não
- 3. Não sabe

IV – (Responder somente no caso do(a) denunciado(a) ter uma arma.) Ele ou ela já ameaçou usar arma contra a Sra.? (Pode marcar mais de uma opção.)

- 1. Não
- 2. Sim, apontando a arma
- 3. Sim, exibindo a arma
- 4. Sim, dizendo que pode usar a arma
- 5. Sim, atirando a esmo
- 6. Sim, de outras formas

V – (Responder somente no caso do(a) denunciado(a) ter uma arma.) O fato dele(a) ter uma arma impede a Sra. de reagir verbalmente?

1. Sim 2. Não

VI – (Responder somente no caso do(a) denunciado(a) ter uma arma.) O fato dele(a) ter uma arma impede a Sra. de reagir fisicamente?

1. Sim 2. Não

VII – (Responder somente no caso do(a) denunciado(a) ter uma arma.) A Sra. gostaria de acabar com essa relação, mas não termina porque tem medo dele(a) usar a arma?

1. Sim 2. Não

VIII – A Sra. se sentiria mais segura se fosse proibido vender armas no Brasil?

1. Sim 2. Não 3. Não sabe

IX – A Sra. está informada sobre o referendo da proibição de venda de armas no Brasil?

1. Sim 2. Não

OBS: se quiser saber mais sobre o referendo, há informações disponíveis no balcão

X – A Sra. é a favor da proibição da venda de armas?

1. Sim 2. Não 3. Não sabe

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alves, José Cláudio Souza (2006). “Violência e Política na Baixada: os casos dos grupos de extermínio” in IMPUNIDADE NA BAI-XADA FLUMINENSE – RELATÓRIO 2005. Comissão de Direitos Humanos e Minorias, Câmara dos Deputados, Brasília.
- Barker, Gary (2005). *Dying to be Men. Youth, masculinity and social exclusion*. Londres/Nova York: Routledge.
- Briceño-León, Roberto e Zubillaga, V. (2002). “Violence and globalization in Latin America”, *Current Sociology* 50 (1), 19–37.
- Briceño-León, Roberto (2002). “La nueva violencia urbana de America Latina”, in Tavares dos Santos, José e Maíra Baumgarten (eds.) (2002). *Sociologias: violências, América Latina* (8), julho/dezembro. Porto Alegre: UFRGS, p. 13.
- Calvino, Italo (1999). *As cidades invisíveis*. Lisboa: Teorema.
- Dowdney, Luke (2003). *Crianças do tráfico: Um estudo de caso de crianças em violência armada organizada no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 7Letras.
- Dowdney, Luke (2005). *Neither War nor Peace: International comparisons of children and youth in organised armed violence*. Rio de Janeiro: 7Letras.
- DuBois, Barbara (1983). “Passionate scholarship: notes on values, knowing and method in feminist social sciences”, in Gloria Bowles e Renate Duelli Klein (orgs.). *Theories of women's studies*. Londres: Routledge and Kegan Paul, pp.105-117.
- Duffield, Mark (2001). *Global Governance and the New Wars*. Londres: Zed Books.
- Enloe, Cynthia (1993). *The Morning After. Sexual Politics at the End of the Cold War*. Berkeley: University of California Press.
- Fundação Perseu Abramo (2001). “A mulher brasileira nos espaços público e privado”, disponível em <http://www.fpa.org.br/nop/mulheres/violencia.htm#V>.

- Galeano, Eduardo (1998). *Patas Arriba: La Escuela del Mundo al Revés*, Madrid: Siglo Veintiuno.
- ISER (2005). *Brasil: as armas e as vítimas*. Rio de Janeiro: 7Letras.
- Kaldor, Mary (1999). *New and Old Wars: Organised Violence in a Global Era*. Polity Press/Stanford University Press.
- Martín Beristain, Carlos (1999). *Reconstruir el tejido social*. Barcelona: Icaria editorial.
- Martínez López, C. (2000). “Las mujeres y la paz en la historia”, in Muñoz e Martínez (orgs.) (2000), *Historia de la Paz. Tiempos, espacios y actores*. Granada: Editorial Universidade de Granada.
- Mies, Maria (1983). “Towards a methodology for feminist research”, in Gloria Bowles e Renate Duelli Klein (orgs.). *Theories of women’s studies*. Londres: Routledge and Kegan Paul.
- Miranda, Ana Paula Mendes de; Pinto, Andréia Soares e Lage, Lana (2006) (orgs.). *Dossiê mulher – atualizado*. Rio de Janeiro: ISP, disponível em www.isp.rj.gov.br.
- Nash, Mary e Tavera, Susanna (2003) (orgs.). *Las mujeres y las guerras: el papel de las mujeres en las guerras de la Edad Antigua a la Contemporánea*. Barcelona: Icaria editorial.
- Pettman, Jan Jindy (1996). *Worlding Women: A Feminist International Politics*. Londres: Routledge.
- Reardon, Betty (1985). *Sexism and the War System*. Nova York: Teachers College Press.
- Rodgers, D. (2003). “Youth gangs in Colombia and Nicaragua: new forms of violence, new theoretical directions?” in A. Rudqvist (org.), *Breeding Inequality – Reaping Violence, Exploring Linkages and Causality in Colombia and Beyond*, Outlook on Development Series, Collegium for Development Studies, Uppsala, 111–141, disponível em <http://www.kus.uu.se/poverty&violence/PovertyViolence.pdf>.
- Ramos, Sílvia e Paiva, Anabela (orgs.) (2005). “Mídia e Violência – Como os Jornais retratam a Violência e a Segurança Pública no Brasil”, Relatório preliminar de Pesquisa, CESeC, maio 2005,

disponível em http://www.ucamceseec.com.br/at_proj_conc_texto.php?cod_proj=215.

Small Arms Survey Yearbook (2001). *Profiling the Problem*. Oxford: Oxford University Press.

Soares, Barbara e Ilgenfritz, Iara (2002). *Prisioneiras: vida e violência atrás das grades*. Rio de Janeiro: Ed. Garamond/CESeC.

Soares, Gláucio; Miranda, Dayse e Borges, Doriam (2006). *As vítimas ocultas da violência urbana no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Record.

Sölle, Dorothee (1982). "Peace Needs Women", in Reardon, Betty (1985), *Sexism and the War System*. Nova Iorque: Teachers College Press.

Tickner, J. Ann (1992). *Gender and International Relations*. Nova Iorque: Columbia University Press.

Van Creveld, Martin (2000). "The Great Illusion: Women in the Military", *Millennium: Journal of International Studies*, 29 (2).

Winton, Ailsa (2004). "Urban violence: a guide to the literature", *Environment&Urbanization*, 16 (2), outubro.

